



Horacio Nogueira Pizzolante

**A metropolização do espaço:
Biopolítica na era da informação**

Tese de Doutorado

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof.Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro
Março de 2023



Horacio Nogueira Pizzolante

**A metropolização do espaço:
Biopolítica na era da informação**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-
Rio

Profa. Dra. Sandra Lencioni

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC-
Rio

Prof. Dr. Gerardo Silva

Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
Aplicadas – UFABC

Prof. Dr. Giuseppe Cocco

Escola de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Rodrigo Hidalgo

Instituto de Geografía – PUC-Chile

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Horacio Nogueira Pizzolante

Graduou-se em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma Universidade. Desenvolveu pesquisa na área de Geografia Urbana, na qual participou de congressos e simpósios. Atua como professor de Geografia do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

Ficha Catalográfica

Pizzolante, Horacio Nogueira

A metropolização do espaço: biopolítica na era da informação / Horacio Nogueira Pizzolante; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2023.

143 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Metropolização. 3. Espaço. 4. Biopolítica. 5. Informação. 6. Controle. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

À Olívia, minha pessoa, meu lugar

Agradecimentos

Ao CNPq, à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Professor Alvaro Ferreira, meu orientador, pelo afeto, pelas aprendizagens e pelas orientações que já duram uma década. Por me impelir nas buscas por autonomia e utopia.

À Professora Sandra Lencioni, pelo rigor e pela estima. Ao Professor Giuseppe Cocco, pela afinidade. Aos Professores Gerardo Silva e Rodrigo Hidalgo, pela atenção e disponibilidade. A todos os quatro, pela participação na banca de defesa.

Às minhas mestras, Leda Pellegrini, Regina Célia de Mattos e Sância Velloso, pelas críticas e inspirações. Aos meus mestres Daniel Bahiense, Emmanuel Carneiro Leão, João Rua, Luís Affonso e Thiago Vedova, pelos exemplos e pelas motivações.

Aos estudantes que tive e tenho ao longo dos anos, por me ensinarem.

Aos amigos e às amigas com quem divido sonhos e lutas, em especial: Alexandre, Aline, Artur, Bernardo, Connor, Daniel, Elisa, Ernesto, Felipe, Fred, Guilherme, Gustavo, João, Juliana, Leon, Luiz Antonio (*in memoriam*), Mateus, Onaldo, Pedro, Thomaz e Yvaga. À Amora e à Violeta, por serem quem são tão genuinamente.

Aos meus colegas e amigos da PUC: da graduação, da pós-graduação, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização e do Centro Acadêmico Gnaisse. Aos professores e aos funcionários, em especial à Márcia e ao Guilherme.

Aos meus familiares, especialmente minha irmã, Beatriz, que anteviu. Aos meus pais, Rosana e Romulo, por me ensinarem a importância dos estudos. À minha avó Yeda. Aos meus avós Abigail, Dyrceu e João, em memória.

Especialmente, agradeço à minha amada, Olívia, com quem compartilho existências, por me encorajar, desafiar e cuidar.

Resumo

Pizzolante, Horacio Nogueira; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Orientador). **A metropolização do espaço: biopolítica na era da informação.** Rio de Janeiro, 2023. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Próprio do presente momento histórico e da vigente fase de desenvolvimento do capitalismo, o processo de metropolização do espaço acarreta metamorfoses sociais, políticas, econômicas, culturais – portanto, espaciais – inéditas. Marcado pela exacerbação da sociedade de controle e segurança, sob o domínio da biopolítica, o atual momento histórico é de exacerbação dos efeitos da globalização e do aperfeiçoamento de tecnologias de informação e comunicação, assim como de tecnologias bélicas e de vigilância. Nesse contexto, constatamos que a reestruturação produtiva da economia (as transformações decorrentes a hegemonia do trabalho imaterial), a pandemia do covid-19 e o exercício do controle na era da informação possuem fortes vínculos e repercussões espaciais, especialmente no que concerne às metamorfoses metropolitanas em curso. Desse modo, indicamos como nossa tese que a exacerbação da sociedade do controle e segurança e sua disseminação para todas as dimensões da vida, o exercício da biopolítica, a metamorfose metropolitana e a reestruturação produtiva (com a consolidação da hegemonia do trabalho imaterial), na era da informação, inauguram uma nova fase da (re)produção capitalista: a metropolização do espaço. Assim sendo, nosso objetivo central será analisar os vínculos espaciais entre a exacerbação da sociedade de controle e segurança sob o paradigma da biopolítica, a reestruturação produtiva e o decurso da globalização à luz do processo de metropolização do espaço.

Palavras-chave:

Metropolização; espaço; biopolítica; informação; controle.

Abstract

Pizzolante, Horacio Nogueira; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Advisor). **The metropolization of space: biopolitics in the informational era**. Rio de Janeiro, 2023. Doctoral thesis – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Specific to the present historical moment and to the current phase of development of capitalism, the process of metropolization of space leads to unprecedented social, political, economic, cultural – and therefore spatial – metamorphoses. Marked by the exacerbation of the society of control and security, under the domain of biopolitics, the current historical moment is one of exacerbating the effects of globalization and the improvement of information and communication technologies, as well as war and surveillance technologies. In this context, we found that the productive restructuring of the economy (the transformations resulting from the hegemony of immaterial labor), the covid-19 pandemic and the exercise of control in the information age have strong links and spatial repercussions, especially with regard to the ongoing metropolitan metamorphoses. Thus, we indicate as our thesis that the exacerbation of the society of control and security and its dissemination to all dimensions of life, the exercise of biopolitics, the metropolitan metamorphosis and the productive restructuring (with the consolidation of the hegemony of immaterial labour), in information age, inaugurate a new phase of capitalist (re)production: the metropolization of space. Therefore, our central objective will be to analyse the spatial links between the exacerbation of the society of control and security under the paradigm of biopolitics, productive restructuring and the course of globalization in the light of the process of space metropolization.

Keywords:

Metropolization; space; biopolitics; information; control.

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Metropolização do espaço	34
2.1 Da organização à produção do espaço	35
2.2 Raízes de um conceito	47
2.3 Metamorfose metropolitana, representações e mercadificação do espaço.....	61
3. Metrópole biopolítica: controle e in-segurança na era da informação	71
3.1 Vínculos espaciais da sociedade de controle: o novo urbanismo militar e a necropolítica	72
3.2 Pandemia de covid-19 e biopoder no Brasil	85
4. Metrópole (i)material: trabalho imaterial, reestruturação produtiva e metamorfose metropolitana.....	106
4.1 Reestruturação produtiva, inovação e capitalismo cognitivo	108
4.2 Trabalho imaterial, informação e reestruturação produtiva	116
4.3 Resistências, lutas, fissuras: contra o trabalho abstrato e para além do capitalismo	124
5. Considerações finais.....	132
6. Referências bibliográficas	134

Lista de figuras

Figura 1: Mapa dos municípios brasileiros com destaque para aglomerações urbanas de 100 mil, 1 milhão e 10 milhões de habitantes	16
Figura 2: Municípios da Baixada Fluminense-RJ e as datas de emancipação.....	17
Figura 3: Região Metropolitana do Rio de Janeiro em imagem de satélite.....	19
Figura 4: Áreas urbanizadas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2016).....	19
Figura 5: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2020)	23
Figura 6: Diagrama em eixo de Henri Lefebvre que descreve o processo de urbanização completa da sociedade	45
Figura 7: Redes mundiais de transporte rodoviário, ferroviário e marinho	46
Figura 8: Mapa Mundi noturno em imagens de satélite fornecidas pela NASA	47
Figura 9: Visão aérea de carros e acampamento de moradores de rua na Rodovia Interestadual 880, Oakland, Califórnia, Estados Unidos	52
Figura 10: Visão aérea do complexo Bandra Kurla e adjacências, Mumbai, Índia	53
Figura 11: Visão aérea de Makause, Joanesburgo, África do Sul.....	54
Figura 12: Visão aérea da Gávea (esquerda) e Rocinha (direita), Rio de Janeiro, Brasil.....	54
Figura 13: Visão aérea de Santa Fe, Cidade do México, México.....	55
Figura 14: Região portuária da cidade do Rio de Janeiro, projeto inspirado em Barcelona (Espanha).....	65
Figura 15: Policiais Militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) armados com fuzis e vestindo máscara ninja andam pela rua ao lado de viaturas de polícia no Rio de Janeiro	78
Figura 16: Centro Integrado de Comando e Controle, localizado na Cidade Nova, Rio de Janeiro	80

Figura 17: Gráfico do número de casos de infecção por covid-19 notificados no Brasil com média móvel de catorze dias	87
Figura 18: Gráfico do número de óbitos notificados por covid-19 no Brasil por dia de notificação com média móvel de catorze dias	88
Figura 19: Gráfico de vacinação contra covid-19 no Brasil	90
Figura 20: População brasileira totalmente imunizada por unidade da federação. São consideradas totalmente imunizadas as pessoas que tomaram a segunda dose ou a dose única de imunizantes, completando o esquema vacinal	92
Figura 21: Vacinas contra covid-19 (primeira dose; segunda ou única dose; dose de reforço) aplicadas no Brasil entre 21/01/2021 e 18/01/2023	92
Figura 22: Vacinação contra covid-19 (primeira dose; segunda ou única dose; dose de reforço) por dia no Brasil entre 21/01/2021 e 18/01/2023.	93
Figura 23: Mapa da evolução espaço-temporal (soma por mês no ano de 2020) dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave hospitalizados no estado do Rio de Janeiro	100
Figura 24: Mapa do índice de proteção ao covid-19 por bairro na cidade do Rio de Janeiro	101
Figura 25: Mapa da taxa de letalidade do covid-19 por bairro na cidade do Rio de Janeiro	102
Figura 26: Bairros com Índice de Proteção ao Covid-19 (IPC) muito baixo ou baixo: óbitos e taxa de letalidade	102
Figura 27: Bairros com Índice de Proteção ao Covid-19 (IPC) muito alto: óbitos e taxa de letalidade.....	103
Figura 28: Mapa de origem dos hospitalizados por covid-19 (Sars-Cov-2) na cidade do Rio de Janeiro até 21/07/2020	103
Figura 29: Fluxo de pacientes infectados pelo Covid-19 em busca de tratamento especializado no Brasil durante a primeira onda da pandemia, ainda no ano de 2020.....	104

1. Introdução

Analisaremos o processo de metropolização do espaço no que concerne à sociedade de controle e segurança, investigando os vínculos espaciais contemporâneos do exercício da biopolítica. Com o intuito de realizar um estudo essencialmente geográfico, será indispensável que trabalhemos com os conceitos de espaço e metropolização, assim como o de biopolítica, sendo este associado à questão da segurança e da saúde pública. O tema da segurança é um dos mais relevantes quando se discute a questão urbana e metropolitana hoje, e tende a ter cada vez mais importância, dominando o debate político, na mesma medida em que as cidades de todo o planeta crescem em tamanho e em complexidade. É na interseção dos debates entre a biopolítica, a era da informação e a questão metropolitana que a presente tese se coloca, assim como ocorreu em trabalhos anteriores, quando pesquisamos a implementação e atuação da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro, um projeto de segurança pública com patrocínio privado (PIZZOLANTE, 2018).

Situamos nossa análise científica a partir da área do conhecimento denominada Geografia Urbana. Consideramos importante que façamos esta observação, pois, desse modo, podemos situar o lugar do qual advém nossa análise, a saber, da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Para os argumentos a serem aqui expostos e minuciados, esta posição é de fato digna de consideração, uma vez que parte de nossos interlocutores não se atentou às particularidades e singularidades que marcam a produção do espaço no contexto histórico e geográfico em que vivemos e, portanto, a partir do qual nos expressamos. Contudo, tal afirmação não tem a menor pretensão de limitar nossa argumentação, uma vez que o debate teórico interdisciplinar será fundamental para o desenvolvimento dos argumentos aqui apresentados.

Cada momento histórico possui uma geografia que lhe dê sustentação e, sendo assim, por vezes a requalificação de conceitos (sem distinguir entre científicos e filosóficos) se faz necessária. Não se trata de alterar os conceitos já existentes para que estes atendam aos nossos objetivos, mas de aplicá-los cautelosamente a situações e contextos aos quais eles não foram pensados inicialmente. A cidade, o urbano e a metrópole, conceitos elementares da Geografia Urbana, também são amplamente estudados em outras áreas do conhecimento. A

visão de autores de fora da Geografia a respeito dos conceitos aqui tratados muito nos convém, como, por exemplo, aquela de Henri Lefebvre, filósofo francês que dedicou muitos de seus livros ao estudo do urbano (e do rural), do espaço e do cotidiano. Somado a isto, também discutiremos o conceito de biopolítica conforme proposto por Michel Foucault (2008), assim como as reinterpretações a partir de Gilles Deleuze (2013), Rogério Haesbaert (2014) e Achille Mbembe (2018). Proporemos uma abordagem geográfica do conceito de biopolítica com o intuito de apurar sua relevância para análise do processo de metropolização do espaço. Assim sendo, o objetivo central da presente tese é analisar os vínculos espaciais entre a exacerbação da sociedade de controle e segurança sob o paradigma da biopolítica, a reestruturação produtiva e o decurso da globalização à luz do processo de metropolização do espaço.

Desse modo, apresentamos como objeto da tese o processo de metropolização do espaço enquanto tendência hegemônica em consolidação como sustentáculo e essência do capitalismo contemporâneo, tendo como marcas a globalização, a reestruturação produtiva, a metamorfose metropolitana e o exercício da biopolítica. Por conseguinte, indicamos que nossa tese é que a exacerbação da sociedade do controle e segurança, o exercício da biopolítica, a metamorfose metropolitana e a reestruturação produtiva (com a consolidação da hegemonia do trabalho imaterial), na era da informação, inauguram uma nova fase da (re)produção capitalista: a metropolização do espaço.

Partindo de nossa problemática, percebemos que o momento atual, conforme destacado por diversos autores, é de exacerbação da reestruturação produtiva e da hegemonia do trabalho imaterial em escala global, assim como de exacerbação da sociedade de controle e segurança por meio do exercício da biopolítica. Entretanto, enquanto estes fenômenos por vezes são analisados separadamente, percebemos uma forte interconexão entre eles através do processo de metropolização do espaço. À vista disso, nossa questão central é: Quais as tendências apresentadas pelo exercício da biopolítica na sociedade de controle que se relacionam com a hegemonia do trabalho imaterial e as vinculam ao processo de metropolização do espaço?

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert se baseia na obra dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari para propor uma organização dos conceitos da Geografia e analisar a produção do espaço no momento atual. Porém, Haesbaert o

faz considerando a importância da contribuição – mesmo que indireta – de Lefebvre para a Geografia. A aplicação dos conceitos de biopolítica e de sociedade de controle e in-segurança (HAESBAERT, 2014) à análise do espaço e do urbano, especialmente na América Latina, são temas caros a Haesbaert e também ao nosso trabalho. Com o intuito de demonstrar como a análise de Foucault tem características espaciais, o autor a explana diferenciando o poder soberano do poder disciplinar e da segurança e controle: enquanto o primeiro agia na administração de um território, o segundo atuava na regulação e punição de corpos individuais e na organização de espaços unifuncionais (podemos citar como exemplos hospital, prisão, fábrica e escola), o terceiro é exercido permitindo e possibilitando a circulação, elemento fundamental para a reestruturação produtiva do capitalismo que está em curso – a biopolítica. Inclusive, no esforço de aplicar os conceitos de Foucault em sua análise sem desconsiderar o rigor científico da Geografia, Haesbaert estabelece uma terminologia específica que também adotaremos aqui:

Propomos denominar ‘território’, no sentido estrito foucaultiano, típico dos mecanismos de soberania, ‘território de soberania’ (estatal, moderno-ocidental). (...) Em segundo lugar, o ‘espaço’ hierárquico e funcional das sociedades disciplinares, propomos qualificar sempre como ‘espaço disciplinar’, espaço de tendência exclusiva/celular e/ou reclusiva, voltado sobretudo para a produção do indivíduo moderno. (...) ‘Meio’, por sua vez, dirá respeito sobretudo aos espaços de circulação (próximo ao conceito de rede), inserido em novas formas territoriais (dentro de uma concepção muito mais ampla de território, que inclui diversas modalidades de territórios-rede). (HAESBAERT, 2014, p. 169).

Para que possamos desvendar os processos (passados ou em curso) que se escondem nas representações, devemos ser radicais, o que significa ir à raiz, portanto, à origem e ao fundamento destes processos. Para tal, apresentaremos a seguir, em caráter introdutório, alguns dos conceitos primordiais para a explanação de nossos argumentos. A busca pela definição de conceitos como cidade, urbano, metrópole, globalização e espaço foi e ainda é verdadeiramente fundamental para o desenvolvimento da Geografia¹, tendo sido objeto de longos debates ao longo das últimas décadas. Por sua vez, o conceito de biopolítica é oriundo da Filosofia e pode ser aplicado em análises geográficas, como demonstraremos. Em vista disso, é seguro afirmar que nossa pesquisa é interdisciplinar, uma vez que nosso debate

¹ Bem como de áreas de estudo afins, a exemplo da Sociologia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo e Filosofia.

teórico e conceitual será amplo no que se refere às múltiplas possíveis definições destes conceitos, para que possamos, desse modo, realizar nossa análise. Apesar da importância destes conceitos (e de outros que surgirão ao longo da tese), a geógrafa brasileira Sandra Lencioni (2017) nos alerta que jamais podemos confundi-los com a realidade. Conceitos refletem a realidade e são importantes na tentativa de desvendá-la, porém não poderiam nunca substituí-la. Nas palavras da autora,

Os conceitos são concebidos e devem revelar universalidade, por assim dizer, expressar abrangência sem ter que expressar todas as particularidades do que está sendo considerado. O importante é que deem conta de exprimir a essência do que está sendo referido. Isso significa que a pertinência de um conceito não é a medida porque ele contém todas as propriedades, aspectos, características ou movimento do que está sendo considerado, mas porque ele exprime sua essência. (LENCIONI, 2017, p. 198).

A autora segue sua linha argumentativa afirmando que “o pesquisador não reconhece metrópoles, ele interpreta a realidade imbuído de teorias e métodos que o permitem compreender a realidade.” (LENCIONI, 2017, p.199). É precisamente este movimento que realizaremos no presente trabalho. Uma das teorias que nos ajudam a desvendar a metrópole contemporânea é aquela proposta pelo geógrafo espanhol Horacio Capel, que se empenhou em analisar a morfologia urbana por considerá-la crucial para a compreensão da Geografia urbana. Muitos aspectos foram utilizados para definir o que são a cidade e o urbano, seja no âmbito teórico, seja no âmbito concreto, a partir da definição estatística aplicada por cada país (CAPEL, 1975). Seja como for, sempre se inicia diferenciando a cidade e o urbano de seu contraponto teórico, o rural. Inspirado por diferentes autores, Capel logo indica que os fatores ‘tamanho’ e ‘densidade de ocupação’ de uma determinada área ou região podem ser ilusórios no momento de definição das cidades, especialmente em contraponto ao rural e ao se considerar as regiões suburbanas. Como veremos, tal contraposição não é definitiva, uma vez que a dinâmica de integração entre rural e urbano é significativa a ponto de tal diferenciação tornar-se enganosa. Isto porque o urbano (em sentido que se estende à metropolização) não se limita aos contornos da cidade, pois envolve também a produção e difusão de signos, símbolos e valores, ou seja, representações (LENCIONI, 2017).

Capel destaca, assim como diversos outros autores, como o fenômeno urbano está em constante mudança, destacando sua característica processual. Reconhecendo que muitos autores encontram dificuldades em definir o que são a cidade, o urbano e a metrópole, o autor realiza movimento argumentativo

semelhante àquele feito por Lefebvre (2019), enfatizando as mudanças histórico-geográficas das cidades a partir das mudanças na vida cotidiana e também na morfologia urbana. Inclusive, para Capel, a paisagem urbana é o aspecto elementar da análise geográfica do fenômeno urbano. Ambos os autores fazem referência à metamorfose que as cidades passaram a partir da Revolução Industrial, em meados do século XIX, momento histórico que marcou a passagem da hegemonia rural para a hegemonia urbana. Como destaca Capel, as mudanças são claramente perceptíveis na paisagem (urbana): até então, as cidades eram muradas e desempenhavam função meramente político-administrativa e econômica (nos mercados). O processo de urbanização começou a se delinear a partir da industrialização e alicerçado nas inovações tecnológicas dos meios de comunicação e transportes, inicialmente na Inglaterra e, posteriormente, em outros países da Europa e nos Estados Unidos. Indicar onde esse processo se iniciou é indispensável para a continuidade de nossa argumentação, uma vez que recorrentemente destacaremos as diferenças e discrepâncias da produção do espaço (urbano) entre estes países e países latino americanos, mais especificamente o Brasil, de onde parte nossa análise. Isto importa, pois, como afirmamos anteriormente, cada lugar e cada cidade possui sua própria história e sua própria geografia. Reconhecer as diferenças e desigualdades histórico-geográficas de cada lugar, em suas múltiplas dimensões e escalas, é um dos pontos mais importantes de nossa análise.

Para nos aprofundarmos na argumentação de Capel (1975) e dos demais autores que virão a seguir, como Lefebvre (2000, 2008, 2019) e Santos (2012), é necessário diferenciar desde já os conceitos cidade, urbano e metrópole, devido à centralidade destes três para os referidos autores e, também, para o presente trabalho. Para tanto, começaremos pela definição etimológica de cada um destes conceitos, assim como de palavras deles derivadas. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2001), o substantivo feminino *cidade*, originário etimologicamente do latim (*civitas*), é definido como “aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe” (HOUAISS, 2001). Ainda seguindo esta mesma definição, cidade pode significar, por derivação metonímia, “a vida urbana; a população da cidade; o governo e a administração de uma cidade; a região central de uma cidade; o núcleo original e/ou

principal de uma cidade, onde se concentram as mais importantes atividades administrativas, comerciais, financeiras” (adaptado de Houaiss, 2001). Ainda no sentido etimológico da palavra cidade, a palavra latina *civitas* deu origem às palavras: 1- civil (relativo ao cidadão e a suas condições e relações enquanto tal); 2- civilizar (tornar(-se) cortês, bem-educado; converter(-se) ao estado de civilização) e; 3- civilização (em derivação sociolinguística, o conjunto dos elementos materiais, intelectuais e espirituais característicos de uma sociedade, e por ela transmitidos) (HOUAISS, 2001). Nesse sentido, o radical latino *civitas* deu origem a palavras que indicam um juízo de valor relacionado ao desenvolvimento visto exclusivamente como progresso em termos econômicos.

Horacio Capel (1975, p. 10) destaca como as definições estatísticas da cidade variam entre os países e que estas possuem dimensões qualitativas e quantitativas, definidas institucionalmente por um órgão estatal. No caso brasileiro, trata-se do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que adota como critérios administrativos e qualitativos a seguinte definição: uma cidade é o distrito-sede de um município (menor unidade político-administrativa do Brasil). Os municípios brasileiros, por sua vez, podem se dividir em bairros (menor unidade urbana) ou em distritos – uma vila é um distrito sem autonomia municipal. Em estudos demográficos, é comum a valorização da dimensão quantitativa. Nesse caso, o tamanho da aglomeração urbana é usualmente medido pelo número de habitantes, como podemos observar na figura 1 (abaixo). A combinação de ambas as dimensões – quantitativa e qualitativa – é fundamental para que se possa analisar as semelhanças e diferenças entre as cidades, pois cada uma possui sua história e geografia.

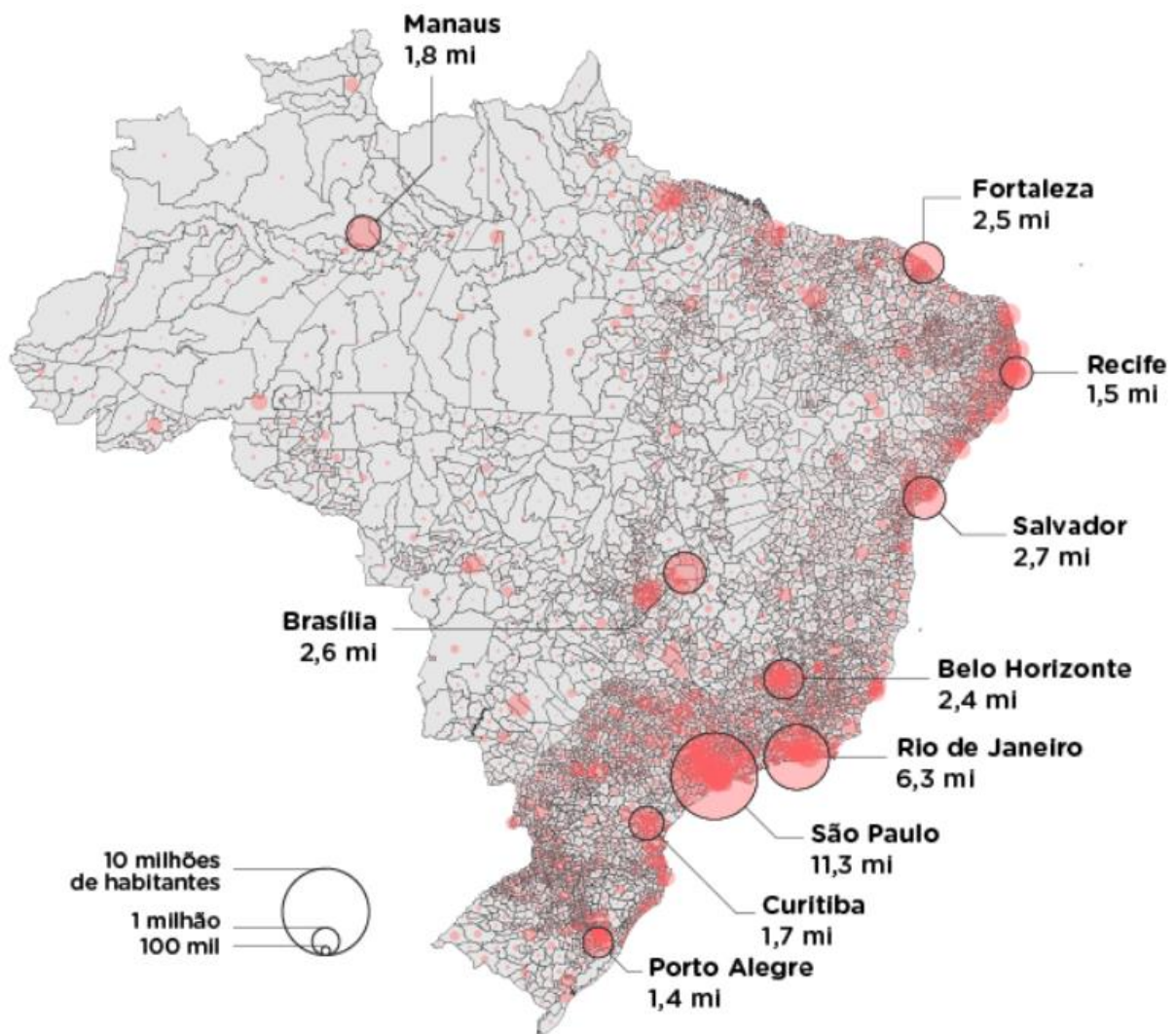


Figura 1: Mapa dos municípios brasileiros com destaque para aglomerações urbanas de 100 mil, 1 milhão e 10 milhões de habitantes. A maior parte dos municípios mais populosos do país localiza-se no litoral. Fonte: Nexo Jornal. Acesso em 20/11/2020.

Por um lado, o caso da cidade do Rio de Janeiro é único no país, pois no tempo em que era capital do Brasil-Império, toda a área do município foi alçada à condição de cidade, portanto, ambas as delimitações (município e cidade) equivalem-se. Por outro lado, há na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), exemplos que ilustram a diferença entre cidade, município e distrito. Hoje, Nova Iguaçu e Duque de Caxias são dois municípios (e cidades) diferentes. Contudo, Duque de Caxias só tornou-se um município em 1943, quando se emancipou do município de Nova Iguaçu, do qual era um distrito desde 1931. Hoje, Duque de Caxias é o terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro (atrás da capital e de São Gonçalo), enquanto Nova Iguaçu é o quarto. Por sua vez, o município de São João de Meriti, também na RMRJ, só se emancipou de Duque de Caxias (do qual foi distrito) quatro anos depois, em 1947.

Há diversos exemplos semelhantes em toda a Baixada Fluminense-RJ, como podemos observar na figura 2 (abaixo).



Figura 2: Municípios da Baixada Fluminense-RJ e as datas de emancipação. Fonte: Google imagens. Acesso em 07/11/2020.

Há, ainda, palavras em outras línguas que expressam o mesmo que ‘cidade’ em português, mas cuja tradução não é literal. Referimos-nos a conceitos de línguas que não distinguem as vilas de cidades (por exemplo, *ville* em francês), como também aos conceitos das línguas que possuem palavras para distinguir cidades pequenas de aglomerados ainda maiores (por exemplo, *city* e *town*, em inglês, ou *Großstadt* – cidade grande, em tradução literal do alemão). Mais que simples preciosismo, o que buscamos indicar com isso é que tanto é possível classificar as cidades de uma forma geral quanto perceber as evidências que distinguem cada cidade das demais, uma vez que todas são socialmente construídas ao longo dos tempos.

Também é preciso ressaltar que a cidade já possuiu diferentes significados geo-historicamente, isto é, já sofreu muitas metamorfoses, especialmente na Europa. A cidade política da Antiguidade deu lugar à cidade comercial da Idade Média, que, por sua vez, foi profundamente metamorfoseada pelo processo de industrialização associado à expansão do capitalismo na Modernidade, dando origem à chamada cidade industrial. Em movimento semelhante ao realizado por Henri Lefebvre nos anos 1970 (LEFEBVRE, 2019), vislumbramos hoje a hegemonia de um novo tipo de cidade, à qual preferimos tratar como metrópole. Somado a isto, as cidades podem ser identificadas quanto às suas principais funções, como, por exemplo, cidades portuárias; industriais; planejadas; históricas; universitárias; turísticas; religiosas; comerciais – naturalmente, essas categorias da

identificação das cidades quanto às suas funções não são de forma alguma excludentes, diferentemente das cidades política, comercial e industrial mencionadas por Lefebvre (2019). É importante ressaltar que, para o autor, a cidade comercial contém em si a cidade política, assim como a cidade industrial contém em si as cidades comercial e política, em uma relação de sobredeterminação.

Por sua vez, o adjetivo *urbano*, que também é originário etimologicamente do latim (*urbānus*), é definido como “relativo ou pertencente à cidade, ou que lhe é próprio; que tem caráter de cidade; que ou o que vive na cidade, tem ocupação e hábitos típicos da vida da cidade; dotado de urbanidade; afável, civilizado, cortês” (HOUAISS, 2001). Já o substantivo feminino *urbanização*, ato ou efeito de urbanizar(-se), é tido no dicionário como “conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área de cidade de condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento conformes aos princípios do urbanismo; concentração de população em aglomerações de caráter urbano”. A partir do radical *urbes* também surgiram palavras como *subúrbio* (junção do radical *urbes* ao prefixo *sub-*, que indica inferioridade), *periurbano* (junção do radical *urbes* ao prefixo *peri-*, que indica proximidade), *conurbação* (indicando a aglutinação do tecido urbano de duas ou mais cidades, conforme pode ser observado nas figuras 3 e 4, a seguir) ou mesmo *urbanismo* (ciência associada à arquitetura que estuda o planejamento das cidades, e que pode tanto servir à reprodução da ideologia capitalista no espaço urbano quanto ajudar a tramar alternativas a esta lógica).



Figura 3: Região Metropolitana do Rio de Janeiro em imagem de satélite, permitindo identificar o processo de conurbação em curso. Fonte: Wikipedia / Google imagens. Acesso em 07/10/2020.

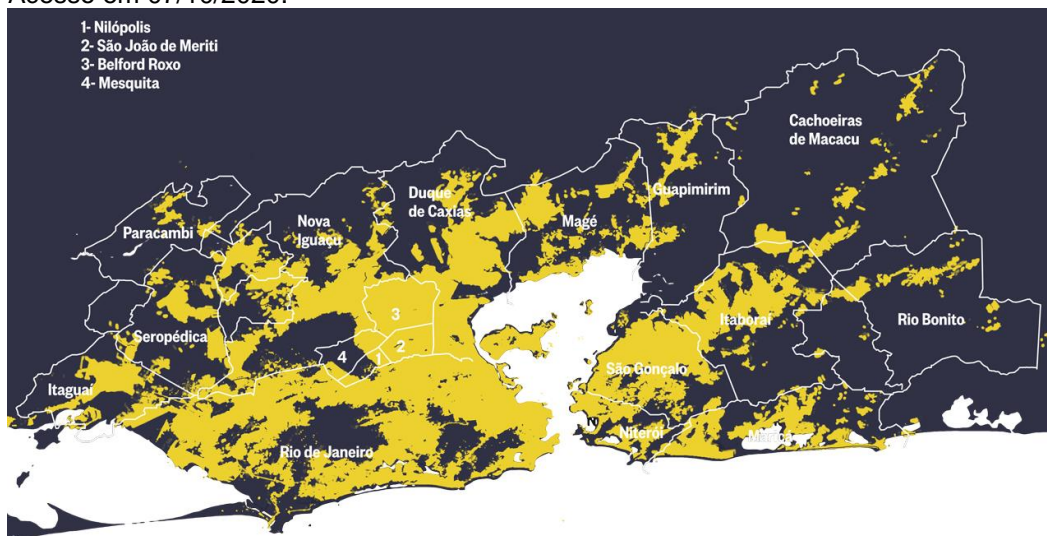


Figura 4: Áreas urbanizadas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2016), permitindo identificar o processo de conurbação em curso devido à demarcação das fronteiras municipais. Fonte: Jornal O Globo. Acesso em 26/02/2021.

Contudo, sob a perspectiva de autores como Lefebvre (2019) e Capel (1975), a noção de urbanização é mais complexa que a encontrada nos dicionários, pois estes autores consideram os efeitos deste processo em todo o espaço – portanto, tanto nas cidades quanto no meio rural. Pela ação de representações e de práticas espaciais, o domínio do urbano se expande para além da cidade, reinventando-a e a ressignificando. Nos termos de Lefebvre, o processo se inicia já na passagem da

cidade comercial à cidade industrial, quando começa a “inflexão do agrário para o urbano” (LEFEBVRE, 2019, p. 31). Já na transição da cidade industrial para a zona crítica – que antecede e prenuncia o urbano – ocorre um duplo movimento de implosão-explosão do urbano, marcado pela “concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano” (LEFEBVRE, 2019, p. 31). É nesse momento histórico que a cidade industrial passa a ser o principal *locus* de reprodução do capital e também de reprodução das relações sociais de produção. O planejamento urbano surge como ferramenta indispensável para o capital, e o espaço passa a ser produzido com o intuito de facilitar a produção, a circulação, a troca e o consumo de mercadorias: trata-se do espaço do consumo. Analisando a reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista, a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos (2007) – abertamente inspirada por Henri Lefebvre – destaca em diferentes obras a passagem do espaço do consumo (orientado à produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias) ao consumo do espaço, que passa a ser mercantilizado como produto imobiliário na metrópole contemporânea.

Por fim, o substantivo feminino *metrópole*, que possui origem etimológica no grego (*mētrópolis*; *mater* + *polis*; cidade-mãe) e foi adaptada ao latim (*metropōlis*) é definido como “capital ou cidade principal de país, estado ou província; por extensão, qualquer cidade grande e/ou importante; nação em relação a suas colônias; centro de comércio destacado; ponto de convergência, foco, centro; numa região metropolitana, a cidade que exerce influência econômica, social e administrativa sobre as demais da mesma área” (HOUAISS, 2001). Apesar da origem etimológica da metrópole remeter à cidade da Grécia Antiga, definitivamente não se tratava da mesma cidade como conhecemos hoje. Lencioni (2017) mais uma vez nos fornece amparo teórico a respeito desse tema ao afirmar que os conceitos são historicamente situáveis e, portanto, não podem ser transferidos de uma realidade histórica a outra sem prejuízo. Não obstante, a autora demonstra a polissemia do conceito de metrópole, definindo-o com base no contexto atual da globalização (LENCIONI, 2017, p. 202). Não se trata apenas de uma questão do tamanho de determinada metrópole, pois, como vimos em relação às cidades, este dado é sempre relativo. Nesse sentido, Lencioni elenca cinco atributos que constituem uma metrópole:

Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação a sua extensão territorial. O segundo ponto é que a metrópole possui uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; o terceiro é que ela se constitui num lócus privilegiado de inovação; o quarto é que se constitui num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e o quinto é que a metrópole se constitui num nó significativo de redes, quer seja de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades. (LENCIONI, 2017, p.201).

Convém também diferenciar brevemente o conceito de metrópole daqueles de megacidade e megalópole, com os quais não trabalharemos. Uma megacidade é uma cidade com mais de dez milhões de habitantes, portanto, trata-se apenas de uma questão de tamanho. Por sua vez, uma megalópole (por vezes chamada de macrometrópole) é formada pela conurbação (processo que pode ser observado nas figuras 3 e 4) de duas ou mais metrópoles, apresentando integração política, econômica e também de fluxos de transportes de pessoas, serviços e mercadorias. Assim como ocorre nas metrópoles, a concentração, a centralização e a dispersão são fatores fundamentais neste processo. Importante frisar que a intensa concentração demográfica não gera apenas consequências positivas em termos políticos e econômicos, mas também aprofunda grandes desafios de gestão territorial, como, por exemplo, desemprego, congestionamentos, poluição, falta de saneamento básico e elevação nos índices de criminalidade, violência e pobreza – aos quais o exercício da biopolítica emerge como resposta. Entretanto, a diferença da metrópole para a cidade industrial é mais complexa que isso, uma vez que estas mesmas questões já se faziam presentes. No processo de metropolização do espaço, as estratégias de reprodução e acumulação do capital se dão em toda a parte, e, assim, todo o espaço é inserido nesta lógica, passando a ser consumido no mercado imobiliário: é a transição do espaço do consumo ao consumo do espaço.

Outro aspecto fundamental para a definição do conceito de metrópole no atual contexto é a concentração de atividades de gestão e serviços que são responsáveis pela reprodução do capital, tanto no âmbito público quanto privado. É a partir da elucidação a respeito do conceito de metrópole que Sandra Lencioni (2017) propõe o conceito de metropolização, logo indicando que “embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metrópole se relaciona ao de espaço. Portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um

processo relativo ao espaço, e não à cidade.” (LENCIONI, 2017, p. 202). Ao nos aprofundarmos nas consequências teóricas e metodológicas implicadas pela citação acima, é necessário frisar que a palavra metropolização (oriunda da junção da palavra metropolizar com o sufixo ação, que indica justamente a ideia processual de uma ação e seus efeitos) é um neologismo, ou seja, é uma palavra nova derivada de uma já existente, com um novo significado. No caso do conceito de metropolização, de um processo espacial. Ainda de acordo com Lencioni (2017), o processo de metropolização do espaço possui oito características elementares:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização; A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das hierarquias entre as cidades da região e da rede relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede. (LENCIONI, 2017, p.30-31).

Também é importante destacar que o processo de metropolização do espaço não se restringe absolutamente à constituição de Regiões Metropolitanas – inclusive porque o processo de metropolização do espaço não se limita às metrópoles e às regiões metropolitanas, pois também envolve todas as pequenas e médias cidades, assim como o meio rural. O processo de formação de regiões metropolitanas é um processo legal que une diversas cidades (menores) em torno de uma cidade-núcleo, que normalmente nomeia a região metropolitana, como é o caso, por exemplo, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Atualmente composta por vinte e dois municípios², a RMRJ (figura 5) concentra mais da metade da população

² Os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro são: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá,

(13 005 430 habitantes, em estimativa do IBGE em 2018³) e também mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro, portanto, a grande maioria da oferta de serviços típicos da atual fase de reprodução do capitalismo – tudo isso em 7 535,778 km², cerca de 20% da área do estado do Rio.



Figura 5: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2020). Fonte: adaptado de SOS GIS BR. Acesso em 07/10/2020.

O processo de metropolização do espaço diferencia-se da formação oficial de Regiões Metropolitanas, pois é um processo de “*metamorfose socioespacial*” (LENCIONI, 2011, p. 51). O processo de metropolização do espaço e suas dinâmicas têm sido discutidos por muitos autores. São muitos os esforços para que seja realizada uma definição que respeite os rigores teóricos deste conceito. Ainda de acordo com a autora,

As transformações são reconhecidamente tão profundas que expressam uma verdadeira metamorfose, pois o resultado é uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos. (LENCIONI, 2011, p. 51).

Não cabe, portanto, falar apenas em *transformações*, mas em *metamorfoses*. Afinal, segundo Sandra Lencioni (2011, p.51) o processo de metropolização do espaço não se limita a mudanças nas formas urbanas, mas também nas funções e estruturas, envolvendo o espaço e as relações sociais que nele ocorrem e que o produzem. A análise conjunta das metamorfoses da estrutura, forma e função da metrópole é indispensável, uma vez que estes três elementos formam uma tríade.

Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

Voltando às bases utilizadas pela autora supracitada, destaca-se a obra de Henri Lefebvre. Para poder dela extrair frutíferas contribuições para a ciência geográfica, antes precisamos compreender que o mesmo foi um autor abertamente marxista. Justamente por não analisar ortodoxamente a obra de Karl Marx, com quem sempre dialogou, Lefebvre foi capaz de superar as representações hegemônicas marxistas construídas ao longo do século XX por diversos autores, e produzir conceitos e interpretações célebres sobre variadas temáticas, como a supracitada noção de produção do espaço. Ressaltamos que Lefebvre jamais deixou de considerar e debater temas centrais presentes na obra de Marx, apenas não o fez de maneira reducionista, como a corrente estruturalista do marxismo, tão combatida pelo filósofo francês.

Não são poucos os autores na Filosofia e nas Ciências Humanas que se posicionam antagonicamente à tradição marxista para, posteriormente, defenderem seus argumentos. Entretanto, Marx serviu de inspiração para incontáveis autores e correntes de pensamento, e, por vezes, críticas gerais a seus leitores e interlocutores tendem a ser evasivas e incompletas. É o caso, por exemplo, das críticas apresentadas pelo sociólogo italiano Maurizio Lazzarato, ao analisar as transformações do capitalismo e das relações de poder que o constituem e o sustentam:

Não se trata aqui de negar a pertinência da análise marxista da relação capital/trabalho, mas muito mais sua pretensão de reduzir a sociedade e a multiplicidade de relações de poder que a constituem em termos das relações de comando e obediência que se exercem no interior da fábrica ou na economia. As relações econômicas devem, ao contrário, ser integradas em um quadro mais amplo, o das sociedades disciplinares e sua dupla técnica de poder: a disciplina e o biopoder. (LAZZARATO, 2006, pp. 63-64).

A análise de Lazzarato da obra de Michel Foucault, muito inspirada na interpretação de Gilles Deleuze, é pertinente, mas sua crítica à análise marxista limita-se a certa tradição do marxismo. Ao analisar a vida cotidiana e as representações do espaço, Henri Lefebvre jamais poderia ser acusado de ter uma visão meramente economicista do funcionamento da sociedade – e, claro, da produção do espaço. Lazzarato continua:

Da mesma maneira, a imposição de condutas e a sujeição dos corpos não são explicáveis simplesmente por arrochos monetários ou por imperativos econômicos. Os regimes de signos, as máquinas de expressão, os agenciamentos coletivos de enunciação (o direito, os saberes, as linguagens, a opinião

pública) agem como engrenagens dessas máquinas, da mesma forma que os agenciamentos maquímicos (fábricas, prisões, escolas).

O marxismo, ao se concentrar em uma só dimensão da relação de poder (a exploração), foi levado, de certa maneira, a aproximar a máquina de expressão à ideologia. Um dos objetivos de Foucault em seus estudos sobre as sociedades disciplinares é romper com o economicismo e a cultura dialética dos dualismos, e demonstrar a pobreza e o reducionismo das explicações da dominação pela ideologia. (LAZZARATO, 2006, p. 64).

Consideramos relevante a análise apresentada por Lazzarato, pois esta, através de suas objeções à interpretação marxista das representações, das relações de poder e mesmo da economia, nos permite indicar aproximações da obra de Lefebvre com as de Foucault e Deleuze. Isto porque Lefebvre, assim como Foucault, foi um crítico obstinado do economicismo e de qualquer reducionismo teórico. Apesar de diferenças conceituais, especialmente em relação ao conceito de heterotopia⁴, trabalhado por ambos (FOUCAULT, 2013; LEFEBVRE, 2019) – e que Harvey (2014, p. 22) indica como ‘*radicalmente diferentes*’ –, acreditamos que também são frutíferas as convergências entre os dois autores. Afinal, ambos buscaram (cada um à sua maneira) analisar a mesma sociedade em transformação e desvendar suas representações, pois foram capazes de reconhecer os limites e a decadência da sociedade industrial. Enquanto Lefebvre vislumbrou a virtual instituição da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2019), Foucault anunciou a exacerbação da sociedade de controle e apresentou o conceito de biopolítica. Nosso esforço consiste em reconhecer aproximações entre as visões destes dois autores com o objetivo de analisar o processo de metropolização do espaço⁵.

Investigando a gestão social do Estado moderno e seus mecanismos normatizadores, Michel Foucault expôs a genealogia do poder, destacando que a organização do poder pode assumir características de soberania, disciplina ou vigilância (controle). A todo o momento, enquanto expõe a genealogia do poder,

⁴ “É interessante traçar aqui, brevemente, uma diferença entre o que Foucault expressa como uma heterotopia e o que outro autor, Henri Lefebvre, a entende. Este se tornou uma importante referência nos estudos sobre urbanização, espaço e cidade. Para ele, a vida urbana se caracterizava pela (poli)centralidade e a coexistência de diferenças. As heterotopias são espaços marcados pelas heterogeneidades, em contraposição ao Urbanismo produzido pelo Estado, mercado e urbanistas que fabricavam isotopias, isto é, homogeneizações e disciplinas espaciais. Para Foucault, as “diferenças” não estão em oposição ao poder, ou a alguma norma, mas ao contrário, elas são produzidas no interior das relações de poder.” (NABACK, 2016, p. 2).

⁵ No capítulo 4, iremos nos aprofundar nesta discussão ao dialogar com o cientista político irlandês John Holloway em sua análise sobre o conceito de poder.

Foucault ressalta que esta não remete a uma divisão linear ao longo do tempo, pois, a cada momento histórico, há sobredeterminação de dispositivos de uma fase – contudo, nenhuma destas deixa de realmente existir. Apesar de diferentes, as formas de organização do poder, para Foucault, são inseparáveis e complementares. Isto significa que há transição entre a hegemonia dos poderes soberano, disciplinar e de vigilância e controle, mas nunca extinção de nenhum destes, que seguem coexistindo hoje de maneira desigual.

Nesse sentido, Foucault desenvolveu o conceito de biopoder, que, em sua obra, é separado em dois: a anátomo-política do corpo humano (mecanismos disciplinares) e a biopolítica (mecanismos de segurança). Enquanto a anátomo-política refere-se à sociedade disciplinar, a biopolítica refere-se à sociedade de controle. O biopoder representa uma inversão em relação ao poder soberano (fazer morrer e deixar viver), pois é o poder de fazer viver e deixar morrer – daí a junção de bio (vida) e poder. Buscando adaptar o conceito de Foucault, o filósofo camaronês Achille Mbembe propôs as noções de necropoder e necropolítica, por acreditar que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71).

Por sua vez, também atualizando os conceitos de Foucault, o filósofo francês Gilles Deleuze indica a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, ressaltando, assim, a relevância do conceito de biopolítica. Não se trata de afirmar que o controle não existia anteriormente, afinal, havia o controle dos corpos, dos espaços, da localização. O destaque dado por Deleuze que enfatizamos é a centralidade são os ajustes contemporâneos em direção à exacerbação do controle.

O estudo sociotécnico dos mecanismos de controle, apreendidos em sua aurora, deveria ser categorial e descrever o que já está em vias de ser implementado no lugar dos meios de confinamento disciplinares, cuja crise todo mundo anuncia. Pode ser que meios antigos, tomados de empréstimo às sociedades de soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados. O que conta é que estamos no início de alguma coisa. (DELEUZE, 2013, p. 229).

Também apoiado em Foucault, o geógrafo britânico Stephen Graham (2015; 2016) investiga as relações entre militarismo e urbanismo. Seu enfoque na militarização urbana e a aplicação de conceitos de Foucault nos são muito úteis, pois respondem a diversas das nossas inquietações, assim como abrem espaço para outras. Um dos conceitos de Foucault trabalhados por Graham é o de ‘efeito bumerangue’. Assim como Foucault, o autor analisa a realidade europeia (conteúdo

de sua análise), mas nos permite analisar exemplos mais próximos de nossa realidade, devido à sua metodologia abrangente. É preciso ter em mente que, no primeiro momento de análise, Foucault estava discutindo o colonialismo em meados do século XIX, o que evidencia que o presente momento histórico é marcado pela exacerbação do exercício do poder por meio do controle, mas que este processo não é inédito.

A aplicação de formas de disciplina, controle e dominação da sociedade foram primeiramente impostas em colônias dos países centrais europeus. Indica, assim, “via dupla na circulação de ideias, técnicas e práticas de poder entre os núcleos metropolitanos dos poderes coloniais e os espaços das periferias colonizadas.” (GRAHAM, 2015, p. 68). Ou seja, Graham atualiza a proposta de Foucault e aponta os principais aspectos – dentro do contexto do atual momento histórico do capitalismo, revestido de toda sua compreensão em torno da noção de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões – do novo urbanismo militar, caracterizado pela utilização de tecnologias militares de controle e vigilância no ambiente urbano. Nosso foco é no presente momento histórico e sempre que possível daremos ênfase à análise do exercício da biopolítica por meio dos mecanismos de segurança que constituem a sociedade de controle.

Isto posto, cabe enfatizar que o enfoque de cunho essencialmente teórico e conceitual da presente tese de modo algum visa negar a importância da empiria para o saber científico: esta foi apenas uma escolha de abordagem. Afinal, não acreditamos em momento algum na separação entre teoria e empiria. A teoria presta-se única e exclusivamente à análise e à interpretação do mundo real. Considerar a possibilidade de separar a teoria da empiria implicaria em desacreditar por completo na ciência geográfica, pois é o movimento real das coisas que dá sentido e sustentação à empiria.

Disso decorre o fato de que a produção científica jamais foi ou poderia ser neutra. A busca pela superação (científica) das representações é repleta de intencionalidades subjetivas do pesquisador e de seus interlocutores, sendo também limitado pelas possibilidades da comunicação. Nesse sentido, destacamos que não se trata do estudo de um caso e sim de um processo. Gostaríamos de ressaltar mais uma vez que não se trata de desmerecer estudos de caso, pois trata-se de uma escolha metodológica do pesquisador. Assim, recorreremos, ao longo de todo o

trabalho, a exemplos particulares que nos ajudarão a elucidar melhor o argumento em questão e também a nossa tese.

Tendo em vista que expomos introdutoriamente os principais conceitos que serão abordados ao longo da presente tese, cabe, por fim, indicar como se dará a exposição nos capítulos subsequentes. No segundo capítulo, intitulado '*Metropolização do espaço*', teremos como objetivo específico estabelecer as bases teórico-conceituais dos conceitos de espaço e de metropolização para o desenvolvimento de nossa análise nos dois capítulos subsequentes, e está dividido em três partes. No primeiro subcapítulo, '*Da organização à produção do espaço*' (2.1), temos como objetivo específico apresentar as definições do conceito de espaço a partir da perspectiva da Geografia crítica de cunho marxista, pois são as que mais interessam à nossa análise do processo de metropolização do espaço. Neste segmento, aprofundaremos a discussão a respeito do conceito de produção do espaço a partir de alguns dos autores que formam nossa base teórica e metodológica, como Milton Santos, Henri Lefebvre e Ana Fani Carlos. Tendo em vista que jamais poderíamos definir o processo de metropolização do espaço sem antes conceituar o próprio conceito de espaço, optamos por realizar tal análise logo no início do primeiro capítulo.

Em sequência, no segundo subcapítulo, intitulado '*Raízes de um conceito*' (2.2), seguiremos com a definição do processo de metropolização do espaço, ponto central para a presente tese. Por isso, o objetivo específico deste subcapítulo será conceituar a metropolização enquanto um processo essencialmente espacial, o que faremos em diálogo com os geógrafos Alvaro Ferreira e Sandra Lencioni.

Por sua vez, no terceiro subcapítulo, intitulado '*Metamorfose metropolitana, representações e mercadificação do espaço*' (2.3), teremos como objetivo específico analisar as representações espaciais contemporâneas que marcam a metamorfose metropolitana e hierarquizam o espaço por meio de sua mercadificação. Neste subcapítulo, nós utilizaremos a tríade homogeneização, hierarquização, fragmentação do espaço, com certo destaque dado à dimensão da hierarquização, o que se deve à sobredeterminação deste elemento em relação aos demais no momento da análise, e não à omissão da importância dos demais elementos da tríade. Naturalmente, a hierarquização do espaço promove sua fragmentação, assim como motiva a homogeneização por meio da repetição e

imitação de formas urbanas – acarretando, também, a banalização do espaço à qual se refere o geógrafo brasileiro Alvaro Ferreira (2021).

O processo de metropolização acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquia entre os lugares. Além disso, se faz acompanhar ou induz ao desenvolvimento de infraestruturas, tais como as redes de circulação, a provisão de serviços públicos, as redes informacionais e comunicacionais etc. (LENCIONI, 2017, p. 55).

Nesse mesmo sentido, analisaremos criticamente iniciativas públicas e privadas da produção de representações espaciais (como é o caso das cidades inteligentes (*smart cities*) ou dos ciclos de megaeventos que motivaram grandes reformas urbanas) que tem por finalidade empreender a mercadificação do espaço. A noção de mercadificação do espaço é característica do processo de metropolização do espaço e não possui o mesmo significado que mercantilização. Enquanto a mercantilização se refere simplesmente tornar algo mercadoria ou dar a algo característica comercial – o que se aplica perfeitamente ao espaço e à segurança, por exemplo –, a noção de mercadificação é mais complexa: ocorre quando o consumo das representações se torna mais pertinente que o consumo do próprio produto. Ou seja, é uma requalificação do ato de consumir, que envolve representações, a dimensão do trabalho imaterial e a expansão do capitalismo para todos os momentos e dimensões da vida, especialmente a dimensão simbólica. Assim sendo, também podemos falar de mercadificação do espaço e da segurança. Isso ocorre porque, na metrópole, concentram-se...

(...) novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital (CARLOS, 2011, p. 15).

O terceiro capítulo, intitulado '*Metrópole biopolítica: controle e insegurança na era da informação*' tem como objetivo principal investigar os elos entre o exercício da biopolítica, a globalização e o processo de metropolização do espaço. Diferentemente do segundo e do quarto capítulos, o terceiro está dividido somente em duas partes, ambas relacionadas a distintas manifestações contemporâneas do exercício da biopolítica: a questão da segurança e a questão da saúde (por meio do estudo da pandemia de covid-19 no Brasil). Começando pelo subcapítulo nomeado '*Vínculos espaciais da sociedade de controle e in-segurança: o novo urbanismo militar e a necropolítica*' (3.1), argumentaremos a respeito da

transição biopolítica da sociedade de controle e in-segurança e seus vínculos espaciais com a militarização. Nesse sentido, teremos como objetivo específico relacionar os vínculos espaciais da atual metamorfose metropolitana, sob a influência do novo urbanismo militar, à produção das sociedades de controle e ao exercício da biopolítica. Para explanar as metamorfoses em curso nas metrópoles contemporâneas em associação com o potencial explicativo do conceito de biopolítica, iniciaremos o capítulo realizando breve discussão a respeito do conceito de desenvolvimento, uma vez que este nos permitirá compreender com mais clareza o processo de metropolização do espaço. Por sua vez, no segundo subcapítulo, intitulado '*Pandemia de Covid-19 e biopoder no Brasil*' (3.2), analisaremos o decurso da pandemia de covid-19 no Brasil aplicando os conceitos de biopoder e biopolítica sob perspectiva geográfica. Nesse sentido, investigaremos algumas das ações do Estado brasileiro, assim como suas implicações para as mais variadas frações da sociedade civil.

Em seguida, o quarto capítulo, intitulado '*Metrópole (i)material: trabalho imaterial, reestruturação produtiva e metamorfose metropolitana*', terá como objetivo principal analisar a centralidade da reestruturação produtiva do trabalho imaterial para a metropolização do espaço. Distinguiremos trabalho material de trabalho imaterial, enfatizando a sobredeterminação do segundo em relação ao primeiro. Evidentemente não negamos a existência do trabalho material, nem mesmo sua relevância, nos dias de hoje, pois trata-se apenas de reconhecer que o trabalho imaterial (no sentido biopolítico) tornou-se hegemônico no atual momento histórico. Para tal, será necessário investigar as consequências da globalização para a reestruturação produtiva do capitalismo, que assume cada vez mais características biopolíticas. É importante frisar desde já que o exercício da biopolítica não se limita aos Estados, como ocorria, por exemplo, com os poderes soberano e disciplinar.

Assim como o segundo capítulo, o quarto se dividirá em três partes, começando pelo subcapítulo '*Reestruturação produtiva, inovação e capitalismo cognitivo*' (4.1). O objetivo específico deste subcapítulo será relacionar as recentes inovações nas tecnologias de informação e comunicação à reestruturação produtiva do capitalismo, associando-os ao processo de metropolização do espaço. Desse modo, nosso foco será nas consequências diretas e indiretas da informação e da informática para a produção contemporânea das cidades, especialmente no que

concerne ao arrefecimento da relevância do trabalho material em detrimento do trabalho imaterial.

O trabalho continua central, mas já é um trabalho totalmente outro: não mais o trabalho material organizado na separação, ditada pelo comando disciplinar do chão de fábrica, entre a mente e a mão, entre concepção (intelectual) e execução (manual), mas o trabalho imaterial, qualificado por suas dimensões linguísticas, relacionais e afetivas. Esse trabalho mobiliza o tempo de vida como um todo na esfera da circulação, que mistura ao mesmo tempo produção e reprodução. Toda a vida (a vida no sentido amplo, a vida como população) é investida pelo capital e a produção se torna biopolítica, uma bioprodução: o que é mobilizado agora é o tempo de vida da população como um todo, e o espaço dessa mobilização são as metrópoles, ou seja, diferentes configurações locais e globais das redes (as finanças são informação e poder, como a moeda é violência e relação). Hoje, as novas fábricas são as universidades, os escritórios do setor terciário avançado, os museus, os shoppings centers, os hospitais. As linhas de montagem são aquelas dos transportes (públicos e privados), as redes de logística, e, obviamente, todo o sistema de comunicação, que há mais de três décadas é marcado pela convergência digital (da telefonia, da TV e da computação). (COCCO, 2019, p. 79).

É no sentido apresentado pelo cientista político italiano Giuseppe Cocco (2019) que o conceito de biopolítica continuará sendo importante, pois nos permitirá compreender as metamorfoses nas relações de trabalho e na reprodução relações sociais de produção nos capítulos 3 e 4.

Nesse sentido, dialogaremos, sobretudo, com a obra do geógrafo brasileiro Milton Santos e sua compreensão do espaço enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2012). Sabemos que Santos não escreveu sobre as mais inéditas inovações tecnológicas, como, por exemplo, o 5G e a inteligência artificial, mas entendemos ser plenamente possível nos utilizarmos do embasamento oferecido pelo autor e, concomitantemente, evitar o campo cego ao qual se refere Lefebvre (2019).

Por sua vez, no terceiro e último subcapítulo, *‘Resistências, lutas, fissuras: contra o trabalho abstrato e para além do capitalismo’* (4.3), continuaremos a interpretar efeitos, causas e consequências da reestruturação produtiva do capitalismo e da consolidação da hegemonia do trabalho imaterial, particularmente em relação à classe trabalhadora e sua metamorfose metropolitana. Nesse sentido, teremos dois objetivos específicos neste subcapítulo. Por um lado, analisaremos o conceito de multidão, conforme proposto por Hardt e Negri (2004; 2006; 2011), orientados pelo objetivo específico deste subcapítulo: investigar o(s) sujeito(s)

crítico-revolucionário(s) no atual contexto de metropolização do espaço. Como enfatiza o filósofo irlandês John Holloway, “a luta de classes, então, é a luta para classificar e contra ser classificado, ao mesmo tempo em que é, indistintamente, a luta entre classes constituídas” (HOLLOWAY, 2003, p. 211). Portanto, o sujeito coletivo-revolucionário ao qual nos referimos não é (nem poderia ser) um indivíduo singular humano, mas sim uma coletividade, uma classe, a classe trabalhadora, que existe porque luta contra as condições de exploração e espoliação. E existe porque luta justamente para se negar como classe trabalhadora. Ressaltamos, com base em Cocco (2019), que atualmente estas lutas tem como meio justamente as metrópoles: “É nas metrópoles que a multidão do trabalho luta” (COCCO, 2019, p. 80).

Finalmente, teremos como segundo objetivo específico deste subcapítulo (4.3) investigar as alternativas democráticas social e coletivamente construídas na luta pelo comum nas metrópoles que possibilitam vislumbrar o desvanecimento do Estado e o fortalecimento da sociedade civil. A partir dos sete teatros da ação rebelde, possibilidades políticas numa variedade de escalas espaciais e temporais integradas (HARVEY, 2000, p. 307), iremos apurar iniciativas que visem à constituição do comum como alternativa à ordem social imposta pelo Estado e pela reprodução do modo de produção capitalista.

Em interessante entrevista publicada sob o título ‘*A metrópole está para a fábrica assim como a multidão está para a classe operária*’, o filósofo italiano Antonio Negri (2014), insiste na transição fábrica-metrópole e classe operária-multidão, destacando que esta não é linear nem direta, uma vez que a metrópole não pode ser diretamente equiparada à fábrica. O autor afirma ser possível traçar esta relação quando se considera as novas formas de exploração do capital – especialmente no que concerne à preeminência da informática e do trabalho imaterial na metrópole contemporânea (Negri, 2014). Seguiremos linha argumentativa semelhante no quarto capítulo e também nas considerações finais, porém, não aceitaremos todos os argumentos expostos pelo autor, por dele discordar em alguns pontos centrais. Por exemplo, ao comentar a obra de Henri Lefebvre, particularmente a noção de direito à cidade, Negri (2014, p. 19) a reduz ao direito à circulação – o que é incongruente com a visão lefebvreana – e também critica rasamente a visão de David Harvey sobre o tema. Para Harvey, inspirado por Lefebvre,

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (HARVEY, 2008, p. 23. Tradução nossa).

Para encerrar, nas considerações finais, iremos retomar o debate proposto ao longo de toda a análise, mirando possibilidades futuras para as metrópoles, portanto, para todas as pessoas influenciadas (em maior ou menor grau) pelo processo de metropolização do espaço. Nesse sentido, abordaremos novamente a temática do direito à cidade (e à metrópole), com o intuito de potencializar a imaginação, a criatividade e a ação em direção à construção do bem comum.

2. Metropolização do espaço

De acordo com projeções feitas pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) no Relatório Mundial das Cidades de 2022, dois terços ($\frac{2}{3}$) da população mundial viverão em cidades no ano de 2050⁶, o que denota a importância dos estudos relativos às cidades. Analisamos os processos, as tensões e as contradições vigentes no mundo contemporâneo, assim como as possibilidades utópicas de transição, a partir da ciência geográfica, e mais especificamente a partir do conceito de metropolização do espaço. Portanto, nada mais necessário do que apresentar a definição deste conceito, que requalifica os conceitos de cidade e de urbano, e que consideramos tão fundamental a ponto de nomear a tese e também este segundo capítulo. Assim sendo, temos como objetivo específico do presente capítulo estabelecer as bases teórico-conceituais dos conceitos de espaço e de metropolização para o desenvolvimento de nossa análise nos capítulos subsequentes.

No primeiro subcapítulo, intitulado '*Da organização à produção do espaço*', teremos como objetivo específico analisar o conceito de espaço a partir da perspectiva da Geografia crítica de cunho marxista, o que formará a base para que possamos definir, posteriormente, o processo de metropolização do espaço. Por sua vez, no segundo subcapítulo, nomeado '*Raízes de um conceito*', nosso objetivo específico será conceituar a metropolização enquanto processo espacial. Para tanto, iremos analisar a origem do conceito de metropolização do espaço, bem como sua pertinência para a análise espacial do mundo contemporâneo por meio da tríade processual globalização – reestruturação – metropolização. Já no terceiro subcapítulo, intitulado '*Metamorfose metropolitana, representações e mercadificação do espaço*', iremos analisar as representações espaciais contemporâneas que evidenciam a metamorfose metropolitana e hierarquizam o espaço por meio de sua mercadificação. Nesse momento, retomaremos a tríade processual homogeneização, fragmentação e hierarquização, dando destaque especial ao terceiro termo (sem nunca deixar de considerá-lo em relação com os outros dois) associado ao conceito de mercadificação do espaço.

⁶ <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-populacao-mundial-sera-68-urbana-ate-2050> Acesso em 29 de agosto de 2022.

2.1 Da organização à produção do espaço

A constituição de uma ciência geográfica depende, hoje, do conceito de espaço. Acreditamos que o espaço seja indispensável para a Geografia, pois este é capaz de abarcar todas as dimensões e escalas da realidade. Assim sendo, analisaremos o espaço como conceito mestre da Geografia, em sua relação hierárquica com os demais conceitos que formam esta ciência. Assim sendo, é imprescindível analisar diferentes concepções do conceito de espaço na Geografia, apresentando suas semelhanças e diferenças. Para tanto, dialogaremos com autores com maior ou menor prestígio internacional, como os brasileiros Milton Santos, Rogério Haesbaert, Ana Fani Carlos e Marcelo Lopes de Souza, com o francês Henri Lefebvre e os britânicos David Harvey e Stuart Elden, entre outros. Neste primeiro momento, optamos por trabalhar com apenas algumas obras de cada um dos autores supracitados – aquelas que consideramos fundamentais para compreender suas concepções sobre o conceito-chave de espaço.

Afirmamos que a relação do conceito-chave espaço com os demais conceitos da Geografia é hierárquica alicerçados no subsídio teórico provido por Rogério Haesbaert (2014). De acordo com o autor supracitado, inspirado pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari, os conceitos podem ser estruturados como uma constelação de conceitos – o que, naturalmente, se aplica aos conceitos da Geografia enquanto saber científico. Em uma constelação geográfica de conceitos, o conceito de espaço desempenharia função de mestre, como o Sol, portanto, seria superior hierarquicamente às demais, partindo dela os demais conceitos geográficos:

Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que devemos enfrentar. Assim, quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto território. (HAESBAERT, 2014, p.43).

É no sentido de sua característica processual que afirmamos que o objeto de estudo da Geografia é a produção do espaço – e não apenas o espaço (dito geográfico) em si ou uma dimensão espacial da realidade. Com isso, pretendemos enfatizar justamente o caráter dinâmico do espaço, que é socialmente produzido. É justamente isso que defende a geógrafa brasileira Ana Fani Alessandri Carlos ao

propor uma metageografia, expressamente baseada na metafilosofia do francês Henri Lefebvre: “a produção do espaço, como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto” (CARLOS, 2015, p.10)

A noção de produção do espaço também nos é trazida por Henri Lefebvre. Embasados por seu profundo esforço teórico, os geógrafos foram capazes de transpor a definição filosófica do conceito de espaço por Lefebvre para torná-la um conceito geográfico. É preciso destacar que a noção lefebvreana de produção (do espaço) não se limita à concepção técnica de produção, mas considera os aspectos da experiência humana enquanto espaço vivido, portanto, próximo da realidade concreta. Retornaremos a esse ponto ao discutir algumas das tríades de Henri Lefebvre sobre o espaço, como, por exemplo, o espaço vivido – percebido – concebido e; práticas espaciais – representações do espaço – espaços de representação.

Buscando a afirmação da Geografia como saber científico, muitos geógrafos basearam-se em métodos neopositivistas – como produção de modelos matemáticos e análises estatísticas – até o começo da década de 1970. Desde então, ocorreu uma mudança significativa na definição do conceito de espaço. O movimento de renovação da Geografia – que ficou conhecida no Brasil como “virada espacial” – se deu a partir de difusão da Geografia Crítica de base marxista. Cabe mencionar pontualmente que o movimento de renovação da denominada Geografia Crítica também teve uma corrente fenomenológica (além da supracitada corrente marxista), conhecida como Geografia Humanista, na qual se destaca o estudo do conceito de lugar sob o comando teórico-metodológico de Carl Sauer, Eric Dardel e Yi-Fu Tuan, entre outros autores (HOLZER, 2003).

Entre os geógrafos brasileiros, Milton Santos foi o maior expoente desta renovação crítica da Geografia. Também é preciso ressaltar a importância de Henri Lefebvre, outra grande referência deste movimento, devido: 1- à sua capacidade de explicação e rigor teórico; 2- aos seus livros sobre produção do espaço, vida cotidiana, urbano e rural; 3- seu extenso conhecimento e reatualização da obra de Karl Marx. Com base em Santos, Lefebvre e outros autores, superou-se a concepção da Geografia como ciência que estuda da organização do espaço (ou organização de coisas no espaço). Assim sendo, alterou-se, também, a concepção de espaço, deslocando o foco da análise da organização espacial para as práticas espaciais –

portanto, para a produção do espaço. Afinal, quem realiza as práticas espaciais são os sujeitos das ações que dinamizam e produzem o espaço.

Por conseguinte, é natural afirmar que compreendemos o espaço como componente fundamental na reprodução humana – e, no presente momento histórico, como elemento indispensável para a reprodução do capital e das relações sociais de produção. Por ser dinâmico e estar em constante produção, o espaço jamais poderia ser abarcado em um estudo, mesmo que este seja exclusivamente teórico. Portanto, os autores que dissertam sobre a natureza do espaço tendem a refletir sobre a noção de totalidade, pois esta permite, ao mesmo tempo, as noções de abertura, unidade e multiplicidade.

No âmbito da produção e evolução do conhecimento geográfico, a centralidade, o detalhamento e o aprofundamento do conceito de espaço foi o que determinou o grau de identidade, autonomia e legitimidade da Geografia, consolidando-a como ciência. A reconstrução geográfica da teoria marxista significou também a reconstrução da Geografia enquanto saber científico. Isto porque, a partir da noção de produção do espaço, passou-se de uma preocupação com a cientificidade (própria da Geografia teórico-quantitativa e seus métodos neopositivistas) para a questão da geograficidade – que envolve, além da ciência, técnica e filosofia. Definir é consideravelmente mais simples que conceituar, e a passagem da noção de organização à produção do espaço foi determinante para a evolução da Geografia.

Em livro intitulado *‘Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial’*, Marcelo Lopes de Souza (2013) apresenta sua visão a respeito de uma abrangente gama de conceitos caros à Geografia e às demais ciências sociais, como espaço, território e paisagem. Apesar de ser, como o próprio autor descreve, uma introdução aos conceitos, reconhecemos a relevância desta obra por retratar fielmente distintas visões do conceito de espaço. A princípio, Souza (2013) distingue espaço geográfico e espaço social, afirmando que o primeiro estaria associado à superfície terrestre, enquanto o segundo seria este quando apropriado e produzido pela sociedade. Posteriormente, os associa, demonstrando que o conceito de espaço geográfico é mais amplo que o de espaço social, englobando-o. Assevera sua posição ao explicar os conceitos de primeira e segunda natureza, ou seja, ao diferenciar os processos físicos e ecológicos das materialidades transformadas e produzidas pela sociedade.

Contudo, para o autor, o espaço social (e, portanto, o geográfico, no qual está inserido), não se limita à superfície terrestre e à natureza transformada e apropriada pela sociedade, a rigor, à dimensão material. Após demonstração sobre o conceito de território, o autor evidencia que o espaço social engloba, também, as relações sociais que nele se realizam, produzindo-o. Nesse sentido, o autor afirma que o estudo do espaço não pode limitar-se à compreensão do próprio espaço, devendo englobar, também, as relações sociais que o dinamizam. Portanto, propõe a utilização do termo sócio-espacial para ressaltar a importância das relações sociais que produzem o espaço, em detrimento do termo socioespacial, no qual o prefixo ‘sócio’ significaria uma mera adjetivação do espaço.

Julgamos relevante expor o posicionamento de Souza (2013) para dele divergir em dois pontos próximos. Primeiramente, o autor apresenta e desenvolve os conceitos de espaço geográfico e social partindo de concepções leigas e não acadêmicas de tal tema, como, por exemplo, sinônimo de ‘superfície terrestre’. Consideramos que tal posição não se justifique, pois ressalta ainda mais as dicotomias e os reducionismos dos quais sofre a ciência geográfica. Somado a isto, o autor propõe a utilização do termo *sócio-espacial*, como dissemos, com o intuito de ressaltar a importância das relações sociais para a compreensão do espaço (SOUZA, 2013, p. 16). Também nos contrapomos a este entendimento do autor, por julgarmos que seja redundante em termos científicos, afinal, o espaço não poderia ser produzido senão via relações sociais. Tendo isso em vista, ressaltamos que sempre que utilizarmos o adjetivo *espacial* (no singular ou no plural), estaremos considerando a produção social do espaço. Ademais, a própria percepção e definição do conceito de espaço e de ‘espaço geográfico’ por Souza (2013) se dão a partir da dimensão social, ou seja, não existem independentes do ser humano.

Ainda que estejamos em desacordo com alguns posicionamentos pontuais de Souza (2013), precisamos também reconhecer a valia de sua lucidez a respeito do conceito de espaço e de sua posição a respeito da obra de Henri Lefebvre, especialmente no que concerne à produção do espaço. Supomos que, em se considerando seu conhecimento do pensamento lefebvreano, o autor entende que a produção do espaço é – e só poderia ser – social, pois envolve as dimensões histórica, cultural, política e econômica.

Com base na obra de Lefebvre, alguns geógrafos foram capazes de deslocar a compreensão de coisas no espaço ou de produção no espaço – muito associado à

compreensão de organização do espaço, de Roberto Lobato Corrêa, também exposto por Souza (2013, p.37) – para a produção do espaço, sendo predominantemente orientada de acordo com o modo de produção capitalista. Porém, Souza ainda ressalta as múltiplas possibilidades presentes na obra de Lefebvre, incluindo-se aí uma alternativa ao pensamento marxista exclusivamente economicista e estruturalista. Afinal, a produção, para Lefebvre, não se limita à produção de bens materiais, envolvendo a dimensão simbólica e cultural, assim como as relações sociais que ocorrem no espaço e que o produzem. Inclusive, a proposta de uma metageografia, engendrada por Ana Fani Carlos, com base na obra de Lefebvre nos ajuda a contestar a interpretação de Marcelo Lopes de Souza do conceito de espaço.

Por sua vez, o geógrafo britânico Stuart Elden, grande estudioso da obra de Henri Lefebvre, destaca a relação entre a concepção de produção do espaço desenvolvida pelo francês com a obra do filósofo alemão Martin Heidegger (ELDEN, 2004). A interpretação proposta por Stuart Elden da obra de Henri Lefebvre à luz da fenomenologia de Martin Heidegger muito nos interessa neste contexto, uma vez que a utilização da obra de Heidegger na Geografia se limita quase exclusivamente à corrente fenomenológica denominada Geografia Humanista, enquanto Elden a aplica para melhor entender as colocações de Lefebvre – especialmente no que concerne à produção do espaço.

Com base na crítica filosófica de Heidegger, Lefebvre é excepcionalmente poderoso ao examinar a relação entre política e espaço, especialmente em relação ao capitalismo moderno. Ele o faz por meio da análise da produção do espaço. A introdução de um conceito marxista, com todas as questões políticas que isso traz, é tremendamente importante para entender a distância entre Lefebvre e Heidegger, mesmo que a ênfase no ‘espaço’ seja devida a ele. A obra de Lefebvre ‘A Produção do Espaço’ deve ser lida entre Marx e Heidegger. (ELDEN, 2004, p. 189. Tradução nossa⁷).

Por sua vez, o esforço de Milton Santos ao conceituar o espaço foi digno de nota. Após muitos anos de estudos e numerosos livros publicados, o autor chegou

⁷ No original: “Lefebvre, building upon Heidegger's philosophical critique, is exceptionally powerful in looking at the relation between politics and space, especially in relation to modern capitalism. He does this through an analysis of the production of space. The bringing in of a Marxist concept, with all the political issues that implies, is tremendously important in understanding Lefebvre's distance from Heidegger, even as the emphasis on 'space' is indebted to him. Lefebvre's work *The Production of Space* should be read between Marx and Heidegger.” ELDEN, 2004, p. 189.

ao seu ápice quando publicou ‘*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*’ (SANTOS, 2012). Com o intuito de abarcar em sua compreensão a totalidade do conceito de espaço, o geógrafo brasileiro aplicou a noção de sistemas abertos. Na concepção de Santos (2012), espaço é formado por conjuntos indissociáveis e solidários de sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais estão em constante interação. Este entendimento, portanto, distancia-se da noção de sistema fechado, utilizada em investigações no campo da Geografia Física e da Ecologia, as quais são embasadas na Teoria Geral dos Sistemas.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2012, p.63).

Diferenciando-se da maioria dos autores de sua época, Santos buscou realizar uma análise teórica e metodológica da Geografia e do conceito de espaço, chegando, assim, à ideia de conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Para tanto, foi obrigado a discernir categorias analíticas internas à ciência geográfica e ao conceito de espaço (configuração territorial, divisão territorial do trabalho, paisagem, lugar, redes, escalas, rugosidades, entre outros) dos processos externos ao espaço.

O estudo dinâmico das categorias internas enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. (SANTOS, 2012, p. 23).

Considerado por muitos o principal de Milton Santos, o livro supracitado foi dividido pelo autor em quatro partes. Ressaltamos a relevância da divisão realizada por considerarmos que tenha sido extremamente didática, assim como nos auxiliará na análise desta vasta obra para que possamos dela extrair alguns dos conceitos com os quais trabalharemos ao longo da presente tese. O primeiro momento, como denomina o autor, trata da evolução das técnicas através da história, em ambas as dimensões material e imaterial. Nesta seção, busca-se a superação das dicotomias entre natural e cultural; objetivo e subjetivo; global e local.

A impossibilidade de separação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, dependentes entre si, é constantemente ressaltada por Milton Santos. Ambos os sistemas interagem e estão intimamente vinculados, e são mediados pelas leis e

normas sociais. Segundo o autor, os objetos diferenciam-se das coisas por sua origem social, enquanto as coisas são da natureza. Assim, é possível afirmar que os objetos independem do sujeito, mas estão sempre submetidos à história da sociedade que os produziu. Portanto, os sistemas de objetos estão sempre inseridos em um contexto histórico do desenvolvimento do modo de produção vigente e também das técnicas. Submetidas a uma série de ações (técnicas), as coisas são convertidas em objetos. É justamente o conjunto das técnicas e dos sistemas de objetos que diferenciam cada momento histórico e também o espaço.

Os sistemas de ações, por outro lado, sempre inscrevem processos, os quais são dotados de intencionalidade. Não podem ser dissociados dos sistemas de objetos, pois muitas vezes dependem destes para se realizarem, ou ainda levam à produção de outros objetos. Santos (2012, p.82) ressalta que, seja para satisfazer necessidades naturais ou criadas (impostas), agimos para desempenhar determinadas funções que, muitas vezes, resultam em novos objetos. Portanto, significa que a intencionalidade da ação (atos conscientes realizados com um objetivo ou propósito) também se faz presente nos objetos. Baseado em Karl Marx e Friedrich Engels, Santos (2012, p.78) afirma que quando o homem transforma a natureza (o meio) através do trabalho, também muda a si próprio. Seguramente, esse enunciado muito se assemelha à de Henri Lefebvre (afinal, é um autor marxista, assim como Milton Santos, apesar de alguns autores não classificarem a obra de Santos como marxista), quando afirma que a sociedade produz o espaço que a produz.

Já no segundo momento de sua obra, Santos reflete a respeito da ontologia do espaço. Nesta etapa,

O espaço será visto em sua própria existência, como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou. (SANTOS, 2012, pp. 24-25).

Contudo, o espaço é mais que forma-conteúdo. É formado, também, por formas e estruturas, existindo dentro de “um processo permanente de totalização, que é, ao mesmo tempo, um processo de unificação e de fragmentação e individuação” (SANTOS, 2012, p.25). Milton Santos enfatiza, nesse sentido, o caráter multiescalar e multidimensional do espaço. É neste momento em que o autor supera suas obras anteriores e resgata da Filosofia a categoria de totalidade e a noção de totalização, com o intuito de compreender o caráter múltiplo e dinâmico

do espaço, que leva à diferenciação entre lugares e à divisão territorial do trabalho, evidenciando o movimento da sociedade.

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização. (SANTOS, 2012, p. 120).

Com isso, o autor explicita a relação entre espaço e tempo através da técnica: o tempo é empiricizado, ou seja, vivido socialmente. Tal afirmação nos leva, assim, ao terceiro momento da obra de Milton Santos, no qual se discute o atual momento histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista. De acordo com Santos, passamos do meio natural (momento pré-técnica) ao meio técnico (surgimento do espaço mecanizado) através da criação de objetos culturais técnicos e, deste, ao meio técnico-científico, por meio da associação entre técnica e ciência, constituindo, assim, o mercado global. O desenvolvimento da tecnociência (termo visa ressaltar a atual inseparabilidade entre técnica e ciência) no mundo contemporâneo e a importância crescente da informação nos levam, nas palavras do autor, ao meio técnico-científico-informacional. A união entre técnica, ciência e informação é primordial para que possamos compreender a produção do espaço nos tempos atuais. Este também será um dos eixos de análise que nos permitirão relacionar a visão de Santos àquela de Foucault e Deleuze a respeito da biopolítica. Mesmo usando abordagens teóricas e conceituais distintas, é possível afirmar que os autores analisam o mesmo processo, ou seja, as consequências da reestruturação produtiva do capitalismo no meio técnico-científico-informacional – sem se limitar às mudanças consideráveis no trabalho, a partir da acentuação da divisão do trabalho. Desse modo, a partir de Foucault, Deleuze e demais autores, discutiremos, na terceira parte deste capítulo, técnica, relações entre globalização, informação e o exercício da biopolítica, especialmente no que concerne aos mecanismos de controle e segurança.

Por fim, na última parte de sua obra, Milton Santos aponta perspectivas futuras, discutindo os conceitos de lugar e cotidiano apontando suas possíveis relações, sem o intuito de realizar uma conclusão. Para tanto, o autor busca confrontar as ordens global e local. A ordem global visa à homogeneização e à imposição da racionalidade dominante, enquanto a ordem local e suas particularidades se contrapõe a esta lógica. Os lugares, afirma Santos (2012, p. 339),

são formados justamente por essa relação dialética entre global e local. Nesse sentido podemos traçar uma clara relação entre as obras de Milton Santos e Henri Lefebvre. A noção de ordem global e local de Milton Santos muito se assemelha à noção de ordem próxima e ordem distante desenvolvida por Henri Lefebvre⁸. As interações entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações ocorrem em todas as escalas do real, transitando entre as ordens local e global dialeticamente. É nesse sentido que o autor assevera que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2012, p. 314).

Por sua vez, em *‘Espaço e política’* (2008), Henri Lefebvre pretendeu construir uma metafilosofia, tendo como tese central a inseparabilidade entre conhecimento e prática. Portanto, ao empenhar-se na busca pela interdisciplinaridade, o autor realiza uma crítica radical às ciências parcelares. Tal ideia também veio a inspirar a geógrafa Ana Fani Carlos a propor uma metageografia, baseada na tese da produção do espaço como meio, condição e produto da ação humana, conforme apresentamos anteriormente (CARLOS, 2011). No primeiro capítulo da obra, o autor francês critica as três principais visões científicas do conceito de espaço, as quais aborda como hipóteses. Seu objetivo, nesse sentido, é superar as principais concepções filosóficas que estruturam o pensamento científico, a saber, a as análises racionalista e empirista, além da análise marxista clássica, analisando o espaço e sua importância para a reprodução das relações sociais de produção. Reforçamos que em nenhum momento o autor nega as hipóteses analisadas, apenas demonstra um movimento de sobredeterminação. Afinal, cada uma delas é importante à sua maneira para o abarcamento da totalidade.

A primeira noção do conceito de espaço apresentada por Lefebvre (2008) é uma ideia absoluta. É o espaço da lógica cartesiana, matemática e fenomenológica. Suas objeções a essa hipótese são a supressão do tempo histórico e do espaço vivido. Aponta ainda, que esta concepção muitas vezes ultrapassa o espaço mental na prática de arquitetos e planejadores que assim interpretam o espaço. Por sua vez,

⁸ Paralelo semelhante pode ser traçado com a obra de Rogério Haesbaert (2014), quando este discute o conceito de lugar na perspectiva da geógrafa britânica Doreen Massey e indica como este muito se assemelha à noção latino-americana de território e multiterritorialidade. Todos os quatro autores destacam a importância da multiescalaridade, que se manifesta processualmente nas diferentes modalidades de exercício do poder.

a segunda hipótese baseia-se no empirismo descritivo. Isto significa que o espaço é compreendido como uma objetivação do social e resultado do trabalho e da divisão do trabalho. Como vimos anteriormente, a noção apresentada por Milton Santos (2012) de sistema de objetos se assemelha, porém supera esta segunda hipótese.

Finalmente, a terceira e quarta hipóteses estão intimamente relacionadas. Em toda sua obra, Henri Lefebvre buscou dialogar com base teórico-metodológica oferecida por Karl Marx e também por seus diversos intérpretes, por muitas vezes criticando-os radicalmente. Exemplo disso é a terceira hipótese, uma crítica contundente ao marxismo clássico e sua abordagem estruturalista. De acordo com essa abordagem, o espaço seria uma mediação, ou seja, desempenharia função instrumental na reprodução dos meios de produção. A principal objeção de Lefebvre a esta hipótese é que sua aplicação limita-se ao momento histórico do capitalismo em que Marx viveu, em meados do século XIX. Portanto, com base nesta objeção, Lefebvre aponta a quarta hipótese sobre o espaço, esta formulada por ele em bases marxistas. Ou seja, a última hipótese envolve a anterior, ampliando-a (LEFEBVRE, 2012, p. 47). O autor indica que a cidade tradicional não estava integrada ao consumo, o que ocorre nos dias de hoje, quando o modo de produção capitalista envolve, também, a reprodução das relações de produção, o que ocorre através do espaço como um todo.

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

O estudo da produção do espaço em Henri Lefebvre deve considerar outros temas e conceitos trabalhados ao longo de sua obra, como: 1- a crítica da vida cotidiana; 2- seu diálogo com Karl Marx, Friedrich Hegel e Friedrich Nietzsche; 3- a questão do Estado e; 4- a relação entre rural e urbano (ELDEN, 2004). Decifrando o processo de urbanização no livro *‘Revolução urbana’* (2019), o autor desenha um eixo espaço-temporal (figura 6) que vai do 0 (Natureza pura, ausência total e completa da urbanização) ao 100% (simbolizando a sociedade urbana, objeto virtual por ele vislumbrado). Ao longo do eixo desenhado, Lefebvre destaca a transição da cidade política para a cidade comercial, depois desta para a cidade industrial (marcando a inflexão do agrário para o urbano) e finalmente indica a transição da cidade industrial para a zona crítica, sinônimo encontrado pelo autor para apontar a urbanização completa da sociedade – sua hipótese no livro

supracitado (LEFEBVRE, 2019, p. 17). A marca mais significativa desta última transição é o duplo movimento de implosão e explosão da cidade, sendo percebida por meio dos processos de êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação do rural ao urbano, concentração urbana (LEFEBVRE, 2019, p. 31). Com base em Lencioni (2017), que diferencia os processos de concentração de centralização, poderíamos acrescentar este último à lista. Enquanto a concentração⁹ refere-se à concentração de renda, população, comércio, serviços, indústrias tecnológicas de ponta, trabalho qualificado e pesquisa, a centralização diz respeito a procedimentos de administração e controle do capital.

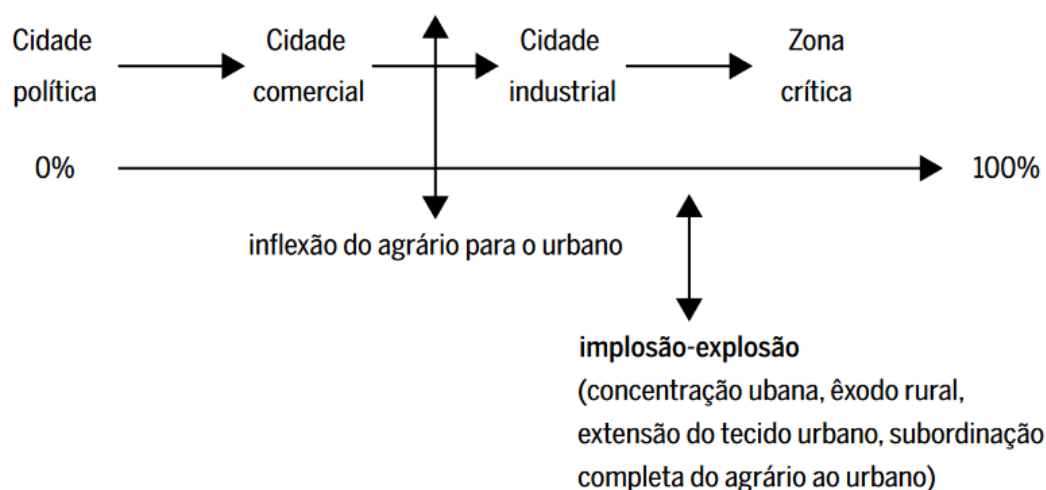


Figura 6: Diagrama em eixo de Henri Lefebvre que descreve o processo de urbanização completa da sociedade. Fonte: Lefebvre, 2019, p. 31.

Destacamos essa passagem específica e didática da obra de Henri Lefebvre, pois nos permite elucidar brevemente a complexa interpretação do autor do processo de urbanização. Estudioso da obra lefebvrea, o geógrafo estadunidense Neil Brenner indica que o próprio Lefebvre sugeriu, anos depois, que a sua tese da urbanização completa da sociedade haveria sido realizada e, assim, haveríamos passado ao momento de urbanização planetária – o que de maneira alguma implica dizer que toda a superfície do planeta é coberta por cidades (BRENNER, 2018, p. 238). Voltaremos oportunamente a debater esta questão, mas cabe indicar, por ora, que tal afirmativa corrobora a nossa argumentação a respeito do processo de metropolização do espaço.

Na figura 7 (abaixo), um mapa produzido por Niko Katsikis e pelo laboratório de pesquisa coordenado por Brenner, pode-se observar as redes

⁹ Cabe enfatizar que a concentração não se opõe à dispersão, componente inerente da explosão da cidade.

mundiais de transporte rodoviário, ferroviário e marinho em todo o planeta, com o intuito de ilustrar o processo de urbanização planetária (Brenner, 2018, p. 252). Na figura 8, um mapa mundi noturno, podem-se observar os principais pontos luminosos do planeta. Contudo, tal figura pode ser enganadora, uma vez que, na escala desse mapa, tais pontos reluzentes não significam necessariamente a presença de aglomerações urbanas, assim como as áreas escuras não indicam necessariamente vazios – indicam um grau maior de urbanização que, como frisamos anteriormente, não é o mesmo que a formação de cidades. Entretanto, acreditamos que a figura 7 se torne ainda mais interessante para ilustrar o processo de urbanização planetária (BRENNER, 2018) em conjunto com a figura 8 (mais abaixo). Afinal, em conjunto, as figuras 7 e 8 nos permitem ter uma noção mais aproximada não apenas da distribuição da ocupação humana em escala planetária, mas também dos fluxos, interações e conexões, nos remetendo diretamente ao conceito de meio em Foucault – que está associado aos espaços de circulação e ao conceito de rede –, fundamental para a análise do exercício da biopolítica nas sociedades de controle e in-segurança.

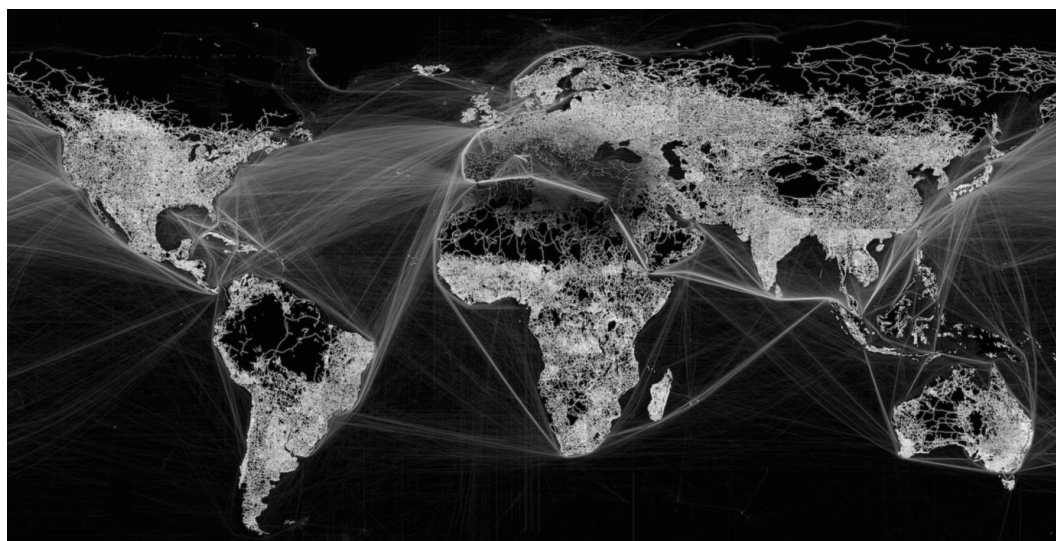


Figura 7: Redes mundiais de transporte rodoviário, ferroviário e marinho. Mapa usado por Neil Brenner para ilustrar a urbanização planetária. Fonte: Brenner, 2018, p. 252.

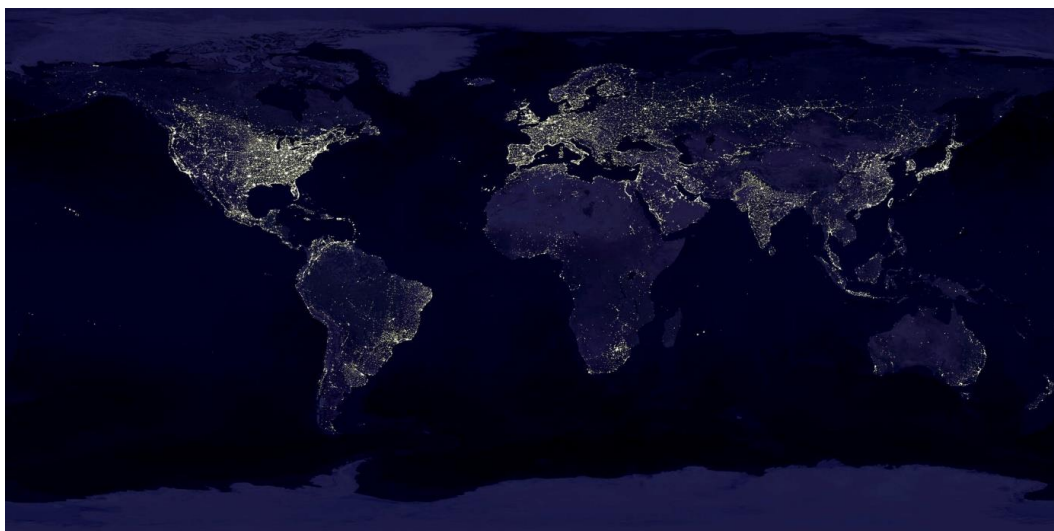


Figura 8: Mapa Mundi noturno em imagens de satélite fornecidas pela NASA. Fonte: Google imagens. Acesso em 15/10/2020.

É no sentido aqui exposto que propomos o conceito de metropolização **do espaço**, ressaltando novamente a dimensão espacial do processo. Propomos esta análise por considerarmos que o mundo mudou consideravelmente, mas a teoria não acompanhou o ritmo das metamorfoses em curso. Acompanhando Lencioni (2013), preferimos falar em metamorfose, em detrimento de transformações, pois a essência do processo foi alterada (isto é, se alteraram as formas, funções em conjunto com a estrutura).

Nossa opção no presente subcapítulo foi a de analisar as bases da discussão do conceito de espaço na Geografia, de acordo com os autores que mais consideramos relevantes. Como vimos, o modo de produção capitalista tem passado por significativas metamorfoses, ressignificando também espaço e a sociedade em suas múltiplas dimensões e escalas. Com o intuito de continuar interpretando e conceituando as recentes metamorfoses da cidade e do urbano – agora sob a égide da financeirização da economia capitalista, da hegemonia do trabalho imaterial e do exercício da biopolítica –, analisaremos, no subcapítulo a seguir, as bases teóricas e metodológicas que dão sustentação ao conceito de metropolização do espaço.

2.2 Raízes de um conceito

Após definirmos o conceito de espaço com especial atenção à noção de produção do espaço no subcapítulo anterior, agora partiremos para a definição do processo de metropolização do espaço. Para tal, a exemplo de Sandra Lencioni

(2017), nos utilizaremos de algumas tríades analíticas. Como afirmamos na introdução, a exemplo da relação entre os termos forma – função – estrutura, o que deve ser valorizado é o conjunto destes, pois se trata de uma tríade. Em nosso entendimento, uma tríade é formada por um trio de elementos em tensão dialética, integrados e integrantes de um processo.

É imperativo que sejam ressaltados mais alguns aspectos gerais que dizem respeito às tríades. Primeiramente, não há qualquer relação de hierarquia entre os elementos das tríades, assim como não deve haver um termo que não esteja em interação com os outros dois. Em segundo lugar, somente podemos falar em sobre-determinação interna (entre os termos que formam as tríades) ou externa (entre tríades, pois, para Lefebvre, as tríades estão relacionadas entre si dialeticamente), jamais em gradação. Ou seja, as tríades funcionam como lupas ou lentes que foram desenvolvidas para desembaraçar a realidade e auxiliar a análise de determinado tema ou questão. Somado a isto, é preciso saber que Lefebvre (e também Lencioni) trabalha com a realidade atual (presente), com a herança inscrita no espaço (passado) e com o possível (futuro): sua visão está aberta a múltiplas temporalidades, que coexistem em um mesmo momento histórico e, naturalmente, em um mesmo espaço.

Para exemplificar, iniciemos pela análise da tríade lefebvrea prática espacial – representações do espaço – espaços de representação. As práticas espaciais correspondem ao espaço de experiência e percepção a partir do prático sensível e formam uma tríade analítica em associação com as representações do espaço e os espaços de representação. As representações do espaço dizem respeito ao espaço concebido e representado, portanto, o espaço da apropriação, da tecnocracia, da ciência formal e da razão instrumental. Pretendem-se hegemônicas por meio das práticas espaciais de grupos de atores e agentes dominantes na sociedade, que regulam e ditam o modo de produção. Entretanto, não são totais: outras interpretações e apropriações do espaço resistem e persistem. É o caso terceiro elemento da tríade, os espaços de representação, que equivalem ao espaço vivido, a rigor, das sensações, da imaginação, das emoções e significados presentes no cotidiano, ou seja, que não são hegemônicos.

A partir dessa tríade podemos perceber diversos conflitos, que podem, por exemplo, gerar outras tríades, como a dos espaços vivido, percebido e concebido. Esta divisão tripartite enfatiza a dimensão da corporeidade, da experiência

perceptiva através do corpo. Portanto, refere-se à dimensão concreta mais que à abstrata. Entretanto, os conflitos também podem remeter a oposição entre valor de uso e valor de troca ou apropriação e dominação do espaço.

São muitos os autores da Geografia que se baseiam na obra de Henri Lefebvre e em seu extenso aporte teórico sobre o conceito de espaço para desenvolver leituras particulares. É o caso, por exemplo, do consagrado geógrafo britânico David Harvey. Em artigo intitulado '*O espaço como palavra-chave*', o autor busca apresentar o conceito de espaço e, para tanto, concebe e explana a tríade espaço absoluto – relativo – relacional. Cada uma das dimensões dessa divisão tripartite do conceito de espaço está relacionada a uma corrente científica. O espaço absoluto é fixo e imóvel, sendo relacionado por Harvey (2012, p. 10) a Newton e Descartes – e nos remete à análise de Lefebvre (2008), apresentada anteriormente. Reconhecendo a multiplicidade do espaço e de suas relações, Harvey (2012, p. 10-11) associa o espaço relacional a Einstein, marcando o rompimento com a geometria euclidiana do espaço absoluto. Finalmente, o espaço relacional está intimamente conectado à leitura de Leibniz, que aponta que o espaço é intrínseco ao processo que o produz, sendo assim impossível dissociá-lo do tempo – aproximando, mais uma vez, a análise de Harvey àquela de Lefebvre.

Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos ao longo do tempo. (HARVEY, 2012, p. 12).

A exposição de Harvey a respeito do espaço-tempo relacional e a elaboração desta tríade espacial foram de extrema importância para a ciência geográfica, caracterizando-se como uma importante ferramenta para pesquisa espacial. Entretanto, é preciso apontar algumas divergências de nossa interpretação em relação ao célebre geógrafo britânico. Como ressaltamos anteriormente, as tríades seguem alguns princípios básicos gerais, sendo um deles a ausência de hierarquia interna ou externa. Ou seja, quando trabalhamos com tríades, não podemos pensar em graus de importância entre as partes, somente podemos pensar em sobre-determinação. Nesse sentido, consideramos importante reafirmar que a aplicação das tríades é complexa e exige rigor científico e filosófico, do mesmo modo que ocorre com o conceito de espaço.

Retornando às tríades lefebvrianas, outro bom exemplo é a tríade homogeneização – hierarquização – fragmentação, inicialmente cunhada por Karl

Marx para descrever o processo de trabalho e adaptada por Henri Lefebvre (2000) para a análise da produção do espaço. Assim sendo, o espaço é, concomitantemente, homogêneo, fragmentado e hierarquizado. As semelhanças entre as metrópoles contemporâneas evidenciam o traço homogeneizante da metropolização do espaço. Inclusive, Sandra Lencioni se alicerça em Henri Lefebvre e sua tríade para analisar o processo de metropolização do espaço, afirmando que:

O processo de metropolização do espaço acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquização entre os lugares. Além disso, se faz acompanhar ou induz ao desenvolvimento de infraestruturas, tais como redes de circulação, a provisão de serviços públicos, as redes informacionais e comunicacionais, etc. (LENCIONI, 2013, p. 31).

Não se trata de negar as singularidades históricas de cada lugar, mas as paisagens construídas – os modelos arquitetônicos e os planos de intervenção estatal – provam-se cada vez mais similares em todo o mundo. De acordo com Lencioni (2017), os processos de homogeneização e fragmentação do espaço estão sempre acompanhados do processo de diferenciação espacial – que não pode ser confundido com distinção nem diversidade. A respeito do processo de diferenciação, a autora afirma que:

Esse produz diferenças espaciais, fratura o espaço e compromete a ideia de que cada parcela do espaço poderia ter a potencialidade de se colocar como equivalente de outra. Nada é equivalente de nada; só na aparência (...). Com isso, a fragmentação do espaço se faz acompanhar da segregação social que nega, como nunca e, cada vez de forma mais acurada e aterrorizada, a aproximação dos diferentes. (LENCIONI, 2011, p. 58).

A segregação espacial, traço significativo da diferenciação espacial, manifesta-se em todas as pequenas, médias e grandes cidades do mundo, sendo marca incontestada do processo de metropolização do espaço. Contudo, avaliamos não ser mais pertinente analisar a realidade por meio do par conceitual dicotômico centro e periferia. Não se trata de negar a relevância nem o potencial explicativo destes conceitos para a análise geográfica, mas de reconhecer a complexidade do processo de metropolização do espaço. Afinal, é possível constatar muitos elementos da periferia no centro e vice-versa – o que se explica pelo fato da metropolização do espaço ter constituição policêntrica, característica oriunda da desterritorialização e reterritorialização. “A própria dupla ‘centro – periferia’ é

ultrapassada pela emergência de centralidades de novo tipo.” (SZANIECKI, B.; COCCO, G., 2021, p. 46).

Desta forma, optamos por trazer uma longa sequência de fotos do projeto *Unequal Scenes* (Cenas Desiguais, em tradução direta), do fotógrafo profissional Johnny Miller, uma vez que seu trabalho é ilustrativo do processo de metropolização do espaço, especialmente no que concerne (didaticamente) à tríade espacial homogeneização – hierarquização – fragmentação.

Nas figuras a seguir (9 a 13), podemos observar diferentes paisagens urbanas marcadas pelos três elementos. que compõem a tríade processual homogeneização – hierarquização – fragmentação do espaço. Seja nos contrastes entre bairros ricos e pobres ou mesmo na oposição entre carros (objeto símbolo da urbanização) transitando em rodovia de alta velocidade e um acampamento de moradores de rua (figura 9), a fragmentação, a hierarquização e a homogeneização espaciais se fazem presentes no ambiente urbano.

Ainda que façam parte de uma mesma cidade, bairros vizinhos evidenciam a fragmentação espacial devido às diferentes funções (moradia ou comércio, por exemplo), assim como o fracionamento da terra pelo mercado imobiliário, portanto, evidenciam também a segregação social existente. A homogeneização e a fragmentação espaciais referem-se às paisagens e formas urbanas, sendo perceptíveis ao olhar, como se pode observar nas figuras 9, 11 e 12. De um lado, bairros ricos e residenciais cujas casas são amplas e espaçadas e, de outro lado, bairros pobres cujas casas são menores e amontoadas, onde mal se vê a rua. Por sua vez, nas figuras 10 e 13, constata-se o contraste entre edifícios de maior dimensão vertical de espaços de trabalho e residências de baixa renda (no primeiro plano de ambas as figuras).

Sendo assim, voltamos a destacar, com base em Horacio Capel (1975), que a morfologia e a paisagem urbanas são aspectos elementares para que possamos desvendar os processos que sustentam a produção de tais formas, assim como de suas funções e estrutura. Esta afirmação remete-nos diretamente à interpretação do conceito de paisagem por dois autores franceses. Para o filósofo francês Jean-Marc Besse,

É verdade que a paisagem *também* é uma maneira de ver e imaginar o mundo. Mas é *primeiramente* uma realidade objetiva, material, produzida pelos homens. Toda paisagem é cultural, não essencialmente por ser *vista* por uma cultura, mas essencialmente

por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais), e segundo valores que, de certa forma, ela *simboliza*. (BESSE, 2014, p. 30, grifos do autor).

Entendemos que este enunciado é quase equivalente à análise do geógrafo francês Augustin Berque (2012), que divide a paisagem em marca e matriz:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.; e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2012, p. 240).

Desta forma, optamos por trazer uma longa sequência de fotografias aéreas do projeto *Unequal Scenes* (Cenas Desiguais, em tradução direta), do fotógrafo profissional Johnny Miller, uma vez que seu trabalho é ilustrativo do processo de metropolização do espaço, especialmente no que concerne (didaticamente) à interpretação espacial da tríade processual homogeneização – hierarquização – fragmentação.

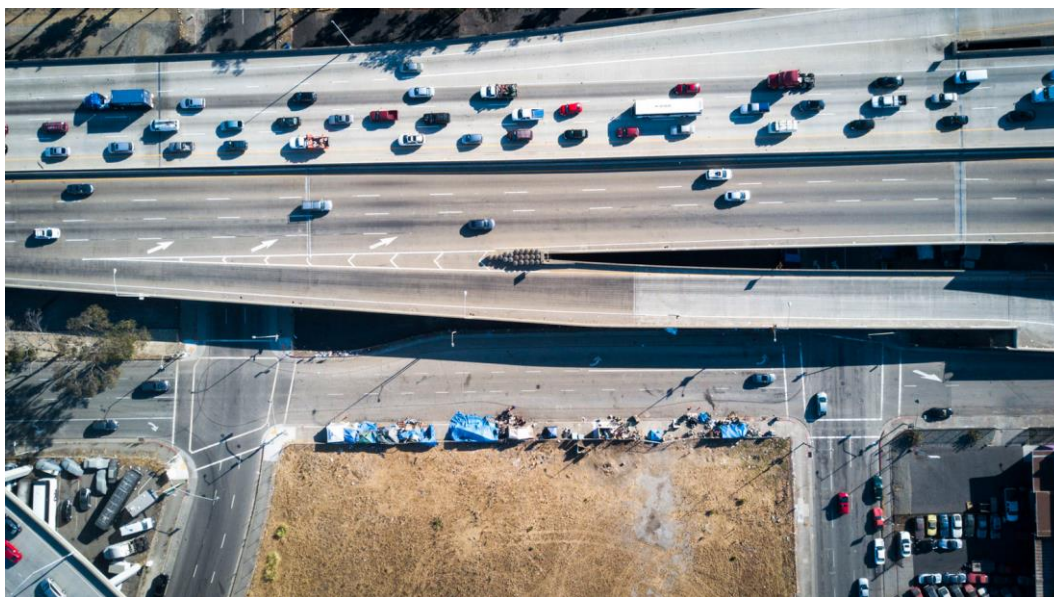


Figura 9: Visão aérea de carros e acampamento de moradores de rua na Rodovia Interestadual 880, Oakland, Califórnia, Estados Unidos. Fonte: Johnny Miller / Projeto Unequal Scenes. Acesso em 10/01/2021.



Figura 10: Visão aérea do complexo Bandra Kurla e adjacências, Mumbai, Índia. Fonte: Johnny Miller / Projeto Unequal Scenes. Acesso em 10/01/2021.

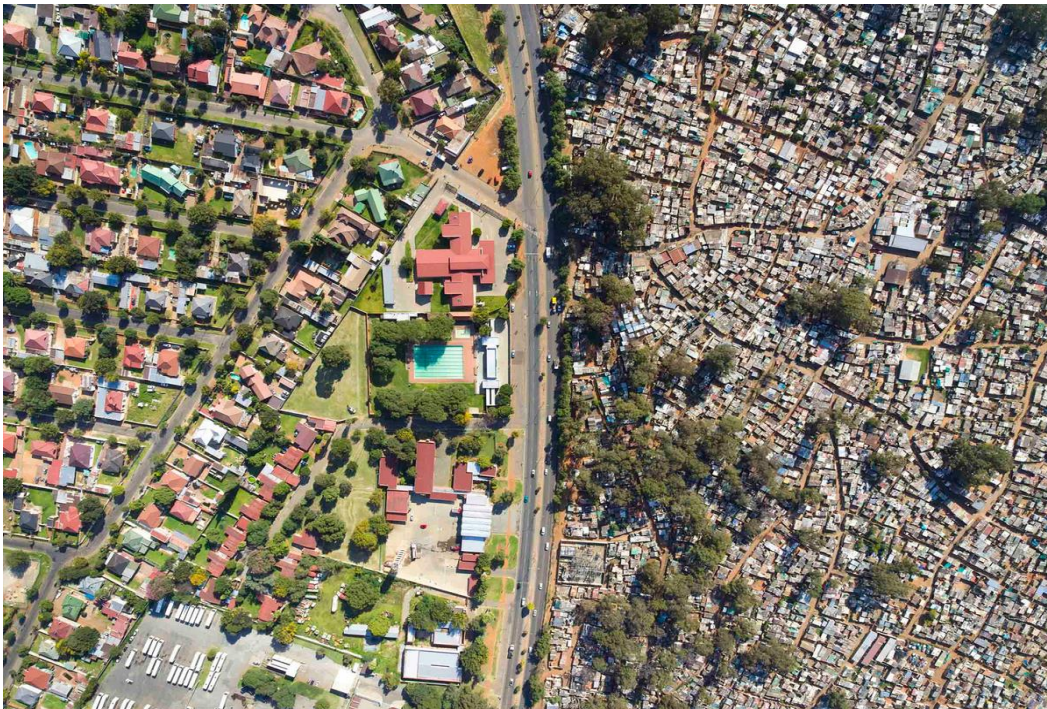


Figura 11: Visão aérea de Makause, Joanesburgo, África do Sul. Fonte: Johnny Miller / Projeto Unequal Scenes. Acesso em 10/01/2021.



Figura 12: Visão aérea da Gávea (esquerda) e Rocinha (direita), Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: Johnny Miller / Projeto Unequal Scenes. Acesso em 10/01/2021.

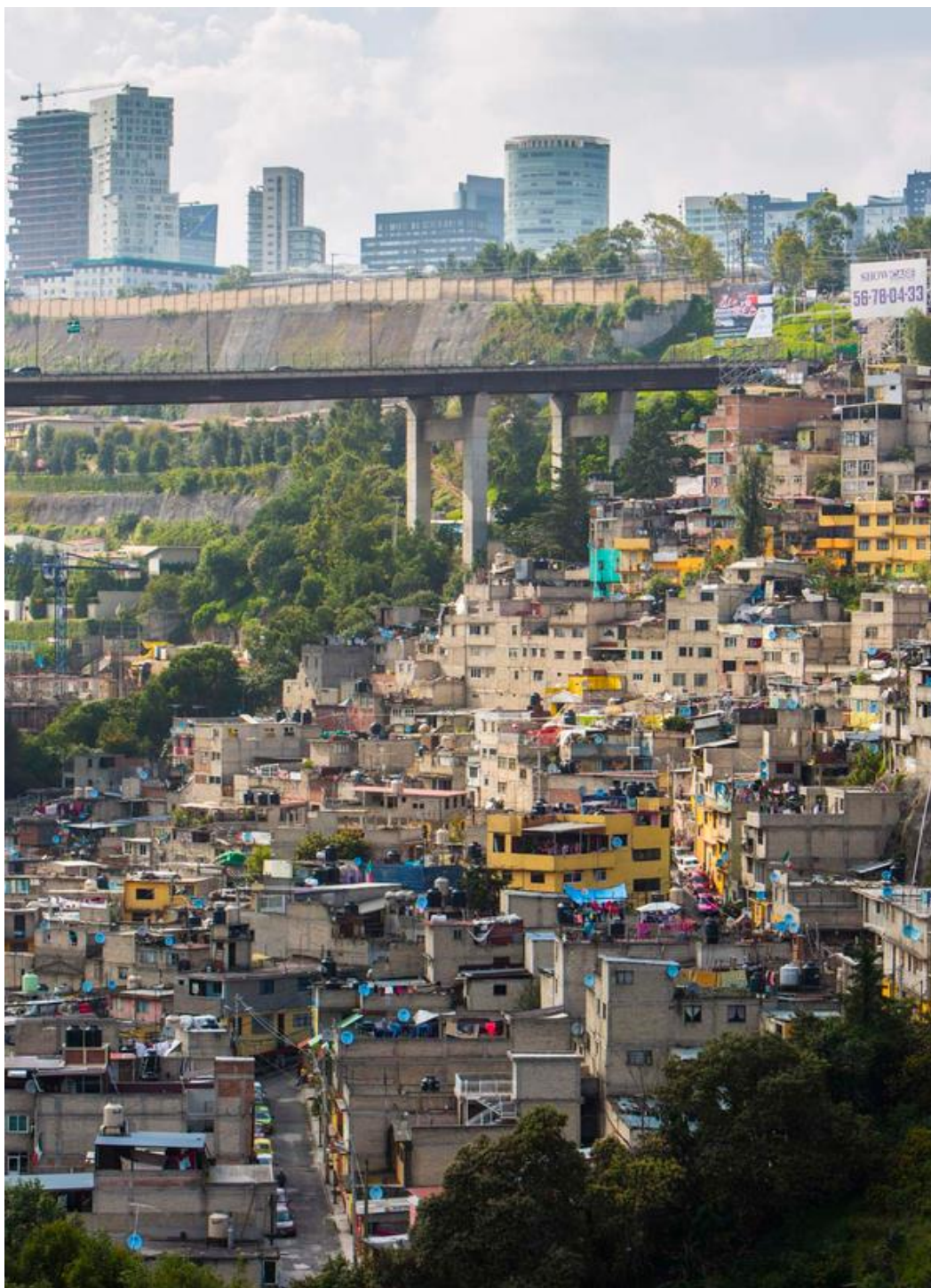


Figura 13: Visão aérea de Santa Fe, Cidade do México, México. Fonte: Johnny Miller / Projeto Unequal Scenes. Acesso em 10/01/2021.

Retomemos a afirmação aparentemente tautológica de Henri Lefebvre que inicia o livro *‘A produção do espaço’*: “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 2000). Ao destacar a noção de produção do espaço, o autor nos indica que o espaço não é somente passivo, um receptáculo ou um palco onde ocorrem as práticas sociais, ressaltando a importância de analisarmos o espaço para além de sua dimensão formal, portanto, para além de suas representações. Além disso, a

noção de produção do espaço nos remete à ideia de processo, de movimento e de abertura. Considera o passado, o presente e o devir (futuro) em conjunto, como uma tríade. É importante destacar novamente que nossa concepção de espaço e tempo é multidimensional e também multiescalar. Retornaremos a esta questão ao longo de toda a tese, pois a julgamos fundamental. Significa dizer que buscaremos analisar as relações das dimensões política, econômica, social e cultural na produção do espaço, sempre levando em conta que toda ação, reação e interação gera consequências em diferentes escalas, assim como é pautada por relações de poder, ideologias e por representações prévias.

A noção de futuro como devir também nos é primordial, uma vez que nos remete diretamente à característica processual (e aberta) da produção do espaço. Assim, ao pensarmos no que é porvindouro, devemos sempre considerar sua multiplicidade de possibilidades, sem, com isso, negar a importância do passado. Em síntese, o espaço é, ao mesmo tempo, condição, meio e produto das relações sociais (CARLOS, 2011). Além disso, dialogaremos com muitos autores que enunciam e vislumbram a todo o tempo novidades sem precedentes, sempre pautados pela noção de devir, o que implica cuidado e exige rigor.

Seguindo o método regressivo-progressivo, aplicado por Henri Lefebvre e pelos situacionistas (HESS, DEULCEUX, 2009, p.71), devemos iniciar pelo objeto virtual (no nosso caso, a metropolização do espaço), retornar ao momento presente e só então ao passado, buscando desvendar as condições que possibilitaram e moldaram o estado de coisas atual: “O futuro iluminou o passado, o que nos permitiu examinar e situar o realizado.” (LEFEBVRE, 2019, p. 39), o que diferencia a filosofia da metafilosofia (HESS, DEULCEUX, 2009, p. 74). Como afirmamos anteriormente, o autor buscou esquivar-se das ilusões das representações construídas na vida cotidiana – subjugada ao modo de produção capitalista e à reprodução das relações sociais de produção –, retornando posteriormente ao momento atual e também ao virtual, agora já elucidado. Ou seja,

Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde quando existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo). (LEFEBVRE, 2019, p 39).

Contudo, não há uma simples passagem direta do cotidiano ao objeto virtual, devido, segundo Lefebvre, ao campo cego. Tal ‘cegueira’ refere-se à tentativa de analisar um campo novo (o objeto virtual, ainda não realizado) a partir de conceitos

(lógicas de interpretação) de outros tempos, portanto, limitadas e incapazes de abarcar o porvir. A constituição do referido campo cego tem uma forte carga ideológica capitalista, uma vez que esta é parte fundamental da formação das representações. Analisando a realidade em que viveu, Lefebvre indicou que a realidade urbana (objeto virtual que vislumbrou) era ocultada tanto pelo rural quanto pelo cotidiano industrial – em coexistência, naturalmente. A cegueira é justamente a redução do urbano ao industrial, o que atende à lógica da reprodução capitalista.

Qual seria, então, a diferença da nossa argumentação para a de Henri Lefebvre? Evidente que sua base teórica e metodológica nos é muito cara, mas consideramos que a partir dos processos de: 1- globalização (aperfeiçoamento dos meios de transporte e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação associadas à inteligência artificial e ao 5G); 2- reestruturação produtiva do capitalismo (passagem da hegemonia do trabalho industrial ao trabalho imaterial) e; 3- exercício da biopolítica (mecanismos de vigilância, controle e segurança), as metamorfoses espaciais foram tão significativas que vislumbramos um objeto virtual distinto daquele analisado pelo filósofo francês em sua época.

Para a psicóloga social Shoshana Zuboff, vivemos hoje a era do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019). Retornaremos a seus argumentos, mas no momento, cabe ressaltar o ineditismo deste momento de desenvolvimento do capitalismo:

Uma explicação para os muitos sucessos do capitalismo de vigilância flutua acima de todos os outros: é *inédito*. O inédito é necessariamente irreconhecível. Quando encontramos algo inédito, nós o interpretamos automaticamente através de lentes de categorias familiares, tornando invisível justamente aquilo que é inédito. (ZUBOFF, 2019, p. 12. Tradução nossa e grifo da autora¹⁰).

Destacamos o trecho acima devido às suas implicações teóricas e metodológicas. O caráter de ineditismo é recorrentemente enfatizado: o nível de urbanização, por exemplo, não tem precedentes na história da humanidade, conforme destacado por Lefebvre e Brenner (2018), assim como ocorre com o nível

¹⁰ No original: “One explanation for surveillance capitalism’s many triumphs floats above them all: it is *unprecedented*. The unprecedented is necessarily unrecognizable. When we encounter something unprecedented, we automatically interpret it through the lenses of familiar categories, thereby rendering invisible precisely that which is unprecedented.” ZUBOFF, 2019, p. 12.

de desenvolvimento tecnológico, ponto essencial para o argumento de Zuboff. Não são poucos os autores que ressaltam essa noção de ineditismo histórico. Apesar de cada autor se colocar na vanguarda das descobertas e desvendamentos, indicando sempre o ineditismo de suas descobertas, acreditamos que se trata do mesmo processo de desenvolvimento (e readaptação) do capitalismo (Ocidente – capitalismo – modernidade). Contestamos, em parte, a possibilidade de tal afirmação, uma vez que nossa concepção de História (e, portanto, de devir) não é absolutamente linear, como uma flecha em disparada, mas sim em espiral ascendente e crescente – o que não nega a possibilidade do inédito, pois novas possibilidades sempre surgirão.

Ao discutir o processo de metropolização, o geógrafo francês Guillaume Faburel (2018) resgata a noção de desenvolvimento na obra do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis, que justamente guarda proximidade com a abordagem lefebvreaana – e terá muita importância no presente subcapítulo. Para Faburel,

O conceito de 'metropolização' segue a mesma lógica do 'desenvolvimento': nunca designou uma virtualidade simples, mas caracteriza uma realidade em ação. Os dois termos servem assim para legitimar *ex post* um projeto político implementado sem nenhum debate prévio sobre o fim e os meios para alcançá-lo. (FABUREL, 2018, p. 121. Tradução nossa¹¹).

O livro supracitado, “*Métropoles barbares: démondialiser la ville, désurbaniser la terre*”, interessa-nos, pois, em linhas gerais, há uma grande convergência entre seu trabalho e o nosso: 1- Os conceitos. O autor também trata do tema das metrópoles e do conceito de metropolização, porém Faburel não chega a se referir ao processo de metropolização do espaço. Ainda assim, as aproximações são possíveis; e 2- O contexto. A análise de Faburel parte de uma realidade que é, concomitantemente, próxima e distante da nossa: parte de Lyon (França, Europa), onde habita. Assim como o autor, destacaremos com maior frequência exemplos de nossa realidade: de nossa cidade, país e continente, sempre buscando trazer uma perspectiva multiescalar. Compreender as convergências e divergências no processo de metropolização do espaço em diferentes lugares do mundo é

¹¹ No original, “Le concept de « métropolisation » obéit à la même logique que celui de « développement » : il n’a jamais désigné une simple virtualité, mais qualifie une réalité en acte. Les deux termes servent ainsi à légitimer *ex post* un projet politique mis en oeuvre hors de tout débat préalable sur la fin et les moyens d’y parvenir.” FABUREL, 2018, p. 121.

indispensável para que possamos entender o processo em suas particularidades locais e regionais.

Além disso, nos interessam as associações que Faburel propõe entre o capitalismo em suas dimensões material e imaterial e o vislumbre de alternativas a este mundo, reduzindo e ressignificando o espaço-tempo da metrópole:

A ‘nova’ era de intensificação dos fluxos (notadamente de capital) responde a novas áreas de polarização pela hiperconcentração que são as cidades empreendedoras. É a supermodernidade urbana, com suas políticas de sujeito e seu condicionamento das práticas e condutas a fim de fazer aceitar os fantasmas individuais criados e sustentados pelo mercado (desempenho e fruição). É a metropolização como fato social total do capitalismo infraestrutural. (FABUREL, 2018, p. 120. Tradução nossa¹²).

Considerar a metropolização como fato social total do capitalismo contemporâneo implica afirmar que este processo influencia diretamente as diversas esferas da sociedade, sejam estas econômicas, políticas, jurídicas ou religiosas. Tal afirmação indica como as relações capitalistas de produção se expandiram para todas as relações e dimensões da vida cotidiana e também para todo o espaço. De maneira alguma associamos o espaço exclusivamente à dimensão material e as relações sociais, ou práticas espaciais, exclusivamente à dimensão imaterial, uma vez que é absolutamente impossível dissociar tais termos. Tendo isso em vista, Faburel apresenta – com foco na França, país sobre o qual escreve – algumas importantes consequências do capitalismo neoliberal na produção espaço urbano, no cotidiano e na reprodução das relações sociais de produção, além de se permitir conjecturar sobre alternativas à metropolização, tema ao qual voltaremos mais à frente.

Por outro lado, o livro de Faburel nos intriga pelos autores com quem ele (não) faz interlocução. É curioso observar que em nenhum momento haja qualquer referência a Henri Lefebvre, seu conterrâneo. Inclusive, parece-nos que há um total desconhecimento, uma vez que Faburel cita uma afirmação de 2014 do geógrafo francês Jacques Lévy para afirmar que “os territórios rurais serão urbanos (ou não

¹² No original, “À la « nouvelle » ère d'intensification des flux (notamment de capitaux) répondent les nouvelles aires de polarisation par l'hyperconcentration que sont ces villes entrepreneuriales. C'est la surmodernité urbaine, avec ses politiques du sujet et son conditionnement des pratiques et des conduites afin de faire accepter les fantasmes individuels créés et soutenus par le marché (performance et jouissance). C'est la métropolisation comme fait social total du capitalisme infrastructurel. ” FABUREL, 2018, p. 120.

serão)” (LÉVY apud FABUREL, 2018, p. 23) – algo que Lefebvre já anunciava desde a década de 1970 (LEFBVRE, 2019). Evidentemente, o fato de Faburel não dialogar com Lefebvre não é nenhum entrave para que analisemos sua obra e nos utilizemos de suas contribuições; pelo contrário, isto apenas enriquece ainda mais nossa discussão e evidencia cada vez mais a visão ampla do processo de metropolização do espaço que vislumbramos e analisamos.

Em contrapartida, é a partir da elucidação a respeito do conceito de metrópole que Sandra Lencioni (2017) propõe o conceito de metropolização do espaço (e não somente metropolização¹³), indicando que “embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metrópole se relaciona ao de espaço. Portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não à cidade.” (LENCIONI, 2017, p. 202, grifo nosso). Ao nos aprofundarmos nas consequências teóricas e metodológicas implicadas pela citação acima, é necessário frisar que a palavra metropolização (oriunda da junção da palavra metropolizar com o sufixo ação, que indica justamente a ideia processual de uma ação e seus efeitos) é um neologismo, ou seja, é uma palavra nova derivada de uma já existente, com um novo significado. No caso do conceito de metropolização, de um processo espacial e que não se limita às áreas metropolitanas (LENCIONI, 2017).

Ainda de acordo com Lencioni (2017), o processo de metropolização do espaço “é imanente ao processo de globalização, ou seja, faz parte constitutiva dele, embora não se restrinja a essa fase do capitalismo” (LENCIONI, 2017, p. 41). Esse destaque é importante, pois nos permite mais uma vez enfatizar as metamorfoses espaciais em curso, dado que ambicionamos investigar os sentidos, as decorrências e os vínculos espaciais da atual reestruturação produtiva do capitalismo.

A imbricação entre os processos de globalização, reestruturação e metropolização é tão expressiva que, para Lencioni (2017, p. 50), eles compõem uma tríade – o que significa dizer que não há hierarquia entre os três elementos que a integram, assim como não há um termo que não esteja em interação com os outros dois. Ademais, somente podemos falar em sobredeterminação, jamais em hierarquia ou gradação entre os termos. Em nossa análise, por motivos metodológicos, ora privilegiamos um dos elementos que integram a tríade, ora

¹³ Assim como nós trabalhamos com o conceito de metropolização do espaço, conforme sinalizado anteriormente, na página 43.

outro, mas sempre com maior destaque à metropolização do espaço – o que não implica que este termo possa ser estudado separadamente dos demais.

Evidentemente, os processos da tríade globalização, reestruturação e metropolização ocorrem com mais intensidade (e, portanto, são mais perceptíveis) em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, entre outras. Contudo, é indispensável ressaltar que mesmo as áreas mais distantes das metrópoles (ou seja, as áreas rurais) também estão sendo metamorfoseadas pela ação dos três processos que compõem a referida tríade. Nesse sentido, há, de acordo com Lencioni, um duplo movimento de concentração e dispersão da metrópole.

A concentração, na metrópole, da indústria de alta tecnologia e da indústria inovadora se deve à necessidade que essas indústrias têm de trabalho qualificado que se faz aí presente, bem como de aproximação com universidades e centros de pesquisa. (...)

Se de um lado, o da centralidade, a metrópole espraiada apresenta uma hierarquia piramidal relativa às várias centralidades, o mesmo não pode ser dito em relação às demais áreas da cidade, pois a configuração da metrópole difusa é, como dissemos, de um arquipélago, cujo tecido urbano é fragmentado. (LENCIONI, 2017, pp. 102-103).

É nesse sentido que afirmamos que a metropolização do espaço marca a inauguração de uma nova fase, tanto da reprodução capitalista, quanto da globalização e mesmo da urbanização, atualmente planetária (BRENNER, 2018). Novas contradições surgem das novas tensões características deste contexto interligado em redes: na metrópole contemporânea, vige a dinâmica da circulação, dos deslocamentos e da flexibilidade. Portanto, a metamorfose metropolitana está intrinsecamente ligada à globalização (com a interconexão planetária acelerada até o ‘tempo real’ pelos meios de transporte, informação e comunicação) e à reestruturação produtiva ao ressignificar não somente as cidades (de todos os tamanhos), mas também os espaços rurais, ou não-urbanos.

2.3 Metamorfose metropolitana, representações e mercadificação do espaço

Analisamos os vínculos espaciais da reestruturação produtiva do capitalismo com a metamorfose metropolitana e a marcha da globalização. Almejamos ir além das formas espaciais ao nos indagarmos a respeito dos processos que as estabelecem. Em vista disso, expandimos nossa interpretação para além da produção material de mercadorias e objetos ao examinar a dimensão simbólica da

produção do espaço. Afinal, toda ação (portanto, todo objeto) é dotado de intencionalidades – por vezes, contraditórias, de acordo com os interesses dos diversos atores sociais envolvidos. É neste sentido que nosso objetivo específico deste subcapítulo é o de analisar as representações espaciais contemporâneas que marcam a metamorfose metropolitana e hierarquizam o espaço por meio da mercadificação. Conforme vimos anteriormente, a produção alienadora (fetichizante) do espaço nos aliena do próprio espaço em que vivemos.

Faz-se necessário compreender como o espaço vem a ser progressivamente mais primordial à reprodução ampliada do capital. Para além de ser o local da realização da vida, como sempre foi, no contexto atual o espaço é cada vez mais metamorfoseado em mercadoria. Contudo, não se trata da produção de mercadorias no sentido clássico, processo que denominaremos de mercantilização. Nos referimos à mercadificação do espaço, processo que refere-se à comercialização e ao consumo de representações espaciais, antes mesmo do consumo do espaço em si. Ou seja, há “o deslocamento do centro de interesse da coisa para sua imagem” (VIRILIO, 2002, p. 100). Na definição do geógrafo brasileiro Alvaro Ferreira, a mercadificação do espaço (e também das cidades) ocorre quando...

O espaço – transformado em produto – que passa a representar a imagem, e não o contrário. Trata-se de entender que o espaço é consumido pelo que ele representa, ou seja, o que representa frequentar determinado lugar. Em outras palavras, mercadificação do espaço significa dizer que ele é mercantilizado, mas que essa mercadoria que estamos comprando é cada vez mais um estilo de vida, uma experiência cotidiana diferenciada: compramos antes o que representa ter aquilo, fazer parte daquilo. (FERREIRA, 2021, p. 91).

Antes de nos aprofundarmos na análise da mercadificação do espaço, faz-se necessária uma ressalva: apesar dos esforços de dominação do capital para submeter o espaço à sua lógica, por vezes este aparece como um entrave ou limite para o desenvolvimento capitalista. Ou seja, não é um processo simples e incontestável, pois está repleto de contradições e conflitos, os quais iremos explorar. Afinal, tanto parte-se de condições espaciais (portanto, sociais, políticas, ambientais) estabelecidas em momentos históricos anteriores, quanto há diferentes atores sociais (hegemônicos e contra hegemônicos) com objetivos e intenções distintos (ou mesmo opostos) em disputa por influência.

A mercadificação do espaço é uma das expressões contemporâneas da produção do espaço urbano e manifesta-se de diversas maneiras. Afinal, apoia-se

progressivamente mais na produção de novas representações. A partir do estudo da estética atual, que classificam como mercantil, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) sinalizam um vestígio marcante dos tempos atuais, que se estende à produção do espaço urbano:

A cidade industrial do capitalismo de produção tende a ceder a vez à cidade-lazer, à cidade das compras de que as passagens e lojas de departamentos forneceram, no século XIX, o modelo inaugural. Desde então, a lógica exponencial do espetáculo, do divertimento e do consumo comercial não para de ganhar terreno (...). Mais do que nunca, o mundo hipermoderno é o da estética mercantil e o do comércio consumista que **invade e reestrutura o espaço urbano e arquitetônico**. (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p. 316, grifo nosso).

A interpretação sobre o decurso de estetização do mundo (processo primordial da fase atual do capitalismo) conforme percebido pelos autores muito nos interessa. Isto porque a invasão e reestruturação do espaço urbano e arquitetônico pela estética mercantil e pelo comércio consumista a que se referem Lipovetsky e Serroy (2015), na citação acima, é justamente a maneira pela qual compreendemos que a metamorfose metropolitana é posta em execução a partir da mercadificação do espaço.

Ou seja, a produção do espaço, em sua multiplicidade, assume, no presente momento histórico (e considerando os desenvolvimentos geográficos desiguais), posição de lucratividade e rentabilidade, pois as cidades são convertidas em produtos. Sabemos que o espaço já era comercializado em fases anteriores do capitalismo, mas este não era uma mercadoria. É por esse motivo que destacamos a centralidade das representações do espaço para explicar a ideia de mercadificação, que é subsidiária do processo de metropolização do espaço.

No contexto hipermoderno, em que existe uma forte concorrência entre as cidades para se destacar em atrativos, a dimensão estética se tornou um fator-chave destinado a incentivar o turismo, atrair investidores, os organizadores de congressos, a nova classe dos “manipuladores de símbolo”. A época assiste ao desenvolvimento do *mis-en-scène* da cidade e do *city marketing*, e as cidades se empenham num trabalho de identidade visual, de imagem e de comunicação para conquistar “fatias de mercado”, **tal como as marcas comerciais**.

O impacto dos espaços comerciais sobre a urbanidade não se detém aí, originando novas centralidades periféricas. (...) **Desenvolve-se na periurbanidade um policentrismo** de que as atividades comerciais são um grande vetor. Enquanto as áreas comerciais periféricas contribuem para a emergência de novas formas de centralidade, estas aparecem como uma justaposição de elementos padronizados. (...) São, todos, símbolos da cidade

difusa e estilhaçada, do “pós-urbano”, os quais, uniformizando as paisagens, se tornaram comuns agora a todo o planeta. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 318-319, grifos nossos).

A importância da citação acima deve-se ao fato de evidenciar como os processos de metamorfose metropolitana e mercadificação do espaço não se limitam às áreas mais centrais e turísticas das metrópoles sem deixar de reconhecer a mutação no binômio centro-periferia. Está claro que atividades comerciais tais como o turismo e a hospedagem de megaeventos de entretenimento (esportivos, tecnológicos, musicais, entre outros) evidenciam a competição entre cidades por investimentos e justificam planos megalomaniacos de reestruturação urbana. Não obstante, também há metamorfoses profundas nas áreas menos prestigiadas, ressignificando-as enquanto centralidades que são relevantes em seus contextos específicos, com influência mais restrita que as grandes metrópoles.

Nesse sentido, a padronização estética e a orientação ao consumo (de mercadorias e, em última instância, do próprio espaço) são atributos elementares do processo de mercadificação do espaço. No que se refere aos grandes projetos de renovação urbana nas últimas décadas, um dos exemplos mais célebres da padronização estética é o ‘modelo Barcelona’ de reforma das regiões portuárias, como ocorreu no Rio de Janeiro e também em outras cidades brasileiras, como pode ser observado na figura 14 (abaixo)¹⁴. A partir deste ponto de vista, Ferreira fala em urbanização banalizada, pois as paisagens urbanas são plagiadas, perdendo sua identidade local (FERREIRA, 2021, p. 96).

¹⁴ “Rio se inspira em Barcelona e investe R\$ 8 bi para recuperar zona portuária para Olimpíadas” – Reportagem do portal de notícias UOL de 28/06/2012 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/rio-se-inspira-em-barcelona-para-recuperar-zona-portuaria.htm> Acesso em 15/07/2022

“Porto Alegre usará experiência de Barcelona para revitalizar região portuária” – Reportagem da Revista Veja de 25/11/2011 - <https://veja.abril.com.br/economia/porto-alegre-usara-experiencia-de-barcelona-para-revitalizar-regiao-portuaria/> Acesso em 15/07/2022



Figura 14: Região portuária da cidade do Rio de Janeiro, projeto inspirado em Barcelona (Espanha). Fonte: <https://revista.buildings.com.br/a-evolucao-da-regiao-portuaria-fluminense/>. Acesso em 14/07/2022.

A noção de mercadificação do espaço tem relação direta com a tríade de processos homogeneização, hierarquização e fragmentação do espaço. No capítulo anterior, exploramos o potencial analítico desta tríade ao analisar a diferenciação espacial por meio da homogeneização de paisagens urbanas que evidenciam a hierarquização e a fragmentação, e podemos afirmar o mesmo em relação à urbanização banalizada. É evidente que estes processos aparecem diferentemente em cada localidade, mas a tendência geral de mercantilização das representações espaciais – antes mesmo do próprio espaço – é uma característica da metamorfose metropolitana em curso.

No que se refere à produção do espaço (urbano) pela lógica do capitalismo contemporâneo, David Harvey (2020) elenca algumas estratégias daquilo que denomina “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2020, p. 161). Destas, destacaremos as três que consideramos mais pertinentes à nossa análise.

Primeiramente, o autor ressalta as vantagens (locacionais) no contexto de concorrência no âmbito da divisão internacional do trabalho, como, por exemplo, as economias de aglomeração, que são características das metrópoles – no mesmo sentido que o geógrafo Allen Scott (2014) menciona as convergências entre capitalismo e urbanização. Referimo-nos à concentração espacial de atividades produtivas, sedes de empresas transnacionais, universidades e centros de pesquisa,

isto é, o referido conhecimento tácito, que é característico da metropolização do espaço.

Em sequência, o autor faz referência à “divisão espacial do consumo” (HARVEY, 2020, p. 163), que é um dos principais objetivos dos processos de renovação urbana, processo que acarreta na mercadificação do espaço. Nas palavras do autor,

A gentrificação, a inovação cultural, a renovação física do ambiente urbano (incluindo a guinada a estilos pós-modernistas de arquitetura e projeto urbano) e as atrações de consumo (arenas esportivas, centros de convenções, shoppings centers, marinas, locais exóticos de gastronomia) e de entretenimento (espetáculos urbanos organizados numa base temporária ou permanente) tornam-se facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana. **A cidade precisa se apresentar**, sobretudo, como um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou para se visitar, para se divertir e para consumir. (HARVEY, 2020, p. 163, grifo nosso).

Por mais que David Harvey não use o conceito de mercadificação do espaço, que foi originalmente proposto por Alvaro Ferreira, entendemos que a citação transcrita acima poderia ser aplicada para definir este processo, especialmente quando o autor usa o vocábulo apresentar. Isto porque, neste contexto de metamorfose metropolitana e de mercadificação do espaço, as representações são demasiadamente significativas. As aparências e os símbolos, portanto, as representações (espaciais) assumem considerável centralidade na atual conjuntura de reestruturação produtiva.

Por fim, mas não menos importante, Harvey aponta a disputa (multiescalar) por “funções-chave de controle e comando nas altas finanças, no governo ou na coleta e no processamento de informações (incluindo a mídia)” (HARVEY, 2020, p. 164), a qual entendemos como competição por influência e prestígio que só se tornam possíveis a partir das modificações nos sistemas de objetos e de ações. Tais alterações vão para além de melhorias e inovações nos meios de transporte e comunicação-informação, pois vinculam-se, de forma mais ampla, à reestruturação produtiva, à globalização e à produção de representações do espaço. Portanto, trata-se de uma nova fase do capitalismo, marcada pela metropolização do espaço.

Tem-se a impressão de que a cidade do futuro será puramente composta por funções de comando e de controle, uma cidade informacional e pós-industrial em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produtores de conhecimento) torna-se a base econômica para a sobrevivência urbana. (HARVEY, 2020, p. 165).

Apesar de nossos argumentos irem ao encontro daqueles desenvolvidos por David Harvey (2020), apresentar algumas ressalvas faz-se necessário, tendo em vista que o geógrafo britânico radicado nos Estados Unidos não faz qualquer referência que seja externa ao eixo América do Norte – Europa. Por mais que os processos descritos sejam mais intensos e acelerados no contexto estudado pelo autor, percebemos que estes ocorrem no Brasil e na América do Sul com certo grau de assimetria, o que é um indício imprescindível para nossa análise, afinal, a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais é parte integrante da nossa base metodológica.

Falamos em assimetrias, pois não se trata de afirmar que metrópoles brasileiras e sul americanas estejam em um estágio anterior em comparação com as principais (no sentido de hegemônicas) metrópoles norte americanas (como Nova York, Chicago e Los Angeles), europeias (como Londres e Paris) ou asiáticas (como Tóquio e Beijing). Afinal, a discrepância refere-se à diferença geográfica intrínseca a cada lugar, portanto, a cada realidade.

Em vista disso, enfatizamos que a metamorfose metropolitana não é um processo evolutivo, progressivo ou previsível. Ao contrário, consiste em um processo múltiplo, diverso e, por vezes, contraditório. Afinal, é produto da diferença geográfica e manifesta-se desigualmente em cada lugar, em cada contexto, em cada realidade. Ao longo dos diferentes momentos de nossa análise, nos empenhamos em identificar tendências gerais e específicas (nesse caso, com maior foco no Brasil e na América do Sul) deste processo.

A mercadificação do espaço é apenas uma das manifestações da metamorfose metropolitana em curso. Um bom exemplo da tendência geral de mercadificação do espaço é a disputa internacional por recebimento de megaeventos esportivos globais, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo da FIFA. A hospedagem destes megaeventos esportivos serve tanto para a atração de diversos investimentos e de turistas, quanto como propaganda da cidade-anfitriã (ou país-anfitrião) e até mesmo de justificativa para a renovação urbana por meio de obras de grande porte. Por serem os eventos esportivos com maior audiência mundo afora, estes servem como vetor publicitário.

Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro foi extremamente privilegiada, pois sediou a final da Copa do Mundo FIFA de 2014 (que ocorreu no Brasil) e os Jogos Olímpicos de 2016. Apesar do intervalo maior, a única cidade que poderia se

equiparar ao Rio de Janeiro em anos recentes seria Paris, que sediou a final da Eurocopa de 2016 (torneio internacional europeu que ocorreu na França) e sediará os Jogos Olímpicos de 2024.

O capital simbólico da modernidade tende então, para além dos veículos comunicacionais e culturais da política de 'identidade' (marcas urbanas) e da orientação ludo-desportiva do nosso comportamento, a inserir-se em novas redes de relações sociais e mercantis, estabelecendo o último 'tijolo' do poder urbano. (FABUREL, 2018, p. 81, tradução nossa¹⁵).

Apesar de não aplicar o conceito de mercadificação do espaço em sua análise, a citação acima, do geógrafo francês Guillaume Faburel, evidencia a atual orientação mercadológica das metrópoles. Esta tendência é característica do neoliberalismo, particularmente no contexto em que ocorre a apropriação de símbolos para a reprodução ampliada do capital. No caso da mercadificação do espaço, tratam-se de símbolos espaciais e, mais especificamente, metropolitanos.

Pensar em assimetrias também nos remete às dimensões da hierarquização e da fragmentação do espaço, que são elementos da tríade em conjunto com a homogeneização: “a hierarquia é como um cimento que amalgama os fragmentos garantindo a unidade pela relação dominação-subordinação. Esse terceiro termo da tríade significa a expressão da espacialização do poder e, também, da economia e da política” (LENCIONI, 2017, p. 26-27).

Em adição à cidade do Rio de Janeiro, os Jogos Olímpicos foram sediados em Beijing (China, 2008), Londres (Inglaterra, 2012), Tóquio (Japão, 2021 – adiado por um ano devido à pandemia do coronavírus) e os próximos eventos serão em Paris (França, 2024) e Los Angeles (Estados Unidos, 2028). Por um lado, podemos considerar que a cidade do Rio de Janeiro está arrolada junto a algumas das cidades globais mais notórias, o que a confere certo grau de destaque. Por outro, sabemos que isto não significa que o Rio de Janeiro esteja competindo com estas outras metrópoles por investimentos em campos hegemônicos do capitalismo contemporâneo que não estão relacionados a megaeventos, como pesquisa e desenvolvimento tecnológico de ponta, a exemplo da inteligência artificial e de tecnologias de informação, comunicação e transporte, ou mesmo das indústrias

¹⁵ No original: “Le capital symbolique de la modernité tend alors, en plus des véhicules communicationnels et culturels des politiques 'identitaires' (les marques urbaines) et de l'orientation ludo-sportive de nos conduites, à s'encaster dans de nouveaux réseaux des relations sociales et marchandes, posant la dernière 'brique' de la puissance urbaine.” (FABUREL, 2018, p. 81)

cinematográfica e da moda, que são primordiais na construção de representações (espaciais).

Além do movimento de concentração, a dispersão territorial é essencial para a metamorfose metropolitana, inclusive para entender a tríade homogeneização-hierarquização-fragmentação do espaço. De acordo com Lencioni (2017), a dispersão territorial metropolitana tem relação direta com a hegemonia da metropolização do espaço, por orientar a produção do espaço urbano em direção à sua privatização, pois assim...

(...) tende a suplantiar a importância da indústria fabril como centro da acumulação capitalista, inclusive porque a produção imobiliária está intimamente vinculada e integrada ao capital financeiro, que passou a ser mundialmente hegemônico nas últimas décadas do século XX. (LENCIONI, 2017, p. 213).

É evidente que os processos hegemônicos de reestruturação produtiva materializam-se mais nas grandes metrópoles, que dispõe de mais vínculos com a globalização. A expressão diferenciada da metropolização do espaço não a refuta, mas a comprova. Há diferenças marcantes no que se refere à localização dos centros de poder econômico e político e da infraestrutura de transportes (elementos materiais) e às redes de comunicação e informação (elementos imateriais) entre metrópoles e as demais áreas. Porém, afirma Lencioni (2017), a marca da metamorfose metropolitana não é a concentração, mas a (seletiva) dispersão territorial, pois reconfigura a lógica espacial anteriormente vigente.

A interpretação de Lencioni (2017) da metamorfose metropolitana é essencialmente geográfica, combinada com elementos da economia política. Outros autores, não comprometidos com a ciência geográfica, destacam atributos distintos deste processo complexo e multifacetado, tais como a biopolítica (que abordaremos no capítulo 3) ou a influência dos recursos tecnológicos de informação e comunicação (que abordaremos no capítulo 4). A título de exemplo, ao analisar as metamorfoses espaciais que vem ocorrendo nas metrópoles nas últimas três décadas a partir de perspectiva cibernética, há autores que caracterizam as metrópoles contemporâneas como cidades-ciborgues, como o sociólogo André Lemos (2004), que afirma que...

As cidades estão sendo redefinidas e redesenhadas nos espaços físico e eletrônico, criando as cidades-ciborgues. Na nova cidade informacional, que é a cidade-ciborgue, as fronteiras entre casa e trabalho, público e privado, eletrônico e físico estão passando por fusões cada vez mais contundentes. As telecomunicações não vão simplesmente substituir o espaço — elas irão definir como o

espaço vai ser entendido, usado e controlado. Os computadores deverão ser usados para entender as cidades, que são construídas por computadores. (LEMOS, 2004, p. 141-142).

Por sua vez, analisando as cidades inteligentes (*smart cities*), Szaniecki e Cocco (2021) também falam de cidade-ciborgue devido ao intenso uso de dispositivos digitais, particularmente os smartphones, que se tornaram um produto popular. Com o uso deste dispositivo, os modos de ver e viver as cidades mudaram significativamente, alterando a experiência do urbano. Serviços de localização em tempo real, redes sociais e o livre acesso a informações disponíveis na internet são vistos como vantagens inigualáveis. Contudo, também implicam no aumento da vigilância e do controle por meio dos metadados obtidos. Inclusive, Zuboff (2019) revela como estes são convertidos pelas grandes empresas de tecnologia (as *big techs*, especialmente Alphabet/Google e Meta/Facebook) em dinheiro. Portanto, implica dizer que as metamorfoses no sistema de objetos que constituem as metrópoles contemporâneas implicam em metamorfoses no sistema de ações – e vice-versa.

Veremos, nos capítulos subsequentes, diferentes implicações deste processo. No capítulo 3, examinaremos as metrópoles contemporâneas a partir da noção foucaultiana de biopolítica. Neste contexto, ficará evidente como a prática da vigilância está imediatamente relacionada à difusão dos smartphones e também ao aparato tecnológico das cidades inteligentes – como, por exemplo, no caso do Centro Integrado de Comando e Controle da Prefeitura do Rio de Janeiro. Por sua vez, no capítulo 4, iremos analisar como estas redes tecnológicas de informação e comunicação formam o substrato necessário para o ordenamento territorial e a consolidação da hegemonia atual do trabalho imaterial.

3. Metrópole biopolítica: controle e in-segurança na era da informação

São cada vez mais inequívocas as mudanças sociais que levaram o filósofo francês Michel Foucault (2008a; 2008b) a perceber as mudanças que configuram a sociedade de controle (fundada no exercício do biopoder), em contraponto (mas não negação ou superação total)   sociedade disciplinar. Seja por meio do controle e da vigilância em substituição parcial do poder disciplinar; da reestruturação produtiva, marcada pela transição do capitalismo industrial   acumulação flexível característica do neoliberalismo; da dinâmica espacial em redes flexíveis e moduláveis, para além da arquitetura panóptica das instituições disciplinares; a dinâmica contemporânea das guerras civis, pautadas na ação policial; ou mesmo da regulação da vida (biorregula  o), com o predomínio da lógica biopolítica de “fazer viver e deixar morrer”.

É importante fazer desde já a ressalva que Foucault (nem Deleuze, a partir dele) não interpreta a sociedade de controle como uma fase posterior de organização da sociedade em relação à fase disciplinar. Ainda há muitos atributos vigorantes atualmente que são t picos da sociedade disciplinar, cujo período de vigência hegemônica foi do século XVIII ao início do século XX. No tempo presente, vivemos a preponderância da sociedade de controle, que suplantou (sem impugnar por completo) a sociedade disciplinar.

É no sentido de interpretar as mudanças em curso que nossa análise não se limitar  às contribuições de Foucault, pois acrescentaremos as importantes atualizações da obra foucaultiana que foram propostas por Gilles Deleuze (sobre a sociedade de controle), Achille Mbembe (sobre a necropolítica), Stephen Graham (sobre o efeito bumerangue e o novo urbanismo militar) e Michael Hardt e Antonio Negri (sobre o biopoder).

Neste capítulo, abordaremos duas temáticas que associam a metropolização do espaço   biopolítica: a questão da segurança (pública e privada) na sociedade de controle e o exercício do biopoder no combate à pandemia do coronavírus. Assim sendo, cabe aqui indicar as divisões internas do presente capítulo, que se encontra separado em duas partes.

Tendo em vista a centralidade da noção de biopolítica para o prosseguimento de nossa análise do referido processo, no primeiro subcapítulo, intitulado '*Vínculos espaciais da sociedade de controle: o novo urbanismo militar e a necropolítica*' teremos como objetivo específico relacionar os vínculos espaciais da atual metamorfose metropolitana, sob a influência do novo urbanismo militar e da necropolítica, à produção das sociedades de controle.

Por sua vez, no segundo subcapítulo, intitulado '*Pandemia do coronavírus e biopoder no Brasil*', teremos como objetivo específico analisar algumas das implicações da pandemia do coronavírus no Brasil no que concerne ao exercício do biopoder. Focaremos, particularmente, na análise das implicações da pandemia no Brasil a partir conceitos de biopolítica e biopoder conforme propostos por Michel Foucault (2008a; 2008b) e posteriormente atualizados por outros autores, como Deleuze (2013) e Hardt e Negri (2006). A pandemia do coronavírus acelerou alguns processos (biopolíticos) que já estavam em curso no mundo e nas metrópoles brasileiras, assim como evidenciou a relevância dos referidos conceitos.

3.1 Vínculos espaciais da sociedade de controle: o novo urbanismo militar e a necropolítica

Partimos de uma inquietação: no atual contexto de metamorfose metropolitana, quais vínculos espaciais unem o exercício da biopolítica na produção das sociedades de controle ao novo urbanismo militar e à necropolítica?

Com o intuito de compreendermos as práticas espaciais e as bases socioculturais que possibilitaram o surgimento da biopolítica, seguiremos pelo momento de análise de dimensão geral da questão do desenvolvimento, ou seja, como a noção de desenvolvimento é conceituada. Para tal, faz-se necessário que analisemos o surgimento da questão do desenvolvimento à luz da tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade, cujos elementos são indissociáveis e interligados dialeticamente, como em qualquer tríade, conforme foi estabelecido anteriormente.

Nesse sentido, analisaremos os processos de ocidentalização e mundialização da economia para além da compreensão de desenvolvimento enquanto mero crescimento econômico ou progresso técnico-científico. Construção histórica da Modernidade e fruto da formação do sistema-mundo capitalista, a noção de Ocidente se constituiu como hegemônica através de discursos e

representações, os quais são (e também escondem) relações de poder. Formam-se, assim, novas escalas de poder e hegemonia, intensificando a hierarquização e a fragmentação espaciais. “O solo cultural onde a ideia de desenvolvimento de enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente” (SOUZA, 1996, p. 5).

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social. Culturalmente enraizada, a ideia de desenvolvimento contém inarredável carga axiológica antes mesmo de sofrer apropriação ou qualificação por parte de alguma escola de pensamento ou ideologia específica. (SOUZA, 1996, p. 5)

Estamos tratando, portanto, da produção do espaço em sua relação direta com a cultura, a economia e a política. No contexto cultural da modernidade, surgem novas concepções de natureza, tempo e espaço, dando ênfase à racionalidade técnica sob a visão econômica. Inclusive, é daí que se originam as concepções fechadas de desenvolvimento somente sob o viés econômico. Nesse sentido, cabe discutir a relevância do advento da técnica (*techné*) para a construção histórica da referida tríade – o que nos remete à análise de Milton Santos sobre o meio técnico-científico-informacional, que é um dos fundamentos mais importantes do modo de produção capitalista nos dias de hoje –, assim como pensar o conceito de desenvolvimento para além de sua associação com a noção de progresso técnico como objetivo-fim da vida humana.

Podemos relacionar tal afirmativa com a tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade e também com a matriz cultural do conceito de desenvolvimento. Se partirmos do pressuposto que para cada momento histórico há uma geografia que lhe dê sustentação, devemos compreender a sociedade e o espaço como criações históricas. Desse modo, observaremos que a produção da cultura assume diferentes aspectos nas mais variadas escalas espaço-temporais, e este processo complexo é interpretado diferentemente por autores marxistas, entre outras escolas de pensamento. Cabe, aqui, ressaltar a importância dada por Michel Foucault à produção da cultura: mesmo que aparentemente o autor dê maior importância às dimensões política e econômica ao explicar o nascimento e o exercício da biopolítica, uma análise atenta é capaz de perceber que a dimensão cultural é

indispensável para o autor. Citando Foucault, Stuart Hall demonstra como poder e discurso são intrínsecos um ao outro:

Devemos admitir que o poder produz conhecimento ... Que poder e conhecimento implicam diretamente um no outro; que não há relação de poder sem a constituição correlativa de um campo de conhecimento, nem qualquer conhecimento que não pressupõe e constitua ... relações de poder (FOUCAULT *apud* HALL 2002, p. 62 – tradução nossa¹⁶).

É evidente que a ação ou o efeito de desenvolver(-se) possui características processuais. Sua definição parte do pressuposto da saída de um ponto ao outro, com mudanças perceptíveis e pretensamente positivas, conforme identificadas por alguns de seus sinônimos mais aplicados, como ‘crescimento’, ‘evolução’, ‘avanço’ ou ‘progresso’. Entretanto, o conceito de desenvolvimento não está ligado exclusivamente ao modo de produção capitalista, portanto, não devemos desconsiderá-lo ou desmerecê-lo, nem mesmo em sua dimensão economicista – apesar de sua matriz cultural ser a entidade histórico-geográfica denominada Ocidente (ou cultura greco-ocidental, como prefere Cornelius Castoriadis), na qual o desenvolvimento (e muitos de seus sinônimos) é compreendido como exclusivamente econômico.

Sabemos que a dimensão econômica toma maior importância a ponto de sobredeterminar as demais dimensões no momento histórico em que vivemos, de plena expansão do capitalismo a nível global, mas de forma alguma limita-se a ela. Porém, no imaginário social hegemônico a identificação do desenvolvimento com crescimento econômico e progresso técnico surgiu a partir do momento histórico de revolução filosófica denominado Iluminismo, inaugurando formas de pensar e agir inéditas. De acordo com Castoriadis,

Não teria interesse nem sentido tentar explicar ‘casualmente’ a ascensão do racionalismo ocidental através da expansão da burguesia, ou vice-versa. Temos de considerar estes dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova ‘ideia’, a ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. Esta ‘ideia’ é o que eu chamo uma significação imaginária social. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma definição social da realidade e do ser. (CASTORIADIS, 1987, p. 149).

¹⁶ We should admit that power produces knowledge... That power and knowledge directly imply one another; that there is no power relation without the correlative constitution of a field of knowledge, nor any knowledge that does not presuppose and constitute... power relations (FOUCAULT *apud* HALL 2002, p. 62).

Não buscamos, aqui, realizar um levantamento das matrizes do pensamento iluminista ou expor sua íntima relação com os processos de expansão da burguesia, de globalização da economia e de ocidentalização do mundo. Visamos compreender a ideia de desenvolvimento como movimento do e no espaço. “*Do espaço*”, mas não do espaço por si mesmo, e sim de uma sociedade espacializada. Somado a isto, cabe ressaltar que os processos supracitados guardam íntima relação com a fundação e organização do Estado moderno – que também é um dos motores propulsores destes mesmos processos – e, assim, nos aproxima ainda mais da noção de biopolítica.

Assim sendo, cabe investigar os processos que originaram e que ainda hoje dão sustentação à matriz cultural do desenvolvimento: a supracitada tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade. A Modernidade marca um período de cisão histórica por diversos fatores: a mundialização da sociedade burguesa; surgimento de novas concepções sobre a natureza (vista agora como recurso a ser utilizado para alcançar o progresso técnico e o crescimento econômico pretendido na sociedade burguesa); formação de novas escalas de poder; o início do processo de industrialização associado à urbanização; entre outros (CASTORIADIS, 1987, p. 149).

É justamente nesse contexto, aponta Foucault, que o Estado abandona o poder soberano em favor do poder disciplinar e, posteriormente, em favor dos mecanismos de vigilância e controle típicos do exercício do biopoder. O autor jamais deixa de enfatizar que tais mudanças estão diretamente relacionadas a exigências liberais e liberalizantes do mercado e do capital, em constante luta pela submissão das classes pobres ao mercado de trabalho e, em última instância, de toda a vida cotidiana ao capital. Isto é, ao investigar os mecanismos disciplinares, assim como de vigilância e controle, Foucault destaca a todo o momento que as metamorfoses que analisa guardam íntima relação com as exigências que partem da reprodução do capital e da reprodução das relações sociais de produção – mesmo que o autor não aplique esses termos essencialmente marxistas em sua análise.

Consequentemente, observamos que o processo de desenvolvimento social da cultura moderna não poderia jamais estar dissociado do modo de produção capitalista e de sua expansão planetária. Conforme indicamos acima, a expansão da burguesia (e, portanto, do capitalismo) está profundamente ligada aos ideais da Modernidade. Surge, nesse contexto, a ideia de Ocidente. Diz respeito a uma metáfora, referente ao modo civilizatório característico do capitalismo, não a um

posicionamento astronômico, mas histórico-geográfico. Afinal, a organização do espaço segundo lógicas e práticas hegemônicas manifesta-se desigualmente em todo o mundo. Se expressa pela desigualdade acentuada das relações sociais, nas mais variadas escalas. Particularidades locais convivem conflituosamente (e muitas vezes são incorporadas ou mesmo suplantadas) pelas práticas espaciais hegemônicas. Afinal, o ‘resto’ também está presente no Ocidente (HALL, 2002). “O modelo da modernidade-mundo é extremamente reproduzível fora do Ocidente; não é, contudo, generalizável.” (CHESNEAUX, 1996:75).

O processo de ocidentalização do mundo é multidimensional – econômico, político, social e cultural – e multiescalar – transitando entre a escala global e as mais distintas escalas locais. Manifesta-se desigual e contraditoriamente em todo o planeta, homogeneizando valores, práticas espaciais e modos de vida tradicionais conflituosamente. Associado diretamente à globalização, mas também à colonização, este processo se intensificou muito ao longo do século XX e no início do século XXI. Não cabe, no momento, tratar de especificidades históricas e geográficas, mas não poderíamos deixar de ressaltar sua existência e relevância para a análise do processo de metropolização do espaço, uma vez que o processo de ocidentalização do mundo pode ser percebido, por exemplo, por meio da noção de ‘efeito bumerangue’, que foi inicialmente apresentada por Foucault e posteriormente atualizada por Graham (2015; 2016). Nas palavras de Graham,

A transição entre o uso militar e civil de tecnologia avançada – entre a vigilância e o controle da vida cotidiana nas cidades ocidentais e as agressivas guerras de colonização e recursos – está no cerne de um conjunto muito mais amplo de tendências que caracteriza o novo urbanismo militar. Claro, os efeitos observados no cenário ocidental urbano são muito diferentes daqueles vistos em zonas de guerra. Mas, fundamentalmente, seja qual for o ambiente, esses atos de violência de alta tecnologia tem por base um mesmo conjunto de ideias. (GRAHAM, 2016, p. 26).

A relação entre a transposição da noção de ‘efeito bumerangue’, o espaço, o cotidiano e a metropolização é essencial para nosso debate. Observamos que o processo de militarização urbana relatado por Graham nas cidades em que estudou também se manifesta na América Latina, no Brasil e cidade do Rio de Janeiro, porém de maneira distinta da relatada pelo autor. Sendo um processo multiescalar e também multidimensional, este pode assumir diferentes formas de acordo com o espaço-tempo no qual está inserido. Estamos nos referindo ao ‘conjunto de ideias’

citado por Graham (2016, p. 26). Consideramos que a aplicação do conceito pode ser realizada se considerarmos as ressalvas teóricas e metodológicas necessárias.

É precisamente esta a observação feita pelo geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza, autor da apresentação à edição brasileira do livro de Stephen Graham (2016). Intitulado *Cidades e militarização, de 'Norte' a 'Sul'*, o texto de Souza (2016) enfatiza as diferenças e desigualdades entre o contexto analisado por Graham no 'Norte global' em relação às do 'Sul global'¹⁷, que é a nossa realidade. Apesar das convergências teóricas que temos com Graham, é imprescindível reconhecer e frisar as assimetrias entre os diferentes cenários para que a transposição conceitual seja plausível, conforme sinaliza Souza. Em certo sentido, é o que o próprio Graham fez ao resgatar conceitos desenvolvidos anteriormente pelo filósofo francês Michel Foucault.

Um dos pontos mais interessantes nas análises de Foucault e Graham é a demonstração de como os mecanismos disciplinares e de controle e vigilância foram acionados em diferentes situações e contextos, mas sempre com finalidades afins. Mesmo que um *drone* seja usado como armamento letal em uma zona de guerra e como aparelho de vigilância em vídeo em uma metrópole, a lógica do urbanismo militar está em vigor em ambos os casos por meio da aplicação de tecnologias bélicas avançadas. E é justamente a noção de efeito bumerangue que nos ajuda a desvendar este processo.

Mais importante que isso, o que está em questão é uma nova forma de agir, pautada pela biopolítica – e, em outros casos, pela necropolítica e pelo necropoder, conceitos cunhados pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em reinterpretação dos conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder. Ao invés de enfatizar o governo da vida, o fazer-viver e deixar-morrer, como fez Foucault, Mbembe (2018) faz o inverso: a noção de necropolítica se refere à política da morte e do fazer-morrer. Apesar de não citarem um ao outro, acreditamos que há grandes convergências entre as análises de Graham e Mbembe, mesmo porque ambos partiram da mesma referência – a obra do filósofo francês Michel Foucault – para desenvolverem suas análises. Isto fica ainda mais evidente quando realizamos a

¹⁷ Em nota de rodapé, Souza (2016, p. 13) sinaliza as contradições e armadilhas no emprego das noções de Norte global e Sul global, denominando-as “generalizações pseudogeográficas”. Reproduzimos os termos para manter a fidelidade ao texto original, assim como Souza optou por fazer em relação ao texto de Graham.

transposição da noção de ‘efeito bumerangue’ (GRAHAM, 2015; 2016) ao contexto da metrópole do Rio de Janeiro.

Por um lado, é natural que Graham cite exemplos próximos à sua realidade – tanto cidades europeias (especialmente as inglesas), norte-americanas e canadenses, quanto zonas de guerra, como a Faixa de Gaza, no Oriente Médio. Assim sendo, seus exemplos do ‘efeito bumerangue’ para os dias contemporâneos são alguns mecanismos como *drones*, armamentos não letais e carros SUV utilizados por civis, e também estratégias de policiamento militarizado e agressivo no controle de grandes manifestações.

Por outro lado, a realidade brasileira e, particularmente, do Rio de Janeiro, evidencia ainda mais o processo analisado pelo autor, assim como o aproxima da noção de necropolítica. Na figura 15 (abaixo), é possível observar dois policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) – portanto, do estado do Rio de Janeiro – portando fuzis e vestindo máscaras ninja, ou seja, armas e vestimentas típicas de zonas de guerra.



Figura 15: Policiais Militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) armados com fuzis e vestindo máscara ninja andam pela rua ao lado de viaturas de polícia no Rio de Janeiro. Fonte: Google imagens. Acesso em 04/11/2020.

A utilização incoerente e exagerada de armamentos pesados em áreas urbanas é prática comum no Brasil, e ainda mais nas favelas do Rio de Janeiro, áreas de moradia de população de baixa renda e com alta densidade populacional

onde habitam, majoritariamente, pessoas negras. Nesse sentido, Achille Mbembe elabora a noção de necropoder e necropolítica. O autor afirma que propôs...

...a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018, p. 71).

Não é, em nenhum sentido, uma coincidência que a necropolítica afete mais a população negra e pobre, que também sofre com o racismo estrutural de nossa sociedade. Em sua dissertação de mestrado, o geógrafo Felipe Rodrigues de Azevedo destaca o caráter racista da violência urbana: “a problemática da militarização urbana como materialização da reprodução da vida social em determinados espaços metropolitanos caracteriza a dimensão racista e genocida no território da cidade” (AZEVEDO, 2020, p. 58).

A questão racial apresenta-se como imprescindível para a análise do processo de militarização urbana, assim como de fragmentação – hierarquização do espaço. A partir de análise espacial da obra de Mbembe, o autor ainda sinaliza que

Parece evidente que existem processos de exclusão e apagamento em curso. Alguns em sentidos propriamente físicos, incrustados na materialidade urbana que nega a realidade de negros e negras enquanto sujeitos de direitos, mas também de caráter epistemológico, quando as espacialidades desses corpos se denotam ausentes dos debates relativos à questão urbana, inclusive em casos que repercutem ações de violência. AZEVEDO, 2020, p. 58.

Portanto, a ação policial que visa ao controle dos corpos no espaço urbano tem, majoritariamente, alvos definidos: a população negra e pobre. Não se trata mais da lógica da disciplinarização em espaços definidos (escola, prisão, hospital, fábrica, exército, como ocorre na sociedade disciplinar), mas sim do controle e da segurança (pública e também privada) nas cidades, onde ocorrem conflitos dispersos, típicos de guerra civil.

Outro exemplo do efeito bumerangue, adaptado por Graham a partir de Foucault, é o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC, na figura 16, abaixo), órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com tecnologia de ponta e mais de quatro mil câmeras espalhadas por toda a cidade do Rio de Janeiro, o CICC opera próximo e em conjunto com o Centro de Operações Rio (C.O.R.),

centro de televigilância da Prefeitura do Rio de Janeiro¹⁸. Nas palavras de Haesbaert (2015), “o duo C.O.R. – CICC compõe assim um grande *big brother* de vigilância metropolitana.” (HAESBAERT, 2015, p. 230). Inclusive, o funcionamento do CICC tem relação direta com a concepção da cidade-ciborgue:

Todos os aspectos de gerenciamento, desenvolvimento e controle da rede de infraestrutura da cidade-ciborgue estão sendo controlados mais e mais por sistemas paralelos das redes de computadores, prédios inteligentes, vigilância eletrônica, automatização de processos urbanos como transporte, energia, entre outros. Na cidade-ciborgue, a interação entre telecomunicação e redes de infraestrutura podem ser caracterizadas como interdependentes, complementares e sinérgicas. (LEMOS, 2004, p. 141).



Figura 16: Centro Integrado de Comando e Controle, localizado na Cidade Nova, Rio de Janeiro. Fonte: <https://interitsolutions.com.br/cicc/>. Acesso em 05/11/2020.

De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri, vivemos um estado global de guerra (HARDT, NEGRI, 2004, p. 13). Isto é, a guerra se expandiu a ponto de tornar-se presente em todas as relações de poder. Contudo, não se trata da guerra na acepção tradicional do termo, compreendida em termos de defesa, mas com características de segurança, portanto, assumindo características típicas de guerra civil. Na visão dos autores, as novas tecnologias beligerantes e a política externa dos Estados Unidos na denominada guerra ao terror desempenham função

¹⁸ O Centro Integrado de Comando e Controle ainda integra as forças de segurança – Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal; Corpo de Bombeiros, Serviço de atendimento médico de urgência (Samu); Guarda Municipal; Defesa Civil Estadual; Agência Reguladora de Transportes (Agetransp); Central de Regulação de Leitos; Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

fundamental para que isso ocorra. A nosso ver, esta tendência também ocorre (com suas particularidades) no contexto brasileiro e latino-americano.

A doutrina de segurança e militar ocidental está sendo rapidamente repensada de maneira que obscurecem dramaticamente a separação jurídica e operacional entre policiamento, inteligência e militarismo; as distinções entre guerra e paz; entre operações locais, nacionais e globais. (GRAHAM, 2016, p. 28).

Ao invés de punir as ações indesejadas, como ocorre no exercício do poder disciplinar, a segurança busca evitá-las, o que exige vigilância e controle constantes. Para ser efetiva, a segurança deve ser constante, e esta se metamorfoseia em atividade policial. Nesse contexto, a vigilância e o controle viraram norma.

A profusão de conflitos irregulares (entre um Estado e atores armados não estatais) ao redor do planeta evidencia que os modelos clássicos de análise da guerra necessitam ser reformulados. Não significa que se deva descartá-los, porém, há fatores que indicam metamorfoses irreversíveis em relação à natureza da guerra. E não somente devido às tecnologias de destruição global ressaltadas por Hardt e Negri. O aperfeiçoamento e a vulgarização de tecnologias de informação e comunicação, em associação com a expansão dos meios de comunicação em massa, da imprensa e das redes sociais são alguns dos fatos novos que aceleram tais metamorfoses.

A guerra, portanto, parece ir ao mesmo tempo em duas direções opostas: é, por um lado, reduzida à ação policial e, por outro, elevada a um nível ontológico absoluto pelas tecnologias de destruição global. Esses dois movimentos, entretanto, não são contraditórios: a redução da guerra à ação policial não retira, mas na verdade confirma sua dimensão ontológica. (HARDT, NEGRI, 2004, p. 19, tradução nossa¹⁹).

O desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (como a difusão da internet e dos aparelhos de telefonia móvel e a tecnologia 5G), assim como de tecnologias bélicas (do sistema de posicionamento global (GPS) à bomba atômica e ao *drone*), impeliram mudanças significativas nos conflitos armados, fazendo com que assumam características de guerras civis. Esta é uma das dimensões mais pertinentes do exercício da biopolítica: o governo (em termos de controle e regulação) da população sendo feito por técnicas e dispositivos policiais.

¹⁹ No original: "War thus seems to be heading at once in two opposite directions: it is, on one hand, reduced to police action and, on the other, raised up to an absolute, ontological level by technologies of global destruction. These two movements, however, are not contradictory: the reduction of war to police action does not take away but actually confirms its ontological dimension."

Nesse caso, a segurança se distingue do poder disciplinar, pois o controle é exercido coletivamente, sobre toda a população, e não individualmente. Investigaremos, nesse sentido, a metamorfose pela qual estão passando as cidades (especialmente as metrópoles) ao serem produzidas a partir da lógica do novo urbanismo militar. Graham afirma que “a cidade é cada vez mais concebida como meio principal de travar guerras tanto para atores estatais quanto não estatais” (GRAHAM, 2016, p. 39). Com isso, o autor anuncia, à sua maneira, o novo paradigma militar e de segurança, o qual passa inevitavelmente pelas cidades e, assim sendo, pela metropolização do espaço.

Ao estudar as alterações na percepção sobre o uso da força militar, o coronel do Exército Brasileiro Alessandro Visacro (2018) enfatiza que, devido aos efeitos da globalização, particularmente no que concerne ao acesso à informação, a condução da guerra em termos sociais, políticos e econômicos deve ter tanto ou mais destaque que a dimensão militar. Nesse sentido, a assimetria do conflito e a quebra do (pretenso) monopólio estatal do uso da força são aspectos fundamentais, mas não são os únicos. Somam-se a eles a presença da mídia, a ingerência de organismos internacionais, a possibilidade de internacionalização do conflito, a incerteza na definição do inimigo a ser combatido, organizações terroristas, facções de milicianos e narcotraficantes, a possibilidade de envolvimento da sociedade civil organizada em movimentos sociais ou organizações não governamentais, a ação de companhias militares privadas e a complexa teia de interesses e antagonismos que permeia cada conflito. A ambiguidade, a irregularidade e a incerteza – vinculadas à influência de elementos não militares no conflito – marcam os conflitos armados no século XXI, inclusive no que diz respeito à percepção da vitória no conflito; dado que, muitas vezes, é difícil demarcar espacial e temporalmente o início e o fim dos conflitos, assim como os campos de batalha, cada vez mais associados ao espaço urbano. Ainda nos anos 1980, o filósofo francês Paul Virilio afirmou que...

O ambiente real da ação militar não é mais o ambiente tangível, óptico e acústico, mas o ambiente eletróptico, com determinadas operações já se efetuando, segundo o jargão militar, *além do alcance óptico* graças às vistas radioelétricas em tempo real. (VIRILIO, 2002, p. 100, grifos do autor).

Rogério Haesbaert (2014) aproxima ainda mais este debate da Geografia, analisando o que vem a denominar ‘sociedades biopolíticas de in-segurança’. O autor se utiliza do prefixo ‘in’ com o intuito claro e manifesto de problematizar o termo. Nos dias atuais – e ainda com base nos estudos de Foucault – percebemos

como a vigilância não se limita mais aos criminosos identificados e condenados legalmente pelo sistema penal, pois domina o espaço e também a vida cotidiana por meio de diversas ações multiescalares, sendo os supracitados Centro Integrado de Comando e Controle, Centro de Operações Rio e Unidades de Polícia Pacificadora apenas exemplos de um grande processo de militarização urbana e da vida cotidiana, portanto, de metropolização do espaço. A dominação territorial (mesclando novas e velhas táticas de ocupação) e a utilização de novas tecnologias de vigilância são as evidências destacadas por Haesbaert (2014; 2015) para indicar a dominação e o controle exercidos nos dias atuais, constituindo uma sociedade de in-segurança, termo que o autor prefere em detrimento da abrangente expressão sociedade de controle, popularizada por Gilles Deleuze.

Nesse sentido, Haesbaert (2015) diferencia, com base em Henri Lefebvre, duas concepções contrapostas de território, com base nas noções de dominação e apropriação. Por um lado, a instância da vida cotidiana e da produção do espaço (vivido) pelos cidadãos, na denominada “ordem próxima” é a dimensão da apropriação – que não deve ser confundida aqui com a ideia de propriedade. Apesar disso, as relações de dominação também se realizam na ordem próxima. Por sua vez, o espaço concebido do “Estado e suas instituições de vigilância e repressão” (HAESBAERT, 2015, p. 240) refere-se à dimensão da dominação. Nesse sentido, a noção de domínio territorial está diretamente associada à dimensão político-militar, da “ordem distante” e, indubitavelmente, estas as concepções territoriais (ordem próxima e ordem distante) estão em constante tensão. Não poderia significar que a ordem próxima seja boa e a ordem distante seja má, pois as relações de dominação também se realizam através da ordem próxima – e é justamente a dimensão do espaço percebido, correspondente às práticas espaciais, que articula o espaço vivido e concebido (ALVES, 2019, p. 560).

Inspirado pela intensificação da globalização, especialmente no que concerne ao âmbito digital, e também por Michel Foucault (sociedade disciplinar), Guy Debord (sociedade do espetáculo) e Gilles Deleuze (sociedade de controle), o crítico teórico Bernard Harcourt propõe uma junção destes conceitos ao indicar que vivemos em uma sociedade de exposição (HARCOURT, 2020, p. 27). Em nenhum momento Harcourt contesta as análises de Foucault, Debord ou Deleuze, somente as torna mais complexas e intrincadas, pois valoriza as convergências entre eles. Na perspectiva crítica do autor, o desejo de acesso a tudo a todo tempo, via tecnologias

de informação e comunicação, nos expõe à vigilância total. E é nesse sentido que Harcourt desenvolve um dos pontos centrais de seu livro:

Seja qual for a entidade que está nos observando, o “Estado” não está sozinho. É mais um conglomerado composto de vários serviços de inteligência nacionais, mas também Google, Microsoft e outras empresas no Vale do Silício, Facebook e outras mídias sociais, consultores e empresas privadas. vigilância, departamentos de informática em todos os lugares e, como veremos, polícia local, amigos, hackers e intrusos curiosos. Essa vigilância vai, em ordem decrescente, da NSA e Apple ao vizinho equipado com um 'analisador de pacotes' ou software Mac gratuito como Eavesdrop, incluindo 'amigos' Facebook e empresas como Amazon e Netflix. (HARCOURT, 2020, p. 70. Tradução nossa²⁰).

Evidentemente, a citação que fizemos de Harcourt corrobora aquilo que Haesbaert afirma sobre a ordem distante e a vigilância estatal. Inclusive porque a ordem distante não limita-se ao Estado, pois as grandes empresas também a constituem – inclusive, Harcourt (2020) chama esse conjunto formado pelos Estados (especialmente os Estados Unidos da América e suas agências de segurança, como a NSA – Agência de Segurança Nacional) e as grandes empresas de tecnologia, informação e comunicação (as chamadas *big techs*) de um “amálgama oligárquico” (HARCOURT, 2020, p. 71).

Em sentido semelhante (mas não idêntico), Stephen Graham (2016, p. 37) salienta que a economia política do novo urbanismo militar compreende “complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militar e de segurança para abranger as indústrias da tecnologia, da vigilância e do entretenimento”. Por sua vez, ao propor o conceito de capitalismo de vigilância, a economista Shoshana Zuboff (2019) foca sua análise na atuação das cinco principais empresas de tecnologia e internet (as chamadas *big techs*: Amazon, Apple, Microsoft, Facebook e Google, com ênfase nas duas últimas) e sua influência para a reestruturação do capitalismo, cada vez mais pautado na acumulação riquezas, poder e conhecimento (ZUBOFF, 2019). A autora ressalta

²⁰ No original, “Quelle que soit l'entité qui nous surveille, l'État n'est pas seul. Il s'agit davantage d'un conglomerat constitué de divers services de renseignement nationaux, mais aussi de G, M et d'autres firmes de la Silicon Valley, de F, et d'autres medias sociaux, de consultants et d'entreprises privées de surveillance, de départements d'informatique partout, et, comme nous allons le voir, le service de police locaux, d'amis, de hackers et d'intrus curieux. Cette surveillance va, dans une ordre décroissant, de la NSA et d'Apple au voisin équipé d'un 'analyseur de paquets' ou d'un logiciel Mac gratuit comme Eavesdrop, y compris les 'amis' Facebook et des sociétés comme Amazon et Netflix. ” (HARCOURT, 2020, p. 70).

como a vigilância digital viabiliza o poder exercido pelas *big techs*, que é político-social e não meramente econômico, pois se baseia no controle dos dados digitais individuais, portanto, do conhecimento gerado pelos usuários da internet. Voltaremos a este debate no próximo capítulo, especificamente na seção 4.2, quando abordaremos a relevância contemporânea da informação e da informática para os processos de reestruturação produtiva, globalização e metropolização do espaço.

Mais que a abordagem específica de Graham, Harcourt, Mbembe ou Zuboff, o que nos interessa aqui é justamente a confluência de suas análises. Deixando de lado as particularidades abordadas por cada um dos autores e considerando o cenário mais amplo o qual todos estão tentando interpretar, percebemos que todos eles apontam tanto para a intensificação do exercício da biopolítica por meio dos processos de militarização, securitização e vigilância – afinal, são elementos característicos da biopolítica e da necropolítica – na vida cotidiana, processos subsidiários da metropolização do espaço.

3.2 Pandemia de covid-19 e biopoder no Brasil

A declaração da pandemia de covid-19 (causada pelo coronavírus Sars-Cov-2) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, acarretou mudanças significativas nas práticas espaciais e nas relações sociais. A classificação de pandemia pela OMS refere-se à disseminação geográfica global da doença (e não necessariamente à sua gravidade): etimologicamente, ‘pandemia’ vem do grego e significa ‘todo o povo’. Portanto, a questão escalar é central para determinar a diferença entre epidemia e pandemia. De acordo com o dicionário, epidemia é uma “doença de caráter transitório, que ataca simultaneamente grande número de indivíduos em uma determinada localidade” (Oxford Languages), enquanto pandemia é uma “enfermidade epidêmica amplamente disseminada” (Oxford Languages). Ou seja, podemos afirmar que é uma questão essencialmente geográfica, devido à diferença de escalas.

Melhor dizendo, uma pandemia é uma crise sanitária com fortes raízes geográficas. Primordialmente, porque evidencia a falácia da dicotomia entre sociedade e natureza. Afinal, o vírus surgiu da interação de seres humanos com outros seres vivos – pouco importa se foi no ambiente controlado de um laboratório

ou no ambiente insalubre de um mercado aberto. Além disso, os seres humanos tornaram-se hospedeiros do vírus, sendo responsáveis por sua transmissão mundial.

No que concerne à pandemia do coronavírus, pode-se dizer que esta é fruto do processo de globalização, uma vez que as metrópoles (por serem grandes aglomerações de pessoas) e a interconexão planetária foram alguns dos fatores que possibilitaram a vertiginosa disseminação do coronavírus em escala global. Neste caso, estamos nos referindo à articulação das incontáveis redes de transporte de pessoas e mercadorias que, involuntariamente, também transportaram o vírus mundo afora. Inclusive, após breve período de interrupção e tentativa frustrada de quarentena no Brasil, a relevância da circulação de mercadorias ficou ainda mais evidente.

Notoriamente, os efeitos da pandemia do coronavírus foram muito diversos em cada país, principalmente devido à atuação dos governos, mas também nas diferentes classes sociais. Em nossa análise, daremos enfoque ao caso brasileiro por dois motivos distintos. Primeiramente, porque acreditamos que a escala dos Estados-nação saiu fortalecida deste contexto, pois coube aos Estados a prerrogativa da organização da sociedade civil e das empresas no combate à disseminação do coronavírus e do tratamento dos infectados. Em segundo lugar, por entendermos que a (trágica) experiência brasileira foi marcada por episódios de evidente exercício do biopoder, comprovando, assim, uma dimensão elementar da conjuntura contemporânea de metropolização do espaço.

Antes do início da vacinação (no Brasil, em janeiro de 2021), as principais formas de prevenção ao contágio eram o isolamento físico²¹ e o uso de máscaras (equipamento de proteção individual, uma barreira física ao vírus), seguidos pela higiene pessoal. Após o avanço da vacinação (que foi iniciada em idosos, grupos com comorbidades e trabalhadores da área da saúde), as restrições diminuíram progressivamente até terem sido totalmente revogadas.

No que se refere especificamente à doença, os principais sintomas conhecidos da infecção por covid-19 são a tosse seca, febre, dores no corpo, perda de olfato e paladar, fadiga e, em casos graves, trombose e dificuldade respiratória aguda, que podem levar o paciente infectado a óbito. Ainda há estudos em curso

²¹ Falamos em isolamento físico, pois não se tratou de isolamento social, como ficou popularmente conhecido. Afinal, a socialização nunca deixou de vigorar nem de ser relevante durante nenhum período da pandemia.

sobre outras sequelas causadas pela infecção por covid-19, como perda de memória. Sua principal forma de transmissão é pelo ar, por meio de gotículas expelidas pela fala ou tosse, ou pela saliva e catarro, mas também por contato com outros seres humanos ou superfícies não higienizadas. A maioria dos casos graves ocorreu em pacientes com mais de 60 anos de idade e com comorbidades, como por exemplo: cardíacos, pacientes com doenças respiratórias, renais ou neurológicas, imunodeprimidos, diabéticos e obesos. Apesar disso, foram registrados óbitos em todas as faixas etárias, inclusive de pacientes saudáveis.

Nas figuras 16 e 17 (gráficos) a seguir, podemos observar os casos registrados e os óbitos no Brasil em média móvel de catorze dias, respectivamente. Não consideraremos a subnotificação, que é esperada, pois há muitos casos assintomáticos, especialmente após a vacinação. Até o dia 18 de janeiro de 2023 (quando atualizamos os gráficos), o Brasil registrava um total de 36.665.047 casos acumulados e 695.524 óbitos acumulados por covid-19, de acordo com os dados fornecidos pelo Sistema Único de Saúde e pelo Ministério da Saúde do Governo Federal.

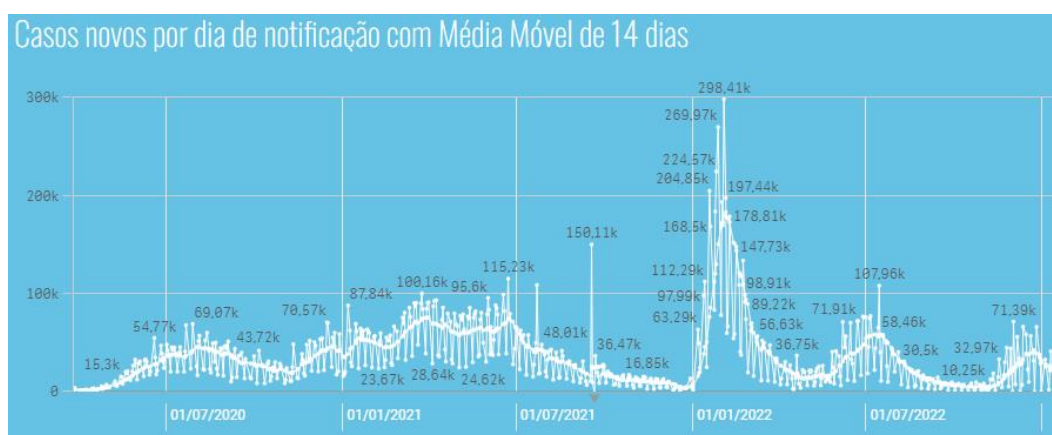


Figura 17: Gráfico do número de casos de infecção por covid-19 notificados no Brasil com média móvel de catorze dias. Fonte: Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde do Governo Federal - https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html – Acesso em 18 de janeiro de 2023.

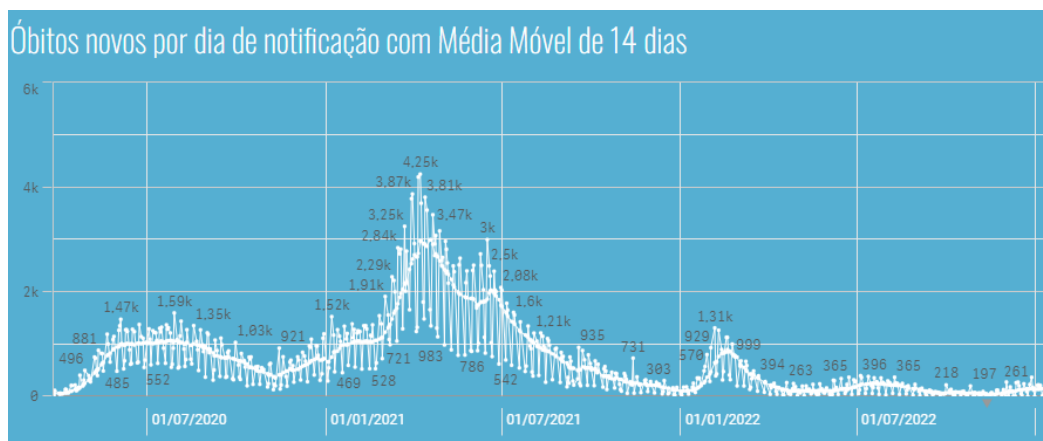


Figura 18: Gráfico do número de óbitos notificados por covid-19 no Brasil por dia de notificação com média móvel de catorze dias. Fonte: Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde do Governo Federal - https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Apesar dos dados expostos acima terem sido encontrados em um site do Ministério da Saúde, isto não era possível antes de janeiro de 2023, pois o mesmo Ministério, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, não divulgava estas informações. À época, a fonte mais confiável era o consórcio formado por órgãos da imprensa, que coletavam e sistematizavam dados divulgados pelas secretarias estaduais de saúde. Inclusive, usamos alguns desses dados nas figuras 19, 20 e 21, que foram retiradas do site de notícias G1.

Durante a pandemia do coronavírus, algumas tendências da reestruturação produtiva do capitalismo foram aceleradas, movimento que se refletiu na metamorfose das paisagens urbanas, especialmente nas grandes metrópoles. E isso só foi possível devido ao advento da informática e à prevalência do trabalho imaterial. Não que o trabalho imaterial se limite àqueles que podem ser realizados remotamente (on-line), mas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), como o imperativo do isolamento físico dos primeiros meses de pandemia, implicaram na aceleração de mudanças estruturais na organização do trabalho em direção tanto à sua precarização quanto à flexibilização. É evidente que tais mudanças estruturais não são resultado de lutas e reivindicações dos trabalhadores em busca de condições mais dignas, mas da crescente expropriação sofrida. Tais tendências já vinham sendo observadas em anos e décadas anteriores, mas a difusão e implantação desde o início de 2020 foi significativa, como veremos na sequência e também no próximo capítulo.

Além da aceleração algorítmica da reestruturação produtiva, observamos que a gestão da pandemia assumiu características do exercício do biopoder. Por um

lado, o governo federal brasileiro, na figura do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro e de seus Ministros da Saúde (Luiz Henrique Mandetta, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga) optaram pela lógica do ‘fazer morrer e deixar viver’, típica do poder soberano, ao acreditar na hipótese genocida da imunidade coletiva. Por outro lado, na sociedade contemporânea, a vida biológica é considerada o principal objeto do poder – daí que Michel Foucault fala em biopoder e biopolítica –, e as políticas públicas de conscientização da população, de combate à disseminação do vírus, tratamento especializado e vacinação feitas por prefeituras, governos dos estados e órgãos de saúde pública comprovam isso.

A vacinação contra covid-19 teve início, no Brasil, em janeiro de 2021 (figuras 19, 20, 21 e 22, abaixo), devido aos esforços do Governo do Estado de São Paulo através do Instituto Butantan²² que, em parceria com a companhia farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, produziu a vacina CoronaVac. Apesar dos esforços contrários do governo federal à época, a vacinação foi iniciada em todo o território nacional ainda no mesmo mês. No segundo semestre de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autorizou a imunização de adolescentes de 12 a 17 anos. Em janeiro de 2022, um ano após o início da vacinação de adultos, foi autorizada a imunização de crianças de 5 a 11 anos de idade. Por fim, em setembro de 2022, a ANVISA autorizou a vacinação de crianças de 6 meses a 4 anos e 11 meses de idade.

²² No próximo capítulo, analisaremos a relevância da inovação para o processo de metropolização do espaço e retornaremos ao caso dos institutos de pesquisa científica avançada, como o Instituto Butantan (São Paulo) e Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro), que produziram vacinas contra o covid-19 no Brasil em parceria com companhias farmacêuticas e centros de pesquisa de países estrangeiros.

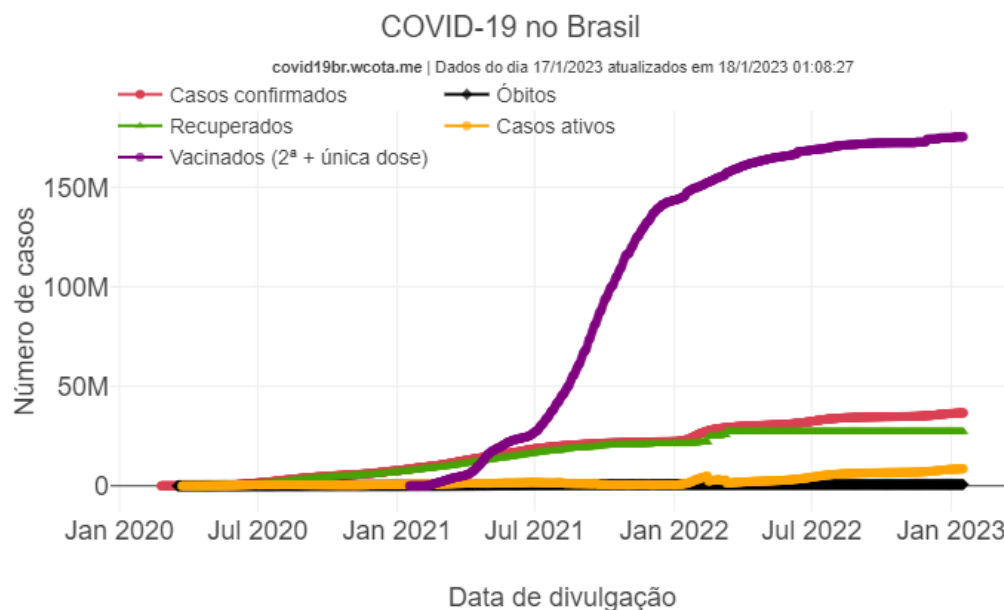


Figura 19: Gráfico de vacinação contra covid-19 no Brasil. Fonte: <https://covid19br.wcota.me/#gmunicipios>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Após o início da vacinação com a CoronaVac, de origem chinesa com tecnologia de vírus inativo, que foi liberada pela ANVISA para uso emergencial, outras vacinas também foram autorizadas. As mais aplicadas no Brasil foram a Oxford-AstraZeneca (de vetor viral não replicante, desenvolvida pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, e produzida no Brasil pela Fiocruz); a Janssen (também de vetor viral não replicante, desenvolvida nos Estados Unidos pela companhia farmacêutica Janssen-Cilag, que pertence à empresa Johnson & Johnson); e a Comirnaty, popularmente conhecida como Pfizer (com tecnologia de RNA mensageiro, desenvolvida na Alemanha e nos Estados Unidos pela parceria das companhias farmacêuticas Pfizer e BioNTech). As vacinas possuem dosagens e composições específicas, adequadas a cada faixa etária. As aplicadas em crianças foram a CoronaVac, a Pfizer Baby e a Pfizer Pediátrica.

Ao compararmos os gráficos de casos e óbitos notificados com o gráfico de vacinação, podemos constatar uma evidente diminuição no número de óbitos no Brasil, o que está evidentemente ligado ao início da vacinação. Apesar do discurso negacionista da pandemia e das vacinas propagado por membros do mais alto escalão do governo federal brasileiro, sugerindo tratamentos reconhecidamente ineficazes para combater a disseminação e as sequelas causadas pelo vírus, a vacinação foi bem sucedida no Brasil, conforme podemos observar nas figuras 18

(acima), 19, 20 e 21 (abaixo). Até 18 de janeiro de 2023, haviam sido aplicadas 545.571.497 doses de vacina contra covid-19 no Brasil, das quais 182.557.832 de primeira dose (84,98% da população); 172.821.213 de segunda dose (80,45% da população); 108.018.821 doses de reforço (50,28% da população).

Observamos, na figura 20, que o estado da Federação com maior índice de vacinação completa (primeira e segunda doses ou dose única) é São Paulo, com 89,18%, seguido pelo Piauí, com 88,64%. Por outro lado, os destaques negativos no atraso da vacinação são Roraima, com apenas 54,2% da população com esquema vacinal completo e o Amapá, com 57,63% de vacinados.

Inclusive, é possível constatar uma certa desigualdade regional, pois os estados com menores índices de vacinação encontram-se na região Norte, onde nenhum estado supera a marca de 75% da população totalmente vacinada: o destaque positivo é o estado do Pará, com 74,89% de vacinados. Já nas regiões Sudeste e Sul, as mais ricas do país, os menores índices são encontrados nos estados do Espírito Santo (77,72%) e do Rio de Janeiro (77,94%)²³.

²³ Todos os dados aqui expostos foram coletados no Portal G1, com dados do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

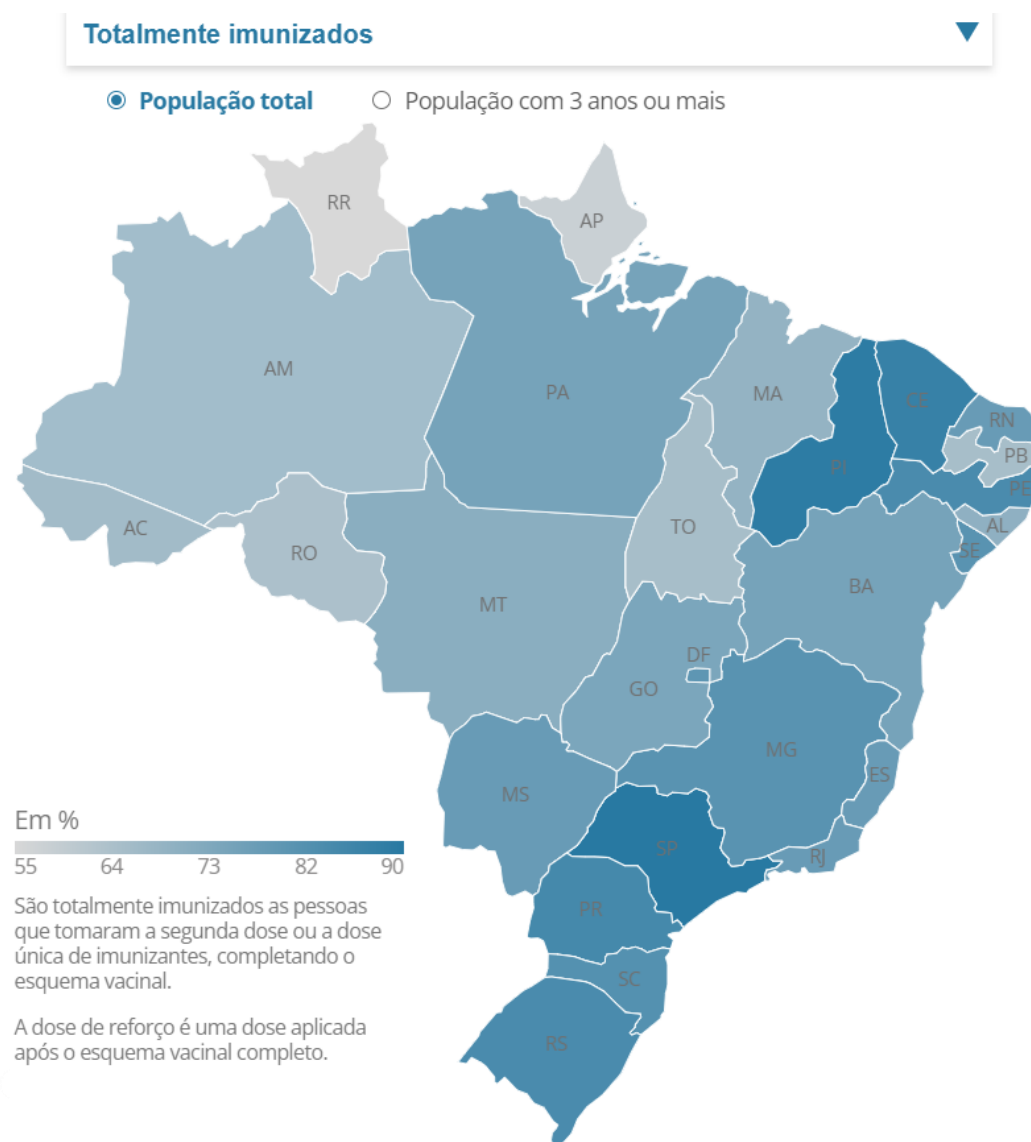


Figura 20: População brasileira totalmente imunizada por unidade da federação. São consideradas totalmente imunizadas as pessoas que tomaram a segunda dose ou a dose única de imunizantes, completando o esquema vacinal. A(s) dose(s) de reforço são doses aplicadas após o esquema vacinal completo. Fonte: G1, com dados do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde - <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em 18 de janeiro de 2023.

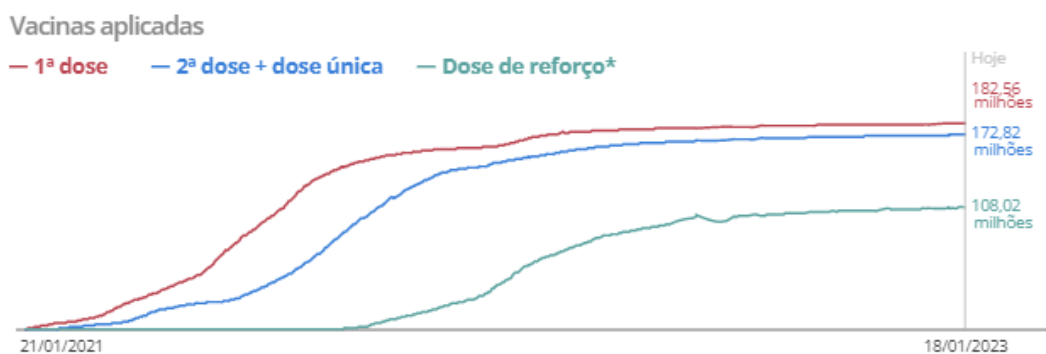


Figura 21: Vacinas contra covid-19 (primeira dose; segunda ou única dose; dose de reforço) aplicadas no Brasil entre 21/01/2021 e 18/01/2023. Fonte: Portal G1, com

dados do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados divulgados pelas secretarias estaduais de saúde - <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Vacinação por dia

■ 1ª dose ■ 2ª dose + dose única ■ Dose de reforço*



Figura 22: Vacinação contra covid-19 (primeira dose; segunda ou única dose; dose de reforço) por dia no Brasil entre 21/01/2021 e 18/01/2023. Fonte: Portal G1, com dados do Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados divulgados pelas secretarias estaduais de saúde – <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Inspirados por Michel Foucault, podemos afirmar que a vacinação da população contra a covid-19 é uma evidência do exercício do biopoder na contemporaneidade. A biorregulação por parte do Estado e a gestão da população pela lógica de ‘fazer viver – deixar morrer’ é, justamente, uma manifestação do biopoder. O biopoder (poder sobre a vida) pode aparecer tanto como mecanismo disciplinar (anátomo-política do corpo), quanto como tecnologia biopolítica (da população) – o segundo caso é o que mais nos interessa aqui, especificamente no que se refere ao combate à pandemia: formas de controle e gestão da população visando à manutenção da vida humana em termos biológicos.

Foucault inicia o célebre curso *Segurança, território, população* (2008b) definindo biopoder como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008b, p. 3). Esta noção é central para a nossa análise, pois nos permite entender, por um lado, a posição do governo federal brasileiro sob a presidência de Jair Bolsonaro – a da imunização coletiva – e, por outro, a ação dos governos estaduais (e suas secretarias de saúde) e do Sistema Único de Saúde ao pôr em prática o programa de vacinação da população brasileira (que foi rastreada e divulgada pelo consórcio de veículos da imprensa).

O plano comprovadamente ineficaz de contágio generalizado pelo coronavírus com o objetivo de imunização coletiva (popularmente chamada de

imunidade de rebanho), isto é, a opção deliberada de deixar uma parte da população morrer para proteger outra parcela foi a estratégia escolhida pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro²⁴. Diversos especialistas da área de infectologia afirmam que a infecção natural por coronavírus sequer produziria o efeito desejado da imunidade coletiva, apenas a vacinação de parte significativa da população. Ao contrário, além do elevado número de óbitos (que lamentavelmente ocorreu no Brasil), poderia haver também o surgimento de uma nova variante do vírus causador da doença covid-19.

É neste sentido que apontamos que a estratégia era pautada por objetivos primordialmente neomalthusianos de morticínio da população brasileira. Diante disso, podemos afirmar que a opção do governo federal brasileiro sob o comando do Presidente Jair Bolsonaro de investir a favor da imunização coletiva e do uso de medicamentos preventivos comprovadamente impróprios e ineficazes²⁵, contra o

²⁴ “Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. Fala do presidente em transmissão ao vivo pela internet remete à tese da chamada 'imunidade de rebanho', criticada por infectologistas e especialistas em saúde pública.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na noite desta quinta-feira (17), durante transmissão ao vivo pela internet, que — para efeito de imunização contra a Covid — é mais eficaz contrair o vírus que se vacinar.

A tese da imunidade de rebanho pressupõe a superação da pandemia por meio de um alto número de infectados, o que, supostamente, deixaria grande parcela da população imunizada. Só que essa estratégia, de acordo com especialistas, não funciona para a Covid. Muitas pessoas morreriam no processo. Além disso, quem já teve a doença pode ser reinfestado.

Na última sexta-feira (11), em depoimento à CPI da Covid, o médico sanitário Claudio Maierovitch, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), falou sobre a imunidade de rebanho. Segundo ele, uma estratégia como essa levaria à morte as pessoas mais frágeis. “Rebanho se aplica a animais, e fomos tratados dessa forma”, declarou o sanitário.

Estudo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a organização não-governamental Conectas Direitos Humanos mapeou os atos normativos e a propaganda da administração federal do Brasil durante a pandemia da Covid-19. O relatório concluiu que o governo “optou por favorecer a livre circulação do novo coronavírus, sob o pretexto de que a infecção naturalmente induziria à imunidade dos indivíduos”.

Na mesma transmissão ao vivo pela internet, Bolsonaro repetiu que será a “última pessoa” a se vacinar no país e falou sobre o “estudo” que pediu ao Ministério da Saúde para desobrigar o uso de máscaras por quem tenha sido vacinado ou contaminado.”

Reportagem de 17 de junho de 2021 do site de notícias G1, assinada por Filipe Matoso e Pedro Henrique Gomes. — Fonte:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

²⁵ “CNS pede que Ministério da Saúde retire publicações sobre tratamento precoce para Covid-19

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) encaminhou, na noite de terça-feira (19/1), o ofício nº 17/2021/SECNS/MS ao Ministério da Saúde pedindo a revogação de qualquer instrumento (nota técnica, nota informativa, orientações, protocolos ou ofícios) que

uso de máscaras e contra o isolamento físico foi essencialmente genocida²⁶ e racista. Tal estratégia encontrou apoio em parte da sociedade civil, da imprensa, do empresariado e mesmo de trabalhadores da área da saúde.

No curso *‘Em defesa da sociedade’*, Foucault (1999), apresenta uma diferença fundamental em relação à gestão da vida. Para o poder soberano, a morte dos súditos servia para garantir e proteger a soberania do rei: fazer morrer e deixar viver. Nas sociedades disciplinar e de controle, a morte de uns possibilitaria a vida da maior parte da população. Nesse sentido, indica Foucault, a clivagem entre quem deve viver e quem deve morrer é produzida pelo racismo:

Relação não militar, guerreira ou política, mas relação biológica. E, se esse mecanismo pode atuar, é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 1999, p. 305-306).

Os geógrafos João Rua e Alvaro Ferreira destacam algumas das aproximações entre a pandemia e a Geografia, colocando uma questão pertinente: “como as questões sociais, de gênero, de raça se interseccionam nas espacialidades da pandemia?” (RUA; FERREIRA, 2022, p. 12). Sabendo a complexidade da questão colocada, buscamos abordar os aspectos que julgamos indispensáveis à

incentive o uso de medicamentos para Covid-19, sem eficácia e seguranças comprovadas e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O documento leva em consideração a nota informativa nº 9/2020- SE/GAB/SE/MS com orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19, incluindo a indicação de dosagem de medicamentos como Difosfato de Cloroquina, Azitromicina e Sulfato de Hidroxicloroquina.”

Reportagem de 19 de janeiro de 2021 do site do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Fonte: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1570-cns-pede-que-ministerio-da-saude-retire-publicacoes-sobre-tratamento-precoce-para-Covid-19> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

²⁶ Na definição do dicionário, o substantivo masculino *genocídio*, do qual é derivado o adjetivo *genocida*, significa “extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.” (OXFORD LANGUAGES)

análise espacial do desenrolar da pandemia no Brasil a partir do conceito foucaultiano de biopolítica.

Diversos estudos, informativos e artigos científicos indicam como a população negra tem os maiores índices de mortalidade por covid-19 no Brasil²⁷. Em nota técnica publicada em setembro de 2021²⁸, a Rede de Pesquisa Solidária da Universidade de São Paulo constatou que, independentemente da ocupação profissional, há disparidade significativa entre raça e gênero, com destaque negativo para mulheres negras em ocupações de menor instrução. As causas apontadas na nota técnica são duas: a inserção precária no mercado de trabalho (vínculos informais; estabelecimentos mal estruturados; funções mais vulneráveis e expostas ao contágio) e fatores ambientais e de saúde (falta de acesso a serviços básicos de saúde; moradia insalubre; falta de saneamento básico; dieta de má qualidade nutricional).

A distribuição desigual de riquezas na sociedade, configurando sua divisão em classes sociais, se reflete no espaço. Trata-se dos desenvolvimentos geográficos desiguais, que se manifesta na segregação espacial, a qual ocorre por meio da hierarquização, tanto social quanto espacial. É no sentido das desigualdades que marcam o espaço vivido e o cotidiano que afirmamos que a população mais pobre sofreu consideravelmente mais as consequências da crise sanitária e social da pandemia. Afinal, a atual desigualdade é fruto das relações sociais que se desenvolvem sob o modo de produção capitalista, o que se tornou ainda mais perceptível durante os anos de pandemia. Em relatório público divulgado em janeiro de 2022²⁹, a Organização Não-Governamental Oxfam Brasil revelou que o aumento significativo de concentração de renda entre bilionários brasileiros desde

²⁷ No sentido do subcapítulo anterior (3.1), também podemos afirmar que a população negra tem maiores taxas de mortalidade associada à violência urbana, evidenciando, também nesse sentido, a necropolítica.

²⁸ <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>

²⁹ “No Brasil, são cinquenta e cinco bilionários com riqueza total de US\$ 176 bilhões. Desde março de 2020, quando a pandemia foi declarada, o país ganhou dez novos bilionários. O aumento da riqueza dos bilionários durante a pandemia foi de 30% (US\$ 39,6 bilhões), enquanto 90% da população teve uma redução de 0,2% entre 2019 e 2021. Os vinte maiores bilionários do país têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população).” Fonte: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/> Acesso em 12/12/2022.

o início da pandemia se deu conjuntamente à redução da renda da maioria da população do país.

O grau de proteção ou exposição ao contágio pelo coronavírus também esteve diretamente relacionado à condição social de cada classe. As iniciativas de isolamento físico (apesar dos esforços contrários do presidente da República à época) foram um privilégio daqueles que puderam realizar seu trabalho remotamente. Por um lado, a tecnologia digital e o uso da internet possibilitaram que uma pequena parcela da população permanecesse em suas residências, trabalhando no regime *home office*, também denominado teletrabalho. Por outro, a parcela mais pobre e menos instruída da população (especialmente aqueles que se sustentavam com trabalhos informais) precisou se sujeitar ao risco e circular para trabalhar.

Ainda que o governo federal tenha oferecido auxílio emergencial a aproximadamente 70 milhões de brasileiros de baixa renda³⁰, com impacto econômico positivo, a ausência de política federal coordenada de combate à disseminação da pandemia agravou consideravelmente o contágio e, consequentemente, os óbitos. Até mesmo porque o governo federal propôs o pagamento de auxílio de apenas R\$200 mensais, mas o Congresso Nacional, através do Projeto de Lei nº 1066 de 2020³¹, aprovou o auxílio emergencial (também denominado ‘Coronavoucher’) triplicou este valor, chegando ao auxílio de R\$600 mensais em 2020. Já no ano de 2021, o auxílio foi prorrogado, mas diminuiu: foram pagas sete parcelas em valores menores que os do ano anterior, variando entre R\$150 e R\$375³². Por mais que o pagamento das parcelas do auxílio emergencial

³⁰ Reportagem do portal de notícias UOL, de 29/12/2020: “Chega ao fim o mais caro programa de econômico e social criado pelo governo federal para socorrer pessoas de baixa renda durante a crise do coronavírus. De abril a dezembro, o governo gastou cerca de R\$ 322 bilhões para pagar o auxílio emergencial (R\$ 600) e as parcelas extras do auxílio extensão (R\$ 300). Aproximadamente 70 milhões de pessoas receberam pelo menos um pagamento.” Fonte:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/12/29/auxilio-emergencial-fim-ultima-parcela-dezembro-calendario-saques-2021.htm> Acesso em 10/12/2022.

³¹ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141270> Acesso em 10/12/2022.

³² Reportagem da Agência Brasil de 31/10/2021: “Depois de sete meses de pagamento, a Caixa Econômica Federal conclui hoje (31) o pagamento da rodada de 2021 do auxílio emergencial. Neste ano, o benefício foi pago a 39,2 milhões de famílias, dos quais 23,9 milhões de trabalhadores informais, 10 milhões inscritos no Bolsa Família e 5,3 milhões inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O depósito da sétima e última parcela do auxílio emergencial termina neste domingo, com o pagamento aos trabalhadores informais e inscritos no CadÚnico nascidos em dezembro.

(posteriormente rebatizado de auxílio Brasil) tenha sido importante para a manutenção da dignidade da população de baixa renda, não foi suficiente para reter as pessoas em suas residências, portanto, para reter o avanço do contágio.

Quando a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos analisa os efeitos da crise urbana e da produção do espaço em tempos pandêmicos a partir da contradição entre urgências e utopia (CARLOS, 2022), faz-se ainda mais evidente que a população pobre (em sua maioria negra) jamais teve a possibilidade de realizar o isolamento físico para se proteger do contágio. Afinal, convivem cotidianamente com a ausência de condições salubres, de garantias básicas e de direitos básicos, que são fundamentais em uma vida digna. A urgência da sobrevivência é a mesma da fome, que impele os mais carentes ao risco. Até mesmo porque o risco da infecção por covid-19 somou-se a uma extensa lista de riscos, perigos e tormentos enfrentados cotidianamente. Estamos nos referindo às conduções abarrotadas para além da capacidade prevista; às habitações apertadas, lotadas e sem saneamento básico – ou mesmo moradores de rua; aos vínculos trabalhistas informais; à redução ou extinção dos rendimentos devido ao desemprego.

Na lógica capitalista contemporânea, que é típica das grandes metrópoles, a circulação é cada vez mais central. Nas metrópoles, este serviço é majoritariamente prestado por trabalhadores autônomos e informais, ou seja, não possuem qualquer tipo de vínculo empregatício. Em estudo divulgado em maio de 2022, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que 1,5 milhão de brasileiros trabalham como motoristas (de aplicativo ou taxistas) e entregadores, sendo, em sua maioria, homens negros com menos de 50 anos de idade e pouca instrução³³.

Na rodada de 2021, o benefício teve parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da família.” Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses> Acesso em 11/12/2022.

³³ “No Brasil, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias, segundo dados divulgados hoje (10) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A maioria (61,2%) é de motoristas de aplicativo ou taxistas, 20,9% fazem entrega de mercadorias em motocicletas e 14,4% são mototaxistas.

Esses trabalhadores estão inseridos na chamada *gig economy*, termo que caracteriza relações laborais entre funcionários e empresas que contratam mão de obra para realizar serviços esporádicos e sem vínculo empregatício, principalmente por meio de aplicativos. Os trabalhadores atuam como autônomos.

O estudo mostra que a maioria desses trabalhadores é homem, preto ou pardo, e tem menos de 50 anos. Quanto à escolaridade, mais de 10% dos motoristas de aplicativo e dos taxistas e 5,6% dos entregadores de mercadorias via motocicleta têm ensino superior. Entre os mototaxistas, a porcentagem é 2,1% e, nesse grupo, 60,1% não concluíram o ensino médio.

Inclusive, a circulação é um dos principais pontos para a análise geográfica da pandemia. Afinal, revela tanto as desigualdades sociais que marcam o espaço urbano, quanto as dinâmicas de disseminação do vírus e também da busca por tratamento médico especializado (por aqueles que possuem condições financeiras para tal). Analisando as relações entre segregação social, pandemia e a metropolização do espaço, Ferreira (2021) ressalta:

A covid-19 chegou ao Brasil através de pessoas de estratos de alta e média-alta renda. No Rio de Janeiro, através de moradores de bairros da zona sul e da zona oeste litorânea (Barra da Tijuca). Essas pessoas, que estavam viajando e vieram contaminadas, começaram a transmissão na cidade. Ou seja, o contágio no Rio de Janeiro seguiu o mesmo perfil das tendências observadas nas grandes metrópoles do mundo. A dinâmica de contágio é essencialmente urbana e se dá a partir da intensa circulação e tráfego aéreo entre as grandes cidades do mundo. (FERREIRA, 2021, p. 157).

Há, nesse sentido, variados indicativos dos desenvolvimentos geograficamente desiguais. Citado por Ferreira (2021), o Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI) que produziu vasto material sobre o tema das desigualdades sociais no contexto pandêmico, em dossiê intitulado ‘Mapa social do Corona’³⁴. Destacamos, a seguir, uma série de figuras (23 a 28) que, quando comparados, demonstram a distribuição espacial das desigualdades na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

O levantamento do Ipea mostra que, entre 2016 e 2021, o número de entregadores de mercadorias via moto aumentou, passando de 25 mil para 322 mil, número que não teve redução durante a pandemia de covid-19. Já o número de motoristas de aplicativos e taxistas caiu de 1,121 milhão, em 2019, antes da pandemia, para 782 mil, em 2020. Em 2021, o número cresceu para 945 mil, mas ainda sem voltar ao patamar de 2019.”

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/ipea-brasil-tem-15-milhao-de-motoristas-e-entregadores-de-produtos> Acesso em 19/01/2023.

³⁴ Apesar das fontes das figuras 22 a 27 serem variadas, todas estas fazem parte da coleção ‘Mapa Social do Corona’, organizado pelo Observatório de Favelas.

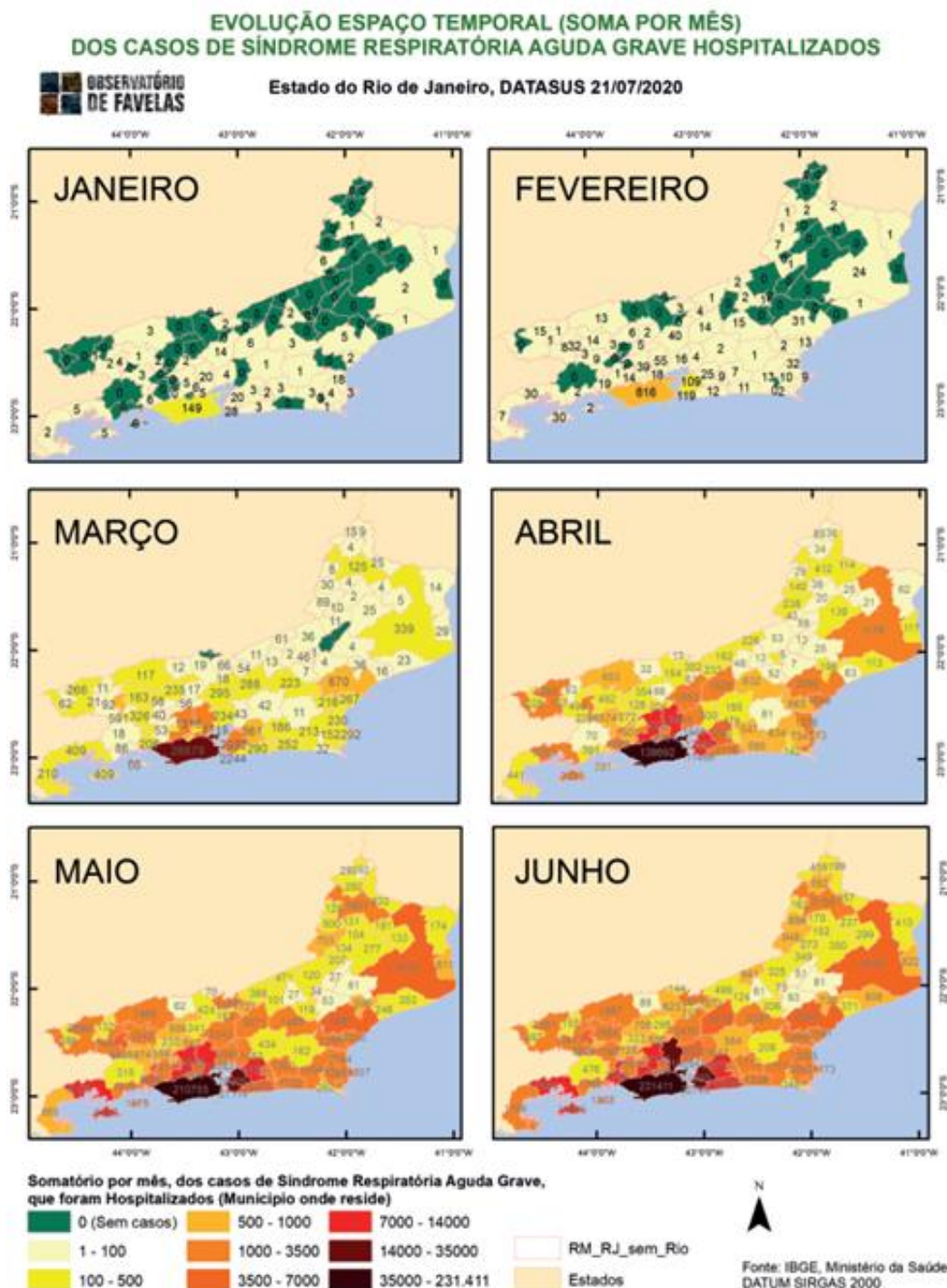


Figura 23: Mapa da evolução espaço-temporal (soma por mês no ano de 2020) dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave hospitalizados no estado do Rio de Janeiro. Fonte: Ribeiro; Teixeira; Braga; Barbosa e Barbosa, 2020.

A dinâmica de disseminação do vírus descrita por Ferreira (2021) fica visível na figura 23 (acima), no qual pode-se perceber como a cidade do Rio de Janeiro, que é a capital do estado e uma metrópole integrada via tráfego aéreo às demais metrópoles do Brasil e do mundo, sempre liderou as estatísticas de casos de pessoas hospitalizadas por síndrome respiratória aguda grave, que é causada pela infecção pelo coronavírus. Além de concentrar mais população que as demais

idades do estado, a metrópole carioca também concentra mais leitos hospitalares e unidades de atendimento médico de urgência, o que tanto explica os altos números de hospitalizações quanto o seu destaque na dinâmica metropolitana, o que também poderá ser observado na figura 27.

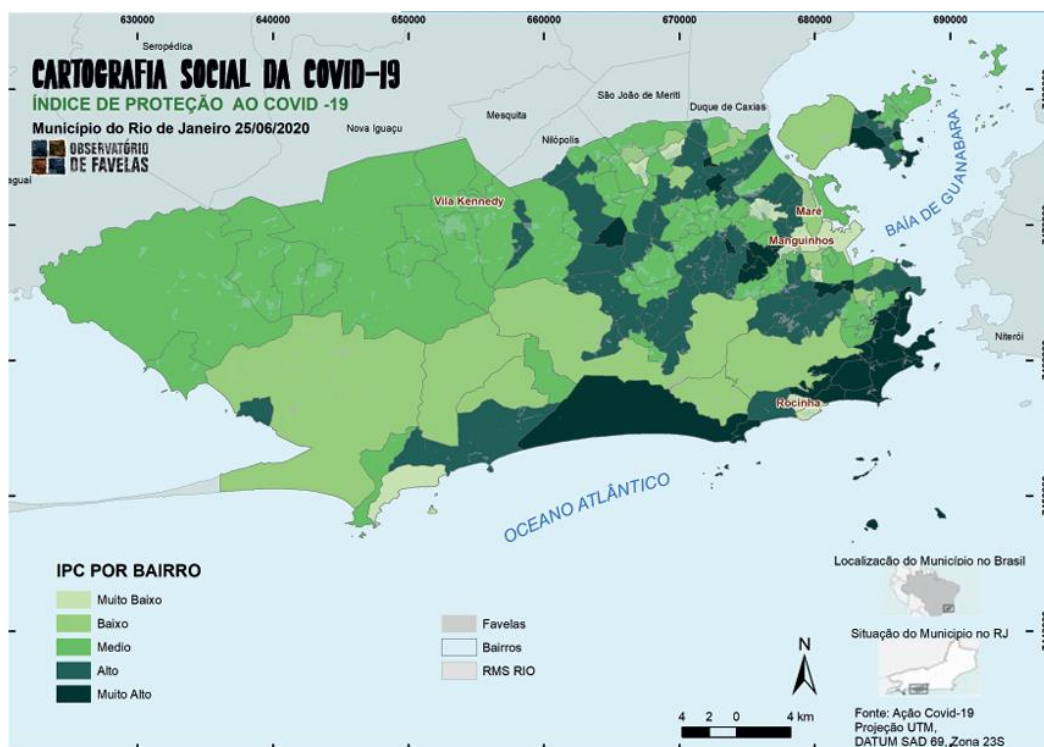


Figura 24: Mapa do índice de proteção ao covid-19 por bairro na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Teixeira, Braga, Barbosa e Ribeiro, 2020.

Por sua vez, as figuras 23 (Índice de Proteção ao Covid-19, IPC³⁵, por bairro) e 24 (taxa de letalidade do covid-19 por bairro) tem relação direta com as figuras 25 e 26. Ao compararmos a distribuição espacial dos níveis baixos e altos do IPC, podemos constatar que este está diretamente associado ao grau de poder aquisitivo de cada bairro ou zona da cidade. É evidente que houve registro de óbitos nos bairros de população mais abastada, porém a taxa de letalidade (calculada pela razão entre total de óbitos e total de casos) é significativamente menor em comparação com os bairros e favelas mais pobres da cidade. A comparação da taxa de letalidade entre bairros com IPC muito baixo/baixo e bairros com o índice alto pode ser observado nos gráficos das figuras 26(bairros com IPC muito baixo e taxa de letalidade relativamente alta: Maré, Rocinha e Cidade de Deus) e 27 (bairros

³⁵ O Índice de Proteção ao Covid-19 (IPC) foi desenvolvido pelo grupo de pesquisadores denominado Ação COVID-19 por meio de "indicadores de infraestrutura urbana, de qualificação habitacional e de perfil demográfico" (Teixeira, Braga, Barbosa e Ribeiro, 2020).

com IPC muito alto e taxa de letalidade relativamente baixa: Tijuca, Barra da Tijuca e Botafogo).

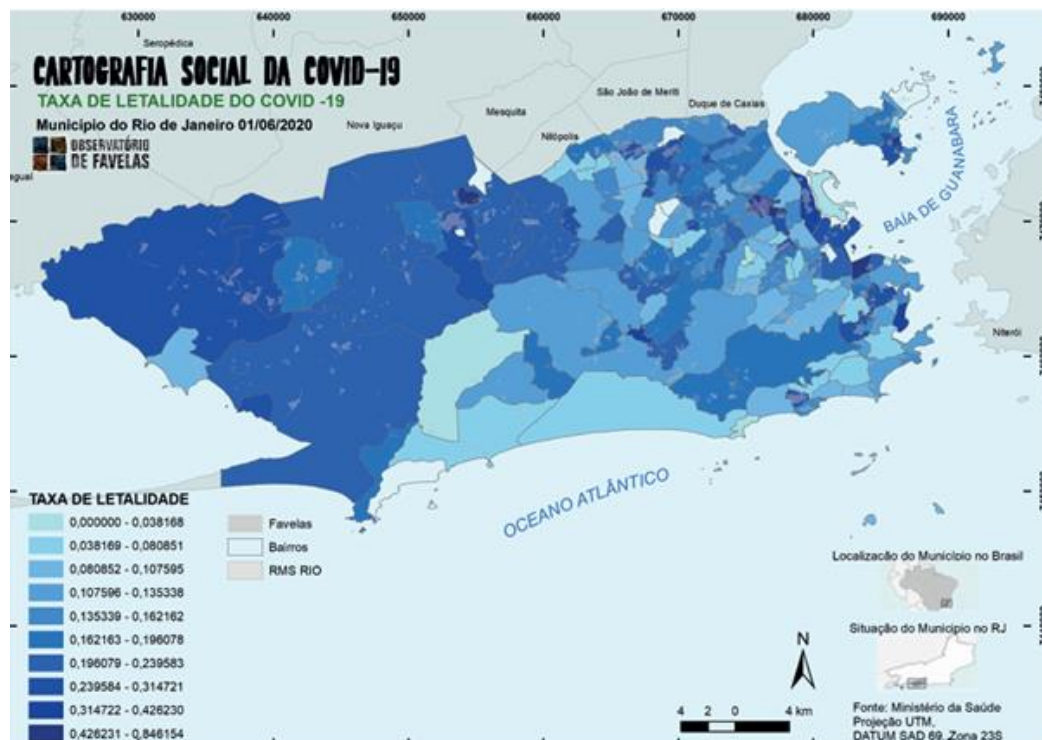


Figura 25: Mapa da taxa de letalidade do covid-19 por bairro na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Teixeira, Braga, Barbosa e Ribeiro, 2020.

Bairros com IPC Muito Baixo/Baixo: Óbitos e Taxa de Letalidade

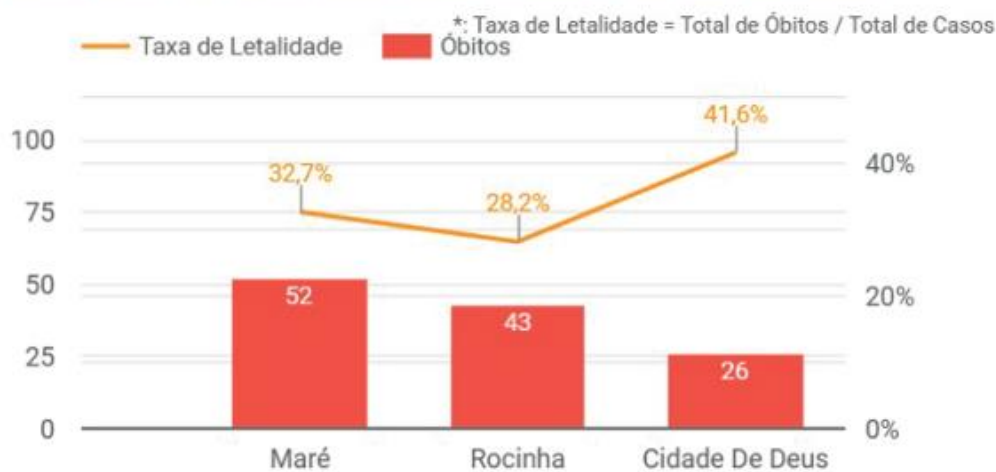


Figura 26: Bairros com Índice de Proteção ao Covid-19 (IPC) muito baixo ou baixo: óbitos e taxa de letalidade. Fonte: Teixeira, Braga, Barbosa e Ribeiro, 2020.

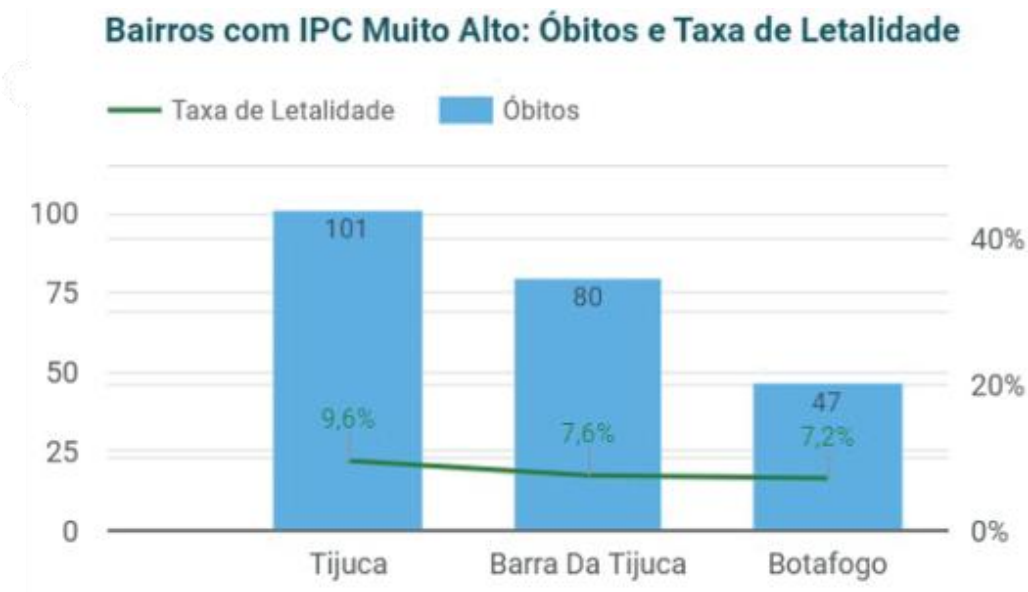


Figura 27: Bairros com Índice de Proteção ao Covid-19 (IPC) muito alto: óbitos e taxa de letalidade. Fonte: Teixeira, Braga, Barbosa e Ribeiro, 2020.

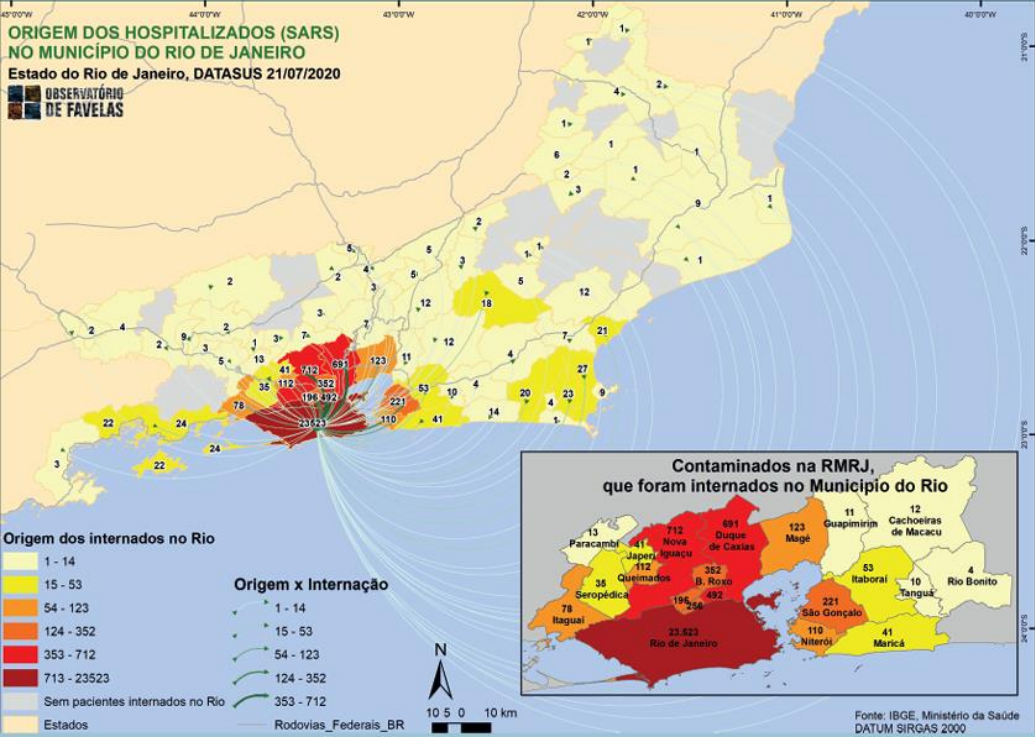


Figura 28: Mapa de origem dos hospitalizados por covid-19 (Sars-Cov-2) na cidade do Rio de Janeiro até 21/07/2020. Fonte: Ribeiro; Teixeira; Braga; Barbosa e Barbosa, 2020.

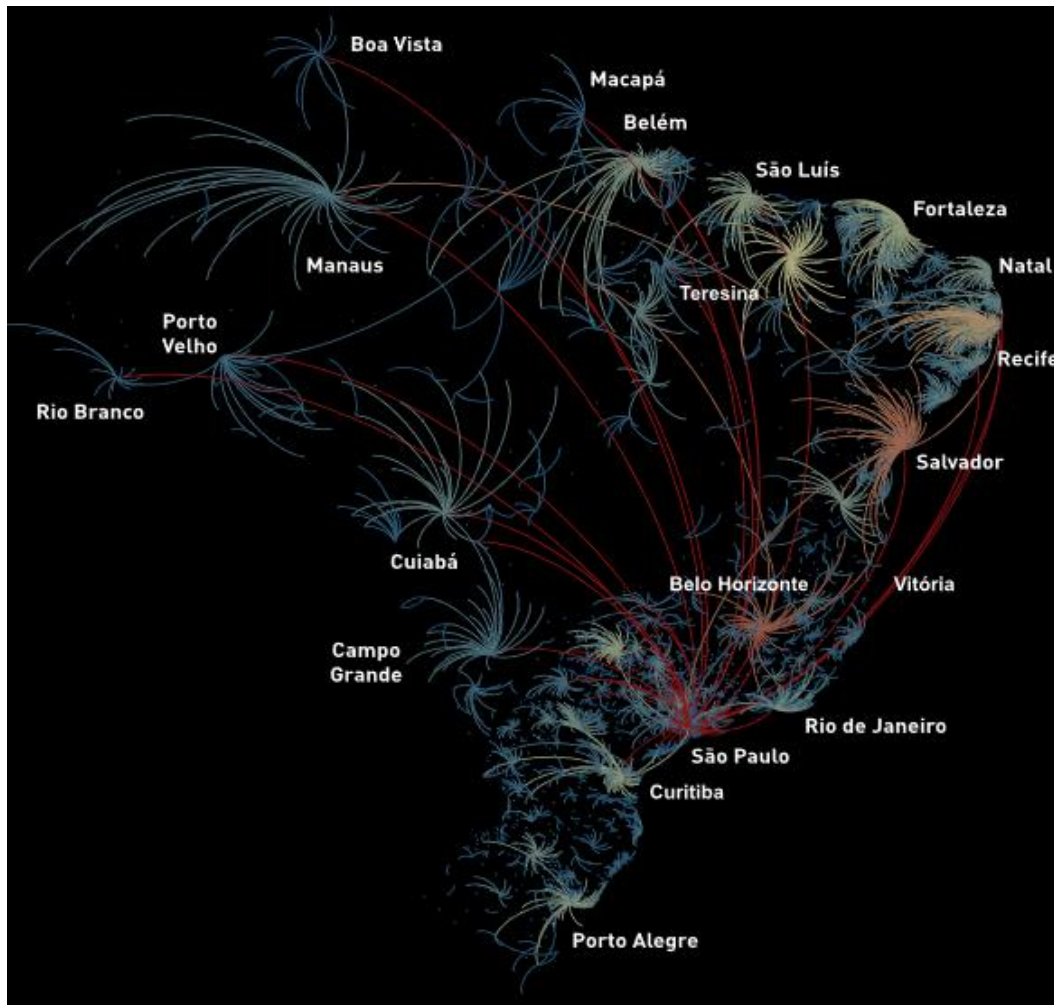


Figura 29: Fluxo de pacientes infectados pelo Covid-19 em busca de tratamento especializado no Brasil durante a primeira onda da pandemia, ainda no ano de 2020. Fonte: NICOLELIS et al. (2021).

Apesar da diferença de escalas, as figuras 28 (com foco no estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana) e 29 (destacando todo o Brasil) ilustram a mesma tendência de deslocamento em busca de tratamento médico especializado após contaminação pela covid-19. Não significa, necessariamente, que esta seja um fato novo, inaugurado pelo processo de metropolização do espaço. Afinal, as maiores cidades sempre concentraram serviços e já havia deslocamento populacional (por parte das classes mais abastadas) do campo ou de cidades menores em busca deste tipo de serviço. A diferença que enfatizamos é a primazia, no atual momento histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, deste tipo de atividade laboral (no caso das figuras 27 e 28, a assistência médica especializada), classificada como trabalho imaterial, que será tema do próximo capítulo.

Ao analisarmos ambas as figuras acima, podemos constatar que, além das diferenças de classe social, há também concentração e territorialização nas

metrópoles brasileiras no que concerne à busca por tratamento médico especializado para pacientes contaminados pelo coronavírus. As cores representam a quantidade de pacientes em deslocamento: em vermelho (mais deslocamentos), seguido, respectivamente, de laranja, amarelo e azul (menos). Nesse sentido, constata-se que a obtenção dos cuidados médicos necessários para sobreviver à doença não é a mesma em todos os lugares (nem para todas as pessoas), o que é consequência direta dos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Nesse sentido, a hierarquia urbana (em suas dimensões social e espacial) é facilmente constatável na figura, pois as linhas vermelhas conectam algumas das capitais brasileiras à cidade de São Paulo. Afinal, é a metrópole que concentra mais hospitais de ponta, ou seja, que concentra mais oferta de tratamento médico especializado, enquanto há umas conexões do interior em direção às capitais dos estados de todas as cinco regiões brasileiras – movimento que pode ser constatado na figura 27. Retornaremos a este tema no próximo capítulo, quando analisaremos os vínculos espaciais da metropolização com o atualmente hegemônico trabalho imaterial, que tem no tratamento médico especializado uma de suas principais manifestações.

4. Metrópole (i)material: trabalho imaterial, reestruturação produtiva e metamorfose metropolitana

A metropolização do espaço pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas. As transformações das paisagens urbanas e metropolitanas refletem e evidenciam as mudanças que ocorrem no âmbito das relações sociais. Inclusive porque sempre destacamos como as paisagens são dinâmicas, mesmo que sejam retratos momentâneos e limitados da realidade. Neste capítulo, analisaremos a metropolização do espaço a partir da perspectiva da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista em direção à hegemonia do trabalho imaterial.

Devido à sua essência, o trabalho imaterial somente poderia ocorrer na metrópole, pois é nela que se territorializam e se concentram as redes e os fluxos que constituem e possibilitam seu desenvolvimento. Evidentemente, os processos de territorialização e concentração não se dão abstratamente nem de forma homogênea, portanto, devemos sempre considerar a produção de desigualdades espaciais, que são produto e produtoras de desigualdades socioeconômicas.

Conforme já indicado na introdução, o objetivo principal deste capítulo é analisar a centralidade da reestruturação produtiva do trabalho imaterial para a metropolização do espaço. Referimo-nos à noção de trabalho imaterial em sua dimensão biopolítica, portanto, aquele trabalho orientado a partir das relações sociais pautadas na comunicação, cooperação e colaboração, sempre em movimento: “o trabalho imaterial se constitui em formas imediatamente coletivas e não existe, por assim dizer, senão sob forma de rede e fluxo” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 50).

A partir desse raciocínio é que podemos interpretar a prevalência do trabalho imaterial sob uma perspectiva espacial. Por seu lado, David Harvey (2004) indica que os desenvolvimentos geográficos desiguais são produzidos tanto pela diferença de escalas quanto pela produção da diferença geográfica. Apesar de destacarmos a escala metropolitana, jamais buscamos destacar no sentido de separá-la das demais escalas, mas sim no exercício de salientar o que nos é mais importante. É justamente na escala da metrópole que percebemos a concentração e a territorialização da reestruturação produtiva do capitalismo em direção à preponderância do trabalho imaterial, pois é ali que se reúnem as condições materiais e imateriais para que tal

processo ocorra – inclusive porque ocorre de maneira desigual dentro das próprias metrópoles.

Ainda neste prisma, dialogaremos com o geógrafo Milton Santos em sua interpretação do espaço como um conjunto indissociável e solidário de sistema de objetos e sistema de ações (Santos, 2012). Seguiremos os argumentos de Santos buscando demonstrar como as transformações do processo produtivo e da geração de valor no capitalismo contemporâneo promovem e são promovidas por metamorfoses espaciais expressivas, mas que poderiam passar despercebidas por pesquisadores desatentos à dimensão espacial da realidade. Como nosso enfoque principal é justamente nas metamorfoses metropolitanas, não poderíamos deixar de enfatizar tão importante dimensão. Por mais que Santos (2012) não tenha analisado as mais novas inovações tecnológicas e nem mesmo aplicado em suas análises a noção de trabalho imaterial, julgamos que o arsenal teórico e metodológico que nos oferece ainda seja preponderante para a compreensão do mundo contemporâneo.

Isto ficará evidente já no primeiro subcapítulo, intitulado *‘Reestruturação produtiva, inovação e capitalismo cognitivo’*, que tem por objetivo específico a análise da noção de capitalismo cognitivo como fase de agravamento do capitalismo neoliberal a partir da análise dos conceitos de reestruturação produtiva e de inovação.

Por sua vez, no segundo subcapítulo, intitulado *‘Trabalho imaterial, informação e reestruturação produtiva’*, cujo objetivo específico é relacionar as recentes inovações nas tecnologias de informação e comunicação à reestruturação produtiva do capitalismo, associando-os ao processo de metropolização do espaço. Optamos por usar o adjetivo recente, mesmo reconhecendo sua ambiguidade, devido ao enfoque no estudo do trabalho imaterial quanto ao rebatimento temporal que se inicia com a declaração da pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2) pela Organização Mundial da Saúde, em março de 2020. O período de nossa análise é anterior à anúncio de início da pandemia do coronavírus, mas distinguimos este marco histórico por sua relevância para a aceleração de processos em curso, conforme já exposto no capítulo anterior.

É o discurso neoliberal manifesto no planejamento urbano o elo que une os dois primeiros subcapítulos desta seção, uma vez que a própria metrópole é reformada para atender aos interesses e objetivos do modo de produção capitalista com as características contemporâneas de prevalência do trabalho imaterial. Em

outras palavras, concentram-se na metrópole as condições ideais para a materialização e substrução do projeto político-econômico neoliberal. Tais condições ideais jamais se limitariam exclusivamente ao sistema de objetos, pois envolvem intrinsecamente o sistema de ações – afinal, estes não existem separadamente

Já o terceiro e último subcapítulo, intitulado ‘*Resistências, lutas, fissuras: contra o trabalho abstrato e para além do capitalismo*’, tem como objetivo específico explorar experiências de resistência ao modo de produção capitalista que almejam superá-lo. Vislumbrar possibilidades concretas que sejam alternativas ao estado de coisas atual é imprescindível para a manutenção da perseverança em construir um mundo mais justo, equânime e democrático. Não desejamos apontar caminhos corretos (portanto, inflexíveis) à superação do capitalismo, mas reconhecer que outras escolhas são viáveis. Nesse sentido, retomaremos a noção lefebvrea de direito à cidade compreendendo-a como uma utopia, que nos orienta à invenção de uma outra sociedade, portanto, de outra produção do espaço. Inspirados pelo geógrafo Ernesto Imbrosi, sinalizamos que “com a entrada do direito à cidade nas nossas discussões, objetivamos começar a dar materialidade aos processos de produção comunista do espaço” (IMBROISI, 2022, p. 209).

4.1 Reestruturação produtiva, inovação e capitalismo cognitivo

Neste subcapítulo, analisaremos os vínculos espaciais suscitados pela reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, que assume cada vez mais características culturais e cognitivas e depende progressivamente mais da produção do espaço. Para compreender as conexões e os vínculos espaciais entre tais processos, nos utilizaremos do conceito de metropolização do espaço, denotando a centralidade da ciência geográfica para o entendimento do funcionamento do capitalismo cognitivo e do processo de inovação.

As tendências que analisaremos só puderam se confirmar devido ao acesso generalizado às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que metamorfosearam as cidades e também, internamente, as residências. Nesse sentido, há diversas pesquisas sobre a reestruturação de relações de trabalho em

áreas que dependem exclusivamente das TICs, como a de Tecnologia da Informação (TI)³⁶.

Somaremos a esta análise a relevância assumida pelo trabalho imaterial dos entregadores (*delivery*), pois também se configura como uma atividade de trabalho imaterial que assumiu novas proporções neste período e que tem a rua (portanto, a própria cidade) como local de trabalho. Na introdução, citamos Giuseppe Cocco (2019), que sinaliza como o espaço da própria metrópole se torna o terreno de reprodução do modo de produção capitalista no momento em que a produção se torna biopolítica. É nesse sentido que tanto a circulação quanto a comunicação e a colaboração são convertidas na matriz desta reprodução. Em análise concordante, os filósofos italianos Maurizio Lazzarato e Antonio Negri indicam que “as análises dos diferentes ‘momentos’ do ciclo do trabalho imaterial nos permitem avançar na hipótese de que aquilo que é ‘produtivo’ é o conjunto das relações sociais” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 51).

Por mais que se esforce em se apoderar das relações sociais e os seus resultados (a inovação, por exemplo), a dimensão econômica jamais poderia fazê-lo. É nesse sentido que surgem as iniciativas de captura, por meio do controle e regulação, das atividades sociais do trabalho imaterial que são capazes de produzir valor, ato que se dá por meio do controle das tecnologias de informação e comunicação e de seus processos organizacionais. Em uma definição básica, se trata de uma questão de classe. Por definição, o que diferencia as classes sociais são os antagonismos que se manifestam nas relações econômicas. Podem ser entre trabalhadores e patrões, entre proletariado e burguesia ou mesmo entre dominados e dominantes. No modo de produção capitalista, a diferença fundamental é entre aqueles que possuem os meios de produção (e, assim, controlam os processos de produção de valor) e aqueles que não possuem nada além de sua força de trabalho, a qual é vendida aos detentores dos meios de produção. Atualmente, na fase denominada por alguns autores de capitalismo de plataforma (CANT, 2021) a precarização do trabalho é tão significativa que os trabalhadores passam a se responsabilizar até mesmo pelo capital – ou seja, pelos meios de produção – na

³⁶ MORENO, Angelina. Home office e a reestruturação do trabalho no contexto da pandemia de Covid-19: uma análise sobre o setor de TI na cidade de São Paulo. Revista Ciências Sociais Unisinos v. 57 n. 3 (2021).

forma dos aparelhos eletrônicos (computador, celular), do meio de transporte (automóvel, combustível).

Como vimos no capítulo anterior, a pandemia do coronavírus teve consequências sociais que vão para além do número tragicamente alto de óbitos em todo o planeta, a exemplo da aceleração nas transformações das relações de trabalho em direção à hegemonia do trabalho imaterial, processo que já estava em curso. Uma destas consequências foi a vulgarização do trabalho à distância, também conhecido como trabalho remoto ou pela expressão de língua inglesa *home office*. Em certo sentido, que exploraremos aqui, esta tendência já havia sido identificada pelos autores que discutem os conceitos de trabalho imaterial (Negri, Lazzarato, Gorz) e de capitalismo cognitivo (Corsani, Moulier-Boutang, Cocco). Afinal, estes conceitos versam sobre a reestruturação produtiva do capitalismo na dimensão da produção de mercadorias – portanto, da geração de valor – em direção à preponderância de relações de trabalho interativas, colaborativas e comunicativas.

Para que possamos desenvolver devidamente nossa análise sobre a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, é necessário que principiemos por explicar o que entendemos por reestruturação produtiva. Como indica Sandra Lencioni, “no caso da palavra ‘produtiva’, trata-se de uma adjetivação que indica que se está falando da produção como elemento determinante da reestruturação” (LENCIONI, 2017, p. 181). A autora ainda indica que, etimologicamente, reestruturação “é derivada da palavra estrutura, significando estruturar de novo” (idem), o que denota seu caráter processual. Somado a isto, indica como a noção de reestruturação deve ser aplicada a partir da tríade estruturação – desestruturação – reestruturação, que “se constituem num único movimento” (LENCIONI, 1998, p. 4).

E vai além, ao enunciar como a noção de reestruturação deve ser aplicada em conjunto com outras. São elas: “A noção de forma, função e conteúdo, a concepção de totalidade como totalidade dialética, a percepção da realidade com suas múltiplas temporalidades e um procedimento que busca distinguir e, não, isolar os elementos da análise.” (LENCIONI, 1998, p. 3). Não é coincidência que tenhamos indicado apontamentos similares quando trouxemos a definição das noções de metamorfose e reestruturação, ambos por Lencioni (1998; 2017), uma vez que, nos dois momentos, a autora se remete à tríade forma – função – estrutura.

Por sua vez, Juliana Luquez (2016) apresenta uma síntese interessante dos usos e adjetivações do conceito de reestruturação. A partir da análise do texto de Sandra Lencioni (1998), Luquez lista oito versões do conceito entre diversos autores. Destas, destacamos duas com as quais iremos dialogar mais profundamente: as noções de reestruturação produtiva e de reestruturação urbano-industrial. Não as consideramos separadamente, somente seguimos a denominação aplicada por cada autor. Até mesmo porque a noção de reestruturação urbano-industrial adiciona a dimensão urbana (portanto, espacial) à noção de reestruturação do capitalismo industrial, marcando a transição à primazia do capital financeiro.

Analisando a reestruturação produtiva do capitalismo, Giovanni Alves (2007) diferencia as inovações do processo de produção capitalista entre interiores (organizacionais; tecnológicas; sócio metabólicas) e exteriores (econômicas e geoeconômicas; político-institucionais; culturais). Apesar de se concentrar no estudo das inovações internas à reestruturação produtiva, a análise de Alves muito nos interessa por três motivos. Primeiramente, por deixar claro como a relação entre as inovações organizacionais da produção com as inovações organizacionais e tecnológicas possibilitou a expansão do modo de produção capitalista (em fase que denomina toyotismo) a nível global. Em segundo lugar, porque o autor demonstra como a reestruturação das relações sociais de produção fundamenta-se em uma nova subjetividade do trabalho, disseminada a partir do discurso ideológico neoliberal do autoempreendedorismo: trata-se das inovações sócio metabólicas. Em outras palavras, o autor só divide didaticamente em três as inovações internas da reestruturação produtiva do capitalismo (neoliberal ou toyotista, como prefere Alves), pois em sua exposição fica evidente a coerência interna de tais inovações. Por fim, mas não menos importante, porque Alves (2007) usa corretamente o conceito de inovação para analisar a reestruturação produtiva.

Discernindo invenção de inovação, a geógrafa brasileira Regina Tunes sinaliza que “não basta para que uma invenção se transforme em inovação unicamente a qualidade de utilidade do produto, é necessário também que a inovação atenda aos interesses do capital naquele momento” (TUNES, 2020, p. 112). Em outras palavras, a diferença entre inovação e invenção está relacionada à inserção ou não na lógica de reprodução capitalista. Uma invenção só se torna uma inovação quando passa a ser usada para a reprodução ampliada do capital, isto é, quando se insere nos processos de valorização (que ocorre no processo de produção

de mercadorias) e/ou capitalização (que não possui ligação direta com o processo produtivo).

Na supracitada obra, Tunes (2020) analisa a produção de imunizantes (vacinas) contra o coronavírus (Sars-Cov 2). Não é nossa intenção repetir a argumentação da autora, mas julgamos profícua a relação exposta entre a inovação de produto (a vacina, que ainda não era uma mercadoria, pois não estava pronta) e os processos de valorização e capitalização. Antes mesmo de ter sido finalizada e, portanto, comercializada, a vacina contra a Covid-19 já era uma inovação (e não somente uma invenção), pois já havia gerado vultosos lucros para as farmacêuticas (empresas de capital aberto nas Bolsas de Valores) produtoras do imunizante a partir do capital financeiro e do processo de capitalização (TUNES, 2020, p. 113).

Justificando a afirmativa que “a inovação é um processo social” (2020, p. 120), Tunes aponta quatro dimensões espaciais fundamentais para que se analise geograficamente o processo de inovação: concentração; territorialização; redes de inovação; desenvolvimento desigual. Em se tratando de análises geográficas, a dimensão mais citada é a concentração espacial – e que pode ser facilmente constatada em diferentes escalas além de ser indissociável da territorialização, assim como da formação de redes de inovação. Aliás, é justamente a (desigual) concentração espacial de diferentes agentes de inovação (como empresas privadas e públicas, universidades e o Estado, que cooperam e competem uns com os outros) o que possibilita a existência das redes de inovação. Nas palavras da autora,

As redes de inovação possuem uma lógica territorial, porque, para sua efetivação exigem recursos do território bastante específicos – as condições gerais de produção da inovação – que tendem a estar concentradas em poucos territórios. Tanto o conhecimento tácito não é facilmente deslocalizável, pois depende das relações de proximidade, como a infraestrutura territorial que possibilita a reprodução do capital inovador tende a ser extremamente desigual. (TUNES, 2020, p. 126, grifo nosso).

A citação acima nos interessa por dois motivos: primeiro, porque sintetiza satisfatoriamente as relações entre as quatro dimensões da inovação. Segundo, porque faz referência ao conceito marxista de condições gerais de produção, empregado na ciência geográfica por Sandra Lencioni. Julgamos que este conceito é central para a análise geográfica das metamorfoses espaciais que são tanto fundamentos quanto decorrências da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Apesar do conceito de condições gerais de produção não ser

explicitamente usado por nenhum dos autores a que recorreremos para tratar da noção de capitalismo cognitivo, também julgamos que contribua para nossa explanação desta noção.

Não são poucos os autores que já identificaram a relevância do conhecimento para a reprodução ampliada do capital nos dias de hoje. É nesse sentido que apresentaremos brevemente a noção de capitalismo cognitivo a partir de três perspectivas diferentes, porém complementares. Por um lado, Antonella Corsani (2003) argumenta que, a partir das possibilidades de cooperação trazidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, o processo de inovação e de produção de conhecimentos altera a própria estrutura do capitalismo (CORSANI, 2003). A autora resume sua interpretação do capitalismo cognitivo com o enunciado “a produção de conhecimentos por meio de conhecimentos” (CORSANI, 2003, p. 17).

Por outro lado, para marcar as diferenças existentes entre o capitalismo contemporâneo e aquele da era industrial, o economista Ladislau Dowbor (2020) afirma que o atual modo de produção capitalista é informacional e que vivemos a era do conhecimento. Apesar de adjetivar o capitalismo como informacional (e não cognitivo), as metamorfoses no modo de produção capitalista às quais se refere Dowbor são as mesmas analisadas por Corsani (2003) e por Scott (2014), isto é, ele enfatiza o destaque assumido pelo conhecimento para a reprodução ampliada do capital. O autor ainda indica que a terra foi central para a sociedade agrária, as máquinas para a sociedade industrial e, agora, o conhecimento é central para a sociedade de mesmo nome (DOWBOR, p. 23).

Nesse sentido, é de fundamental relevância que retomemos uma observação feita por Sandra Lencioni (1998) a respeito da reestruturação produtiva do capitalismo:

As formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço. (LENCIONI, 1998, p. 5).

Enquanto Dowbor fala em transformações do capitalismo, preferimos falar em metamorfoses (por motivos já expostos anteriormente), o que não prejudica em nada o diálogo com o autor. Contudo, há um ponto fundamental em que divergimos de Ladislau Dowbor (2020): o autor desconsidera a dimensão espacial ao analisar as particularidades do modo de produção capitalista contemporâneo, que denomina

informacional. O descuido conceitual em relação à dimensão espacial é ainda mais evidente no subcapítulo ‘Uma redefinição do espaço e do território’ (DOWBOR, 2020, p. 33-34), no qual o autor tece um breve comentário a respeito da aceleração dos fluxos financeiros, de informação e de comunicação, assim como da reconfiguração das atribuições (e perda de soberania) dos Estados Nacionais em detrimento do capitalismo financeiro e de grandes corporações. Ou seja, o autor desconsidera a multiescalaridade do espaço, assim como sua importância para a compreensão dos processos de globalização e reestruturação. Apesar disso, nos parece evidente que o espaço (em todas as suas escalas) é absolutamente essencial para o capitalismo cognitivo – ou informacional, como prefere Dowbor.

No que lhe diz respeito, Allen Scott (2014) analisa as transformações do espaço urbano a partir da dimensão cultural-cognitiva do capitalismo contemporâneo. Compartilhamos da posição do autor, que argumenta que as metamorfoses espaciais das metrópoles estão diretamente associadas à disseminação e consolidação da dimensão cultural-cognitiva da produção capitalista. O autor indica que, nos dias de hoje, as metrópoles “empenham-se explicitamente em promover sua condição de cidades criativas e centros globais da nova economia cultural-cognitiva” (SCOTT, 2014, p. 27). Apesar de Scott se referir apenas a cidades da América do Norte, Europa e Ásia, sabemos que metrópoles da América Latina (de onde escrevemos) e da África também se inserem – mesmo que desigualmente – nesta mesma lógica. Ainda nas palavras do autor,

O inerente dinamismo econômico desses sistemas alicerça-se nas propensões para o aprendizado e a inovação que tão frequentemente caracteriza as densas tramas de interação humana. Esses fenômenos constituem o motor principal do crescimento e desenvolvimento urbanos. (SCOTT, 2014, p. 12, grifo nosso).

Destacamos, na citação acima, a expressão ‘interação humana’, pois as relações sociais são, no contexto do capitalismo cognitivo, ainda mais centrais para a reprodução ampliada do capital que eram em fases anteriores. Tanto por conta da importância do saber e do conhecimento, quanto por outras dimensões do trabalho imaterial, como o cuidado e a assistência (GORZ, 2005).

É inevitável constatar que a consolidação de determinadas tendências antecipadas pelos autores com quem dialogamos foram consideravelmente aceleradas desde o início da pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19), em março de 2020. Referimo-nos, por exemplo, à relevância das

novas tecnologias de informação e comunicação para a reprodução do capital – conforme destacado por Corsani (2003) e Dowbor (2020) – e à prevalência do trabalho imaterial, especialmente no âmbito da assistência médica, abordado por Gorz (2005).

Analisando o conceito de inovação a partir da Geografia, Regina Tunes (2020) usou como exemplo o profícuo caso da produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. A autora identificou que há concentração e territorialização neste processo nas cidades de São Paulo (Instituto Butantã) e Rio de Janeiro (Fundação Oswaldo Cruz) devido às “possibilidades de estabelecimento de cooperação com laboratórios das universidades da região, outros institutos de pesquisa, como também infraestrutura produtiva e de circulação de ponta.” (TUNES, 2020, p. 126).

Seguindo o exemplo aplicado por Tunes (2020) sobre processo de inovação e a produção de vacinas no Brasil, podemos retomar um ponto elementar do capítulo anterior (especificamente da seção 3.2 – Pandemia e biopoder no Brasil): a questão dos desenvolvimentos geograficamente desiguais. Por mais que tenhamos abordado a questão da pandemia no Brasil sob a perspectiva do biopoder, focamos em alguns aspectos relacionados a este tema, como a dinâmica de disseminação do vírus, a vacinação, a busca por tratamento especializado (por parte dos infectados que tiveram condições financeiras para tal), bem como as clivagens sociais de raça/etnia, gênero e classe que ficaram ainda mais evidentes. Analisando o contexto da crise pandêmica e suas relações com a inovação, o geógrafo português Mario Vale reitera que...

Nesse contexto de crise, a tecnologia e a informação revelam-se ainda mais centrais na economia capitalista e ilustram, de forma inequívoca, as desigualdades existentes entre cidades e regiões, como se pode verificar pelos distintos níveis de teletrabalho ou ainda pela progressão das economias de plataforma. Mas a centralidade da inovação não está isenta de críticas. (VALE, 2020, p. 21-22).

Nesse sentido, constatamos que o conjunto de instabilidades econômicas e sociais foram agravadas desde o início da pandemia, pois já constituíam o modo de produção capitalista em sua fase atual. As tendências de progresso da influência da inovação, o fortalecimento do teletrabalho e do capitalismo cognitivo³⁷ já vinham

³⁷ Apesar de Vale (2020) referir-se ao capitalismo de plataforma, nós preferimos qualificar a fase atual do capitalismo neoliberal como cognitivo.

sendo notadas e descritas por uma série de autores (com quem dialogamos) muito antes da declaração da pandemia por parte da Organização Mundial da Saúde.

Ao longo de nossa argumentação, enfatizamos sempre a pertinência de examinar os processos da globalização e, principalmente, da reestruturação produtiva, sob um enfoque espacial – portanto, tendo sempre em vista a metropolização do espaço. Nesse sentido, é de fundamental importância a análise deste processo a partir dos vínculos espaciais da retórica neoliberal a respeito da inovação.

Um dos exemplos mais notórios desta associação é o discurso das cidades inteligentes (*smart cities*), de acordo com o qual as metrópoles são reformadas e ressignificadas para atender às atuais exigências do neoliberalismo. As metrópoles inseridas no seleto conjunto das cidades inteligentes competem entre si em rankings e tabelas de competitividade de agências de risco ou empresas de consultoria, por prêmios e por investimentos, evidenciando o processo de hierarquização urbana. É nesse contexto que o planejamento urbano expressa o raciocínio neoliberal do empreendedorismo (Harvey, 2020).

4.2 Trabalho imaterial, informação e reestruturação produtiva

Vivemos a era da primazia da informação. A partir da perspectiva de Milton Santos, que nomeia o meio técnico-científico-informacional, analisaremos a reestruturação produtiva do capitalismo no presente momento histórico. A técnica e a ciência metamorfoseiam o espaço, e os objetos geográficos que o definem são cada vez mais informacionais. Cabe, desde já, diferenciar informação (conjunto de conhecimentos e dados) de informática (a ciência feita por meios digitais que inclui a computação, a teoria da informação, a análise numérica). Faremos referência a ambos os conceitos ao longo de nossa análise, porém destacamos desde já a maior amplitude e relevância do conceito de informação em detrimento da informática. Evidentemente, as metamorfoses espaciais a que nos referimos são mais perceptíveis no espaço urbano, particularmente nas metrópoles, mas também se manifestam no espaço rural de maneira específica. Como já indicamos anteriormente, analisamos um processo espacial (a metropolização do espaço), portanto, devemos considerar em nossa análise as múltiplas dimensões deste processo.

Parece-nos inegável não somente que a informação se tornou uma dimensão fundamental da vida cotidiana da maior parte da população mundial, especialmente dos habitantes das metrópoles, mas também que este movimento se deu quase sem questionamentos. Os supostos benefícios oriundos da organização socioeconômica das redes construídas por grandes empresas de tecnologia e de informática não são sequer criticados publicamente, pois são vistos como a manifestação da panaceia do desenvolvimento. Nesse sentido, as transformações ensejadas a partir da vulgarização da informática e do acesso à internet não se limitam às relações de trabalho, pois tem consequências espaciais evidentes nas metrópoles.

O pesquisador bielorrusso Evgeny Morozov (2018) é categórico ao afirmar que as supostas vantagens adquiridas pelo acesso a novas tecnologias de informação e comunicação – como quebra de hierarquias; prosperidade dos pobres e desfavorecidos; equabilidade dentro do capitalismo – são absolutamente ilusórios. De acordo com o autor, o capitalismo contemporâneo assume a dimensão digital para si e passa a depender dela para sua reprodução ampliada.

O poderio das grandes empresas de tecnologia – as *big techs* – vem justamente da ilusão de cooperação que são capazes de introjetar no imaginário social. Contudo, fazem justamente o oposto ao coletar nossos dados e manipulá-los: invadem a vida cotidiana, reinventando e aumentando os dispositivos de vigilância e controle visando à reprodução ampliada do capital. Os argumentos de Morozov são semelhantes àqueles apresentados por Shoshana Zuboff, que fala em capitalismo de vigilância, o qual é capitaneado pelas *big techs*.

O modelo de capitalismo ‘dadocêntrico’ adotado pelo Vale do Silício busca converter todos os aspectos da existência cotidiana em ativo rentável: tudo aquilo que costumava ser nosso refúgio contra os caprichos do trabalho e as ansiedades do mercado. (MOROZOV, 2018, p. 33).

Historicamente, sob o modo de produção capitalista, são muitas as estratégias e artimanhas desenvolvidas para que a expropriação do trabalho seja garantida. Hoje em dia, trata-se especialmente da expropriação do conhecimento, portanto, do trabalho imaterial, que se apresenta como prevalente em relação ao trabalho material. Argumentando sobre o trabalho imaterial, os filósofos italianos Maurizio Lazzarato e Antonio Negri indicam que há uma mudança fundamental na relação entre produção e consumo. Por depender da comunicação para realizar-se, o produto do trabalho imaterial não se encerra no ato do consumo: pelo contrário, é no consumo que o produto toma e amplia seu significado. A produção vira uma

produção de relações sociais que se realizam no consumo. É nesse âmbito que a informática assume importância essencial, pois é o canal que permite a redefinição do vínculo entre produção e consumo.

Se a produção hoje é diretamente produção de relação social, a ‘matéria prima’ do trabalho imaterial é a subjetividade e o ‘ambiente ideológico’ no qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção de subjetividade cessa, então, de ser somente um instrumento de controle social (pela reprodução das relações sociais mercantis) e torna-se diretamente produtiva, porque em nossa sociedade pós-industrial o seu objetivo é construir o consumidor/comunicador. E construí-lo ‘ativo’. Os trabalhadores imateriais (aqueles que trabalham na publicidade, na moda, no marketing, na televisão, na informática etc.) satisfazem uma demanda do consumidor ao mesmo tempo em que a constituem. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 46-47).

Quando analisamos uma obra, é necessário compreender o contexto em que foi escrita. O livro de Lazzarato e Negri, por exemplo, foi escrito muito antes da popularização do acesso às tecnologias de informação e comunicação. Apesar disso, é possível identificar tendências que vieram a se consolidar – e que são descritas por Morozov, mesmo que em outros termos –, como a notoriedade do trabalho imaterial e as mutações na relação entre produção e consumo para a reprodução contemporânea do modo de produção capitalista: “o trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social (uma relação de inovação, de produção, de consumo) e somente na presença desta reprodução a sua atividade tem um valor econômico” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 46).

As mudanças nas relações sociais de produção e de reprodução do capitalismo cognitivo contemporâneo nos interessam particularmente na medida em que ensejam metamorfoses espaciais. Tais metamorfoses são essencialmente perceptíveis nas metrópoles, por serem o lócus primordial da concepção de inovações e das atividades de trabalho imaterial. Afinal, como já discutimos anteriormente, é na metrópole que se reúnem as condições fundamentais (concomitantemente em termos materiais e sociais) para que tais atividades ocorram plenamente: referimo-nos aos processos de concentração e territorialização. Por exemplo, é nas metrópoles que se concentram sedes de grandes empresas privadas de tecnologia de ponta e de telecomunicações, além de universidades e centros de pesquisa. A geografia das metrópoles nos demonstra como a proximidade influencia e induz a cooperação.

Examinando as relações históricas entre capitalismo e urbanização, o geógrafo britânico Allen Scott (2013) assinala quatro aspectos dignos de destaque: (1) a concentração, nas cidades, de empresas especializadas (e complementares entre si), possibilitando uma divisão do trabalho social e economicamente flexível; (2) constituição de redes de informação, que são responsáveis pela aprendizagem informal (conhecimento tácito, que é fundamental para o processo de inovação), e por sustentar a divisão social do trabalho; (3) as variadas formas de socialização e desenvolvimento cultural dos trabalhadores em diferentes bairros da cidade; (4) os padrões de concentração geográfica são realçados por arranjos institucionais e infraestruturas de capital intensivo (SCOTT, 2013).

A pesquisa e o desenvolvimento constituem eixos da inovação tecnológica realizada por instituições públicas e privadas, especialmente as cadeias produtivas globais de indústrias intensivas em conhecimento, que estão gerando novos vínculos entre universidade e indústria. (MÍGUEZ, 2019, p. 106).

Os novos vínculos aos quais Pablo Míguez faz referência são rigorosamente os mesmos citados por Tunes (2020) e por Lazzarato e Negri (2001): são os vínculos que asseguram a reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo, que assume a escala global, mas realiza-se sobretudo no interior das metrópoles. Nessa perspectiva é que a obra de Morozov torna-se ainda mais relevante para a nossa análise, pois o autor bielorrusso nunca deixa de enfatizar como estes vínculos gerados pelas big techs visam exclusivamente à espoliação do trabalho e dos recursos.

No que se refere à expropriação dos trabalhadores, duas ressalvas se fazem importantes. Primeiramente, por mais que o trabalho imaterial demande mais qualificação que o trabalho material característico das sociedades industriais, este também é gerador de penúrias. Além disso, mas não menos importante, sinalizar a prevalência do trabalho imaterial nos dias de hoje em detrimento do trabalho material de outros momentos históricos, não implica no desaparecimento ou fim da lógica industrial fordista. Podemos até mesmo dizer que a atividade industrial cresceu em termos de volume de produção, mas que definitivamente arrefeceu em termos de destaque para o exercício do domínio capitalista. Afinal, no contexto do atual modo de produção, a produção de subjetividades – típica do trabalho imaterial – faz-se preeminente.

O capitalismo cognitivo e a prevalência do trabalho imaterial invadem não somente a percepção contemporânea das cidades, mas influenciam diretamente a

lógica de planejamento urbano e até mesmo a própria vida urbana. Desde o início da pandemia do coronavírus isso ficou ainda mais notório, pois o imperativo do isolamento social (recomendado pela Organização Mundial da Saúde) evidenciou as diferenças entre as variadas atividades laborais, assim como os locais onde elas se realizam. Podemos citar também o modelo das cidades inteligentes (smart cities), que já foi muito criticado por uma série de autores por ocultar os reais interesses de dominação, vigilância e controle por parte das empresas de tecnologia em parceria com o Estado.

Em nosso entendimento, os processos acima descritos devem ser analisados a partir da tríade processual metropolização, reestruturação e globalização. Com isso, indicamos o fator inédito em nossa análise: a dimensão espacial. A maioria dos autores com os quais dialogamos para interpretar as metamorfoses em curso se atentam exclusivamente aos processos de reestruturação (produtiva) e de globalização.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar, mais uma vez, que a dimensão espacial não se limita, na tríade, ao processo de metropolização (do espaço). Afinal, influencia essencialmente a compreensão dos outros dois elementos e a aplicação teórica-conceitual da tríade como metodologia de análise. A globalização é um processo inerentemente espacial, pois refere-se ao globo terrestre, e a reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo passa justamente pela instauração de novas dinâmicas espaciais no que concerne à economia política da produção, circulação, troca e consumo de mercadorias em todo o planeta.

No que se refere ao estudo do meio técnico-científico-informacional, o tema da informática, imprescindível para entender a dimensão da informação, mostra-se também central para a análise da tríade supracitada (reestruturação-globalização-metropolização). Na definição do dicionário, a informática é a “ciência que se dedica ao tratamento da informação mediante o uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados” (Oxford Languages).

No mundo contemporâneo, a informática tem muita relevância, sendo tanto uma das marcas mais significativas da globalização quanto medular para a reestruturação produtiva. A lista de empregos (ou atividades laborais) que foram substituídos por máquinas é extensa³⁸, mas a digitalização também abriu novas

³⁸ Desemprego estrutural.

possibilidades de trabalho imaterial com a característica de serem qualificados, cognitivos e culturais (SCOTT, 2013). Ou seja, não se trata apenas de criticarmos os efeitos negativos do desemprego estrutural que é consequência notória da informática, pois também consideramos os novos contextos laborais que surgem e que assumem posição de destaque.

Para além do evidente desemprego estrutural, com o desaparecimento de postos de trabalho burocrático e organizacional (almoxarifado, contabilidade, datilografia, entre outros serviços e funções), estamos nos referindo ao surgimento de novas funções, que se originam em serviços baseados em tecnologias digitais. Estas novas atividades laborais baseiam-se em novos tipos de exigência cognitiva dos trabalhadores, reconfigurando o cenário produtivo nas múltiplas escalas.

Tais metamorfoses no processo produtivo manifestam-se desigualmente em diferentes locais, e Neil Smith (1988) identifica um duplo movimento, característico do desenvolvimento geográfico desigual, de equalização e diferenciação. A universalização do trabalho abstrato e das forças produtivas tendem à equalização, em processo vinculado à escala global. Em contrapartida, a diferenciação é oriunda da universalização das contradições da lógica capitalista, que se manifestam no espaço e o diferenciam.

A produção do espaço segue a lógica do capital, mas tanto esta revela-se desigualmente em cada lugar, quanto as diferenças ficam mais evidentes quando se compara diferentes contextos. Por mais que esteja ocorrendo uma reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, convertendo-se para uma base cognitiva-cultural na escala global, este processo revela particularidades e singularidades locais que são significativas. É por este motivo que, por vezes, consideramos que o diálogo com autores como Allen Scott, que analisa a realidade estadunidense, ou Lazzarato e Negri, que estudam a Europa e os EUA, pode ser mais confuso que esclarecedor da realidade latino-americana.

As nossas análises sobre as metamorfoses contemporâneas do modo de produção capitalista e sua reestruturação produtiva consideram as contradições inter e intraescalares. Já abordamos a questão escalar anteriormente, e voltaremos a ela à luz da tríade processual metropolização, reestruturação e globalização. Afinal, dois de seus elementos fazem referência a dimensões escalares: a metropolitana e a global, sempre em interação. Cabe ressaltar mais uma vez, agora em diálogo com

Neil Smith, que as semelhanças e diferenças entre as metrópoles e internamente a elas nos permitem compreender a complexidade dos processos aqui analisados.

Portanto, pretendemos ir além da afirmação que cada metrópole possui suas características e uma forma específica de integração à rede global de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. Afinal, em sendo as metrópoles formada por pessoas, e no contexto produtivo que prestigia as interações culturais e cognitivas, as particularidades locais e regionais são cada vez mais significativas para a reestruturação produtiva e reprodução ampliada do capital.

É nesse contexto que se intensifica a dimensão fetichizante da produção do espaço, que aliena a sociedade do próprio espaço que (a) produz. As variadas e espontâneas formas de interação social têm cada vez mais sido apropriadas pela dinâmica capitalista. Importante reforçar que os processos de alienação do espaço e apropriação capitalista das relações sociais não são nada inéditos, assim como a concentração geográfica das principais atividades produtivas em cidades é um movimento historicamente muito mais antigo que a metropolização do espaço.

A mudança aqui analisada refere-se, entre outras, às novas interações sociais nos âmbitos cognitivo e cultural, que só são possíveis a partir de avanços tecnológicos (como a informática e a globalização) e transformações nas etapas de produção de mercadorias, alterando a dinâmica de realização do valor no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, não se limita exclusivamente às metrópoles e nem mesmo aos espaços urbanos, pois se estende aos espaços rurais.

É nesse sentido que Milton Santos (2012) indica que “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2012, p. 160). Logo em sequência, o autor afirma que “pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização.” (SANTOS, 2012, p. 160).

Santos reconhece – assim como Neil Smith – que a distribuição dos elementos geográficos (na contemporaneidade, elementos técnico-informacionais que compõem o sistema de objetos em relação indissociável e solidária com o sistema de ações) pelo espaço é profundamente desigual. Destacamos, aqui, a percepção de Santos (a partir de Marx) a respeito das implicações espaciais (e não somente sociais, como a maioria dos autores) da reestruturação produtiva:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenómeno chamou de "redução da arena". (SANTOS, 2012, p. 161).

Diferentes motivos levam à redução da área de produção, especialmente relacionados ao uso de máquinas e da informática, portanto, à redução no emprego de mão de obra humana – o referido desemprego estrutural. Há um reajuste na absorção desta mão de obra em outras etapas do processo produtivo de uma mercadoria, particularmente na esfera da circulação, dimensão que remete diretamente ao processo de metropolização do espaço.

Afinal, a circulação está associada à concentração geográfica e à difusão dos fluxos de pessoas, serviços, mercadorias, informação e comunicação – que são características fundamentais da metrópole³⁹. Portanto, no presente momento histórico de desenvolvimento do capitalismo há elementos que vem a ser primordiais à reprodução ampliada do capital: a realização prática da informação, portanto, o conhecimento. Para Santos, o conhecimento torna-se, inclusive, um recurso: “O conhecimento exerceria assim - e fortemente - seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem.” (SANTOS, 2012, p. 163).

A base teórico-metodológica de Milton Santos é essencialmente marxista, mas definitivamente não de forma ortodoxa. Inclusive, podemos afirmar que sua interpretação da obra de Karl Marx tem semelhanças à análise de André Gorz (que analisa o trabalho imaterial e a primazia do conhecimento), pois ambos vieram a se inspirar na corrente existencialista do filósofo francês Jean-Paul Sartre⁴⁰. É nesse sentido que destacamos as convergências entre os autores, mas não nos limitaremos a esta interseção, afinal, as contribuições teórico-metodológicas de Santos são

³⁹ Toda e qualquer cidade possui estas características fundamentais, mas buscamos ressaltar que, nas metrópoles contemporâneas, este movimento é ainda mais significativo que em tempos pretéritos.

⁴⁰ Para mais informações, buscar “O marxismo de André Gorz”, por Michael Löwy, 2017.

centrais para nossa análise, sendo associadas a muitos outros autores e correntes do pensamento crítico.

Na próxima seção, que será a última do presente capítulo, iremos demonstrar como a abstração do trabalho e a expropriação da criatividade humana formam a base da dominação que estrutura as relações capitalistas de produção, mas também pode constituir a chave para sua superação. Ao compreendermos que os fundamentos da dominação capitalista nos sinalizam caminhos para sua suplantação, cabe à ciência reconhecer e divulgar as resistências, lutas e fissuras que surgem na vida cotidiana contra o trabalho abstrato e para além do capitalismo.

4.3 Resistências, lutas, fissuras: contra o trabalho abstrato e para além do capitalismo

No modo de produção capitalista em geral, e particularmente na fase neoliberal de hegemonia do capitalismo cognitivo, o trabalho é tornado abstrato. Em outras palavras, no capitalismo, o trabalho é sempre alienado. Esta alienação forma a base para a expropriação dos trabalhadores. O filósofo alemão Karl Marx desvendou brilhantemente boa parte da essência das relações capitalistas de produção e nos legou muitas possibilidades de interpretação da lógica capitalista de produção. Por mais que as formas de reprodução ampliada do capital tenham mudado substancialmente desde a segunda metade do século XIX, quando Marx viveu, seu pensamento continua extremamente atual, especialmente no que concerne à análise das lógicas da mercadoria, do dinheiro, do valor, do trabalho e da alienação.

Apesar de não termos como objetivo realizar revisão bibliográfica da extensa e elucidativa obra de Marx, é inevitável fazer uma série de referências a seus escritos. Até mesmo porque os principais autores com quem dialogaremos no presente subcapítulo se apresentam como marxistas, como John Holloway, David Harvey e a dupla Michael Hardt e Antonio Negri. É verdade que estes autores se identificam com diferentes correntes de interpretação (e ação) do marxismo, mas acreditamos genuinamente que a somatória de diferentes perspectivas será muito favorável e profícua para nossa análise.

Em resumo, por mais que estes (e outros) autores tenham divergências em relação aos caminhos a serem percorridos, todos compartilham o mesmo propósito

ou destino: a superação do capitalismo em direção a uma sociedade menos alienada, logo, mais justa e igualitária. Defendemos, nesse sentido, uma sociedade comunista – o que não implica, de forma alguma, que alcançaremos nossa pretensão de aniquilamento do capitalismo ou que cumpriremos por completo nosso propósito enquanto transformação completa da sociedade. Acreditamos, a partir de John Holloway (2010; 2016), que a criação de fissuras (menores ou maiores; de ordem temporal ou territorial) já pode ser considerada um êxito.

Não almejamos fazer parte de um processo revolucionário que seja consolidado apenas daqui a décadas ou séculos, pois reconhecemos que as mazelas e penúrias produzidas no seio das relações capitalistas de produção causam muitos danos, malefícios e perdas atualmente. A imaginação e a construção de alternativas no momento presente são imprescindíveis, afinal, vivemos entre urgências cotidianas e a utopia. “A ideia de criar fissuras significa criar revolução aqui e agora.” (HOLLOWAY, 2016, p. 43, tradução nossa⁴¹).

A crítica de Holloway muito nos interessa, pois o autor irlandês radicado no México recusa categoricamente qualquer classificação que gere exclusão, reducionismo ou martírio, tal como a tradicional definição da classe trabalhadora como sujeito crítico-revolucionário. Em nenhum momento o autor se furta de reconhecer as violências que constituem a sociedade em que vivemos, mas seu ponto de vista é tanto o da oposição ao capitalismo (e às diferentes formas de exploração, espoliação, discriminação, em suma, de violência) quanto o do reconhecimento da unidade: o Nós, cujos principais atributos são a dignidade, o desajuste (em relação ao capitalismo) e a recusa à identidade:

Somos desajustados, é isso que constitui a nossa dignidade. O que constitui nossa rebeldia é que não nos encaixamos em classificações. Somos desajustados, não necessariamente porque somos esquisitos. Somos desajustados porque o capitalismo nos desajusta, porque o capitalismo nos força a formas nas quais não podemos nos encaixar. (HOLLOWAY, 2013, p. 13, tradução nossa⁴²).

A recusa à identidade hermeticamente definida, isto é, o caráter anti identitário, é uma recusa às classificações impostas (e apropriadas) pelo capitalismo, o que pode apontar caminhos para sua superação. É nesse sentido que

⁴¹ No original, “The idea of creating cracks means creating revolution here and now.”

⁴² No original, “We misfit, this is what constitutes our dignity. What constitutes our rebelliousness is that We don't fit into classifications. We're misfits, not because we're weirdos necessarily. We're misfits because capitalism misfits us, because capitalism forces us into shapes in which we cannot fit.”

Holloway afirma, a partir do exemplo dos zapatistas, que se identificam como um movimento revolucionário indígena sem se fecharem nesta definição. Historicamente, o capitalismo vem se provando capaz de produzir modulações e de se apropriar de signos e símbolos que são originalmente contrários a ele, valendo-se, entre outras, das artimanhas da reprodução estética e da particularização das lutas.

Especulando sobre a construção de alternativas e oposições ao estado de coisas atual, David Harvey (2004) enfatiza a importância de se ir além das particularidades militantes e em busca de lutas universais – no caso, contra o capitalismo. Seguindo esta perspectiva, Harvey (2004) destaca a importância da tradução: entre a particularidade e a universalidade; entre o abstrato e o concreto; entre o real e as possibilidades utópicas. “Sem tradução, tornam-se impossíveis formas coletivas de ação” (HARVEY, 2004, p. 321).

Uma vez que a metrópole é o lugar privilegiado da reprodução ampliada do capitalismo no presente momento histórico, acreditamos que também é na metrópole que se reúnem as condições para a construção de uma nova sociedade. Há autores, como Faburel (2018), que acreditam no decrescimento urbano (ou desurbanização) como alternativa política e ecológica ao capitalismo. Estamos de acordo com o autor quando afirma a importância das iniciativas coletivas de autogestão tendo em vista a construção do comum. Contudo, avaliamos que o esforço de pensar um futuro para além das metrópoles é, por ora, contraproducente. Afinal, conforme analisamos ao longo do presente trabalho, as tendências sinalizam a intensificação do grau de urbanização e de metropolização do espaço nas próximas décadas. Não objetivamos, com isso, afirmar que o futuro utópico que almejamos seja essencialmente metropolitano, afinal, desse modo estaríamos aniquilando a imaginação e a criatividade.

O risco onipresente de todo utopismo dialético é que algum centro todo-poderoso ou alguma elite venha a obter o domínio. O centro seduz, intimida e persuade sua periferia a adotar certos modos de pensamento e de ação (...). Em oposição a isso, as regras democráticas e igualitárias de tradução deveriam ser claras. Mas também o devem os princípios universais, que, por mais que apenas ‘lampejem’ como epifenômenos, emergem da rica experiência de tradução para definir o que temos em comum. (HARVEY, 2004, p. 322).

Portanto, não consideramos que as únicas resistências ou lutas contrárias ao capitalismo que deveriam ser consideradas são aquelas que foram originadas nas

metrópoles, até mesmo porque devemos sempre atentar para as significativas diferenças e desigualdades entre estas. Compreendemos a escolha teórica de Faburel (2018) ao criticar as metrópoles e vislumbrar o futuro para além delas, mas julgamos ser enganoso pensar o futuro sem elas. Deste modo, cabe a nós atacarmos o capitalismo em sua essência, criando e recriando fissuras. Até mesmo porque há alternativas ecologicamente mais viáveis nas grandes cidades, a exemplo das hortas urbanas comunitárias, que invertem as lógicas de dominação, de pressa e de especulação imobiliária em detrimento do bem comum e da cooperação.

O cientista político irlandês John Holloway se baseia em Marx para afirmar que a força produtiva é baseada na criatividade humana, que é expropriada nas relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a visão da opressão inescapável do capitalismo se esvazia de sentido, pois a criatividade humana poderia se voltar à construção de uma sociedade mais livre, justa e equalitária. Holloway recusa terminantemente a concepção de que a lógica do trabalho e do dinheiro são as únicas possíveis, e o faz indicando caminhos para sua superação, que denomina fraturas. Uma destas é a constituição do comum e de formas de vida que não sejam estruturadas a partir da lógica do poder.

A ideia de tomada do poder estatal por parte da classe trabalhadora não resolveria as questões da opressão e da dominação social, apenas a inverteria, mantendo a heteronomia. Por outro lado, a busca da construção da autonomia e baseada na autodeterminação pode vir ser verdadeiramente revolucionária por ser radicalmente democrática. É nesse sentido que vale resgatarmos a noção lefebvrea de direito à cidade, que também pode ser compreendida como direito à produção do espaço. No presente momento histórico, temos capacidades sociais e tecnológicas de possibilitar a participação e cooperação de grandes números de pessoas nos processos decisórios. A democracia representativa, que já demonstrou-se frágil e ineficaz por diversos motivos e circunstâncias, deve ser reformulada em direção à maior intensidade de participação e cooperação popular.

Afirmamos a importância do direito à cidade no sentido amplo e abrangente sem jamais negar a seriedade de lutas e reivindicações por melhorias de vida, como salários, segurança, transportes ou saneamento básico. Inclusive, Alvaro Ferreira (2021) atenta para o risco iminente aos discursos que demandam mais segurança sem a dimensão crítica da contestação da precariedade em que vive parcela significativamente grande da população. Ainda de acordo com o autor, as lutas pelo

maior exercício da cidadania passam pela garantia da seguridade social e seriam capazes de ir além da redução da violência ao conjecturar a ampliação e radicalização da democracia, configurando, assim, maior justiça espacial para as cidades e metrópoles. Contudo, o processo de empresariamento urbano, que analisamos anteriormente, vai na contramão dos esforços que visam garantir o direito à cidade e ao exercício pleno da cidadania.

Trata-se do entendimento que a participação popular e cooperação social em busca da construção do bem comum há de ser uma estratégia que traga mais justiça social e espacial para as metrópoles, assim como para as cidades pequenas e médias e para os espaços rurais. Como bem afirma Ferreira (2021), a radicalização da democracia é urgente. E, para tal, dependemos do livre acesso à informação.

Por este motivo, não acreditamos que o direito à cidade será alcançado por meio das estruturas políticas atualmente vigentes. Afinal, o Estado moderno dá suporte à manutenção do modo de produção capitalista e também à sua ampliação, seja por meio da garantia de preservação da atual conjuntura política e econômica, seja pelo suporte oferecido para superação de suas crises periódicas. A organização política atual, baseada na democracia representativa, deve ser defendida dos ataques autocráticos, mas também deve ser criticada em relação às limitações que oferece à participação da população nos processos decisórios.

Analisando as relações de poder a partir em perspectiva marxista, John Holloway (2003) apresenta uma distinção fundamental entre “poder-fazer”, que é o poder social, e o “poder-sobre”, que deriva do primeiro, mas o modifica, tornando-o “uma relação de poder sobre os outros” (HOLLOWAY, 2003, p. 50). De acordo com o autor, é o próprio Estado o responsável por garantir a manutenção desta relação alienadora. Inclusive, o poder-sobre é um dos alicerces para a compreensão da exacerbação do controle na sociedade contemporânea, portanto, para sua suplantação. Nesse mesmo sentido, ao discorrer sobre a autogestão como uma proeminente alternativa ao domínio do poder do Estado, Henri Lefebvre também fala em fissuras – assim como Holloway:

A principal contradição que a autogestão introduz e estimula é sua própria contradição com o Estado. No fundo, a autogestão põe em causa o Estado enquanto força constrangedora erigida sobre a sociedade como um todo, captando e exigindo a racionalidade inerente às relações sociais (à prática social). Outrora apontada ao nível do solo, numa **fissura**, esta humilde

planta vem ameaçar o enorme edifício do Estado. (LEFEBVRE, 2009, p. 147, grifo e tradução nossos⁴³).

Por mais que Holloway refira-se às fissuras contra o capitalismo e que Lefebvre faça referência às fissuras contra o Estado, a convergência entre ambos os autores na escolha desta metáfora é inegável, uma vez que ambos vislumbram caminhos para desbancar as alienações e dominações. A autogestão, a que se refere o filósofo francês, guarda íntima relação com a autodeterminação e com a autonomia, e todas estas concepções devem ser entendidas em múltiplas escalas: tanto individualmente, quanto socialmente.

Nesse sentido, as ideias de comum, de comunidade e de comunismo surgem como complementares entre si e aos três conceitos listados anteriormente. Ao invés de analisarmos a metrópole exclusivamente como o espaço da dominação capitalista e estatal, optamos por compreendê-la como o lugar por onde brotam os caminhos prósperos e propícios à solidariedade por meio da cooperação e da corresponsabilidade comum. Destacamos a dimensão comum em suas diferentes acepções: significando o que é usual, corriqueiro e habitual, mas também ordinário e simples, assim como “algo que é relativo ou pertencente a dois ou mais seres ou coisas” (Oxford Languages).

Desse modo, consideramos que o vocábulo da língua inglesa *commonwealth* pode ser muito profícuo ao unir as noções de comunidade e bem comum, que são as duas traduções mais usadas na língua portuguesa. Afinal, ambas as versões da tradução de *commonwealth* apontam para um mesmo horizonte: o da produção do espaço que tenha em si responsabilidade com a justiça espacial. A partir de perspectiva abrangente sobre o comum, os filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval buscam maneiras de enfrentar a racionalidade neoliberal e, nesse sentido, de se contrapor à dinâmica capitalista. Para tanto, os autores apresentam proposições para a construção de uma política dos comuns. Apesar disso, não deixam de ressaltar que a instituição do comum não deve seguir qualquer regra universal para realizar-se. Deve ser o próprio comum o princípio de transformação da sociedade e também do espaço.

⁴³ No original, “The principal contradiction that autogestion introduces and stimulates is its own contradiction with the State. In essence, autogestion calls the State into question as a constraining force erected above society as a whole, capturing and demanding the rationality that is inherent to social relations (to social practice). Once aimed at ground level, in a fissure, this humble plant comes to threaten the huge state edifice.”

Em ordem, as proposições de Dardot e Laval (2017) para a instituição do comum são: a construção de uma política comum, na qual o comum seria, fundamentalmente, o princípio de transformação da sociedade (e, acrescentamos, do espaço); a antinomia do direito de uso à propriedade, portanto, contraposição entre valor de uso e valor de troca – em termos supracitados do filósofo francês Henri Lefebvre, também poderíamos indicar que cabe aqui a oposição entre as noções de apropriação e de dominação; o comum como o princípio da emancipação do trabalho, reorganizando a divisão do trabalho em bases cooperativas e colaborativas em detrimento do trabalho abstrato, como ocorre atualmente; a instituição de empresas comuns, tornando-as instituições efetivamente sociais em contraposição ao domínio vigente do modo de produção capitalista que ocorre em empresas privadas e públicas; os princípios da economia social devem preparar a sociedade do comum; o comum deve fundar a democracia social, com atuação política direta, portanto, indo muito além da democracia representativa; os serviços públicos devem ser instituições do comum, portanto, devem funcionar efetivamente como instituições da sociedade civil, e não como instrumentos do Estado; a instituição dos comuns deve se dar na escala mundial, o que deve ocorrer sem negar a importância da autonomia nas escalas local e regional, bem como do autogoverno de cada um; somado ao ponto anterior, deve haver a instituição de uma federação dos comuns – na perspectiva dos autores, apenas o pacto federativo possibilitaria a realização da proposição política anterior, ou seja, a autonomia dos governos na escala local (DARDOT; LAVAL. 2017).

Como indicam os próprios autores, não se trata de seguir as proposições como verdades absolutas, ou como cartilhas revolucionárias intransigentes. Apelamos para a citação de tais proposições, pois acreditamos ser o comum a via para a superação da dominação capitalista vigente nos tempos atuais. Cabe aqui destacar que as proposições de Dardot e Laval (2017) vão diretamente ao encontro da ideia marxista de desvanecimento do Estado, processo gradual que transferiria o poder para a sociedade civil. De acordo com Ferreira...

O comum deve ser entendido como um horizonte político para além da dominação territorial do Estado e das elites econômicas, valorizando as formas criativas do fazer-com idealizadas pela comunidade. (FERREIRA, 2021, p. 221).

Nesse mesmo sentido, o filósofo e economista francês Frédéric Lordon indica que a potência da ação coletiva é o sustentáculo das instituições como o

Estado, portanto, há a possibilidade de outras formas de organização da sociedade civil sem depender das instituições existentes. Acreditamos que os recursos para a superação do estado de coisas atual devem estar alicerçados nas possibilidades oriundas da criatividade em favor do comum. São, em vista disso, utópicos na melhor interpretação que este termo pode apresentar, pois são práticas espaciais em benefício da construção da autonomia, do comum e da liberdade.

5. Considerações finais

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa, Mar Português (Mensagem)

Escrever sobre a metropolização do espaço é uma tarefa que demanda apurada consciência espacial e responsabilidade social. Há algumas armadilhas e emboscadas evidentes e outras camufladas, além do processo constante de triagem e seleção de temas e abordagens. Afinal, é um processo instável, em curso e em permanente metamorfose, que se torna mais complexo e variado na medida em que diversas variáveis surgem e desaparecem, portanto, tornam-se mais ou menos relevantes.

Devido às incertezas que rodeiam a análise de um processo em curso, por vezes escrevemos sobre nossas dúvidas e inquietações, e não sobre as certezas. Algumas delas foram evidenciados pela pandemia de covid-19, que metamorfoseou o espaço e alterou as relações sociais e espaciais, tendo sido marcante para o conteúdo e organização da presente tese, e até mesmo para o processo de escrita. Este evento global acelerou muitos dos processos que analisamos, como, por exemplo, a exacerbação do exercício do controle em bases biopolíticas, conforme pudemos demonstrar quando analisamos os efeitos da pandemia no Brasil ou quando analisamos a hegemonia do trabalho imaterial no atual momento do capitalismo neoliberal.

Também foi central para nossa investigação a dimensão da militarização urbana e suas implicações biopolíticas e necropolíticas para a metropolização do espaço, processo que estudamos desde a ocasião do mestrado, quando analisamos a atuação da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro (PIZZOLANTE, 2018). Nesse sentido, pudemos perceber como algumas das tendências que havíamos considerado em nossa dissertação (que também foi orientada pelo Professor Alvaro Ferreira) vieram a se confirmar, como a utilização

de tecnologias de vigilância para o controle da sociedade civil e para a prevenção de crimes, a militarização ideológica da segurança pública e o racismo – dimensão fundamental da necropolítica.

Outra dimensão fundamental para nossa argumentação foi analisar de que maneiras o processo de reestruturação produtiva com base na hegemonia do trabalho imaterial evidencia o processo de metropolização do espaço. Para tanto, analisamos a centralidade do trabalho imaterial e também as múltiplas dimensões do processo de inovação para o atual movimento de reprodução ampliada do capital, que se realiza majoritariamente no ambiente metropolitano devido às condições técnicas, sociais, materiais e imateriais (a saber, as relações sociais) ali reunidas.

Nesta seção, de considerações finais, não teremos nenhum objetivo de conclusão das análises traçadas nos capítulos anteriores, mesmo porque acreditamos que os raciocínios e as ponderações desenvolvidas anteriormente possuíam a coesão e a coerência exigidas. Nosso propósito é meramente o de apontar alguns caminhos que vislumbramos a partir do estudo realizado.

Por mais que a metrópole seja o lugar da dominação e da expropriação, também é de onde surgem e irão continuar a surgir e prosperar as fissuras contra o modo de produção capitalista, o Estado e as diferentes formas de opressão social, como o racismo, o machismo e a homofobia. Foi isto que almejamos indicar em nossa livre interpretação do trecho do poema *Mar português*, de Fernando Pessoa, que citamos na epígrafe deste capítulo. A superação das dominações, opressões e controles atualmente vigentes não possuem nenhum caminho que não seja o das lutas cotidianas, que deve ocorrer justamente nas metrópoles.

Apesar de não sabermos como se daria tal superação, acreditamos que a etapa inicial deva ser a de compreensão das relações que nos sujeitam à exploração e ao controle, para que possamos delas nos livrar. Além do mais, não seria uma solução plausível dispensar todos os avanços técnicos desenvolvidos até então em nome de uma suposta revolução. Pelo contrário, seria um retrocesso inaceitável. Portanto, cabe a nós subverter a ordem excludente e opressora em vigor para construir metrópoles, cidades e espaços rurais que sejam irrestritamente agradáveis e hospitaleiras, seguindo e respeitando a justiça espacial.

6. Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: Ensaio da sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, Glória. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.
- AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues de. **Entre labirintos e bifurcações**: escombros, cartografias e a produção do espaço na Área Central do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.
- BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 239-244.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- CANT, Callum. **Delivery fight!** A luta contra os padrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.
- CAPEL, Horacio. La definición de lo urbano. **Estudios Geográficos**, nº138-139 (nº especial de "Homenaje al Profesor Manuel de Terán"), febrero-mayo 1975, p 265-301.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. Entre a urgência e a utopia. Produção do espaço, crise urbana e direitos humanos em tempos de pandemia. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos**: a

pandemia dá destaque à Geografia. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II, os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. **O Mundo Fragmentado (Encruzilhadas do Labirinto III)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987-1992.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

COCCO, Giuseppe. **MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Entre cinismo e fascismo: depois de junho de 2013, narrativas e constituição**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (org.). **Capitalismo cognitivo: Trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

ELDEN, Stuart. **Understanding Henri Lefebvre: theory and the possible**. Londres/Nova York: Continuum, 2004.

FABUREL, Guillaume. **Les métropoles barbares: Démondialiser la ville, désurbaniser la terre**. Paris: Éditions le passager clandestin, 2018.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013a.

_____. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Gláucio José, SILVA, Augusto César (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b. p. 53-74.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

_____. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

_____. **A cidade que queremos**: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FURTADO, Rafael; CAMILO, Juliana. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. Fortaleza: Revista Subjetividades, v.16 n.3, dez. 2016.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social no espaço urbano**. São Paulo. EdUSP, 1997.

GRAHAM, Stephen. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar. IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 67-73.

_____. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Do telecontrole à “ocupação”: In-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. IN: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 225-251.

HALL, Stuart. The West and the Rest. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development**, a cultural studies reader. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

HARCOURT, Bernard. **La société d'exposition:** désir et désobéissance à l'ère numérique. Paris: Éditions du Seuil, 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude:** war and democracy in the age of Empire. Nova Iorque: Penguin Books, 2004.

_____. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. The right to the city. **New Left Review**, Londres n. 53, 2008, p. 23-40.

_____. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 14, n. 28, p. 8-39; 2012.

_____. **Dezessete contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do mundo:** textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HESS, Remi; DEULCEUX, Sandrine. **Henri Lefebvre:** vie, oeuvres, concepts. Paris: Ellipses, 2009.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder:** o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

- _____. **Crack capitalism**. Londres: Pluto Press, 2010.
- _____. **In, against, and beyond capitalism: the San Francisco lectures**. Oakland: Kairos – PM Press, 2016.
- _____. **Una lectura antiidentitaria de El Capital**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017.
- _____. **Hope in hopeless times**. Londres: Pluto Press, 2022.
- HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. **GEOgraphia**, Niterói, vol. V, n.10, p. 113-123; 2003.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva (versão online), 2001.
- IMBROISI, Ernesto Gomes. **Caminhos geográficos para a revolução: emancipação e produção do espaço**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2022.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2006, p. 64.
- LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. **A produção do espaço**. Tradução do grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: *La production de l’espace*. 4ª Ed. Paris, Édition Anthropos, 2000. Primeira versão, 2006 (1974).
- _____. **Espaço e política**. Trad. Margarida Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- _____. **State, space and world: selected essays**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2009.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- LEMOS, André. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. **Galáxia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 8, out./2004.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: **Encontro de**

Geógrafos da América Latina VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998, p.1-10.

_____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. IN: LENCIONI, Sandra et al (orgs). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, p. 51-60, 2011.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. IN: FERREIRA, Alvaro ET al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

_____. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. Do distanciamento social de antes da pandemia para o distanciamento físico durante a pandemia. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

LORDON, Frédéric. **Vivre sans?** Institutions, police, travail, argent. Paris: La fabrique Editions, 2019.

LUQUEZ, J. Usos e (ab)usos do conceito de reestruturação: adjetivações e sentidos na compreensão da produção do espaço. **Espaço e Economia, Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n.9, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. IN: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, pp. 176-185.

_____. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Brutalisme**. Paris : Éditions La Découverte, 2020.

MORENO, Angelina. Home office e a reestruturação do trabalho no contexto da pandemia de Covid-19: uma análise sobre o setor de TI na cidade de São Paulo. **Revista Ciências Sociais Unisinos** v. 57 n. 3 (2021).

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

NABACK, Clarissa. Pensar o poder, o espaço e o corpo: heterotopias e fronteiras. **Cadernos do seminário da pós – Diálogos de pesquisa: Teoria, Direito e Estado em perspectiva crítica**. V1, n1, 2016.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira; COLOMBO, Lucelia Aparecida. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de gestão das desigualdades em tempos de pandemia. **Revista Psicologia Política**., São Paulo, vol.21 nº 51, p. 478-490, maio/ago 2021.

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole: a multidão e a metrópole. **Revista Lugar Comum**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 25-26, mai-dez 2010, pp. 201-208.

_____. A metrópole está para a fábrica assim como a multidão está para a classe operária. Entrevista com Antonio Negri por Federico Tomasello. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: PUC-SP, n. 16, 2014, pp. 13-32.

NICOLELIS, M.; RAIMUNDO, R.; PEIXOTO, P. et al. The impact of super-spreader cities, highways, and intensive care availability in the early stages of the COVID-19 epidemic in Brazil. **Nature Scientific Reports**, 11, 13001 (2021).

PESSOA, Fernando. Mar português. **Mensagem**. São Paulo: FTD, 1992.

PIZZOLANTE, Horacio. Desvendando o cotidiano urbano militarizado: a Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro. **Dissertação de mestrado**, 2018.

RIBEIRO, Daniel; TEIXEIRA, Lino; BRAGA, Aruan; BARBOSA, Karoline; BARBOSA, Jorge Luiz. **Mapa social do Corona #9**: Dinâmicas regionais da pandemia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2020.

RUA, João; FERREIRA, Alvaro. Introdução. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos**: a pandemia dá destaque à Geografia. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, EdUSP, 2012.

SCOTT, Allen. Capitalism and Urbanization in a New Key? The Cognitive-Cultural Dimension. **Social Forces**, v. 85, n. 4, 2007.

_____. Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado. **Revista GEOgraphia**, 16(32), 8-37, 2014.

SCOTT, Allen J. et al. Cognitive-cultural production, digital labour and the new frontiers of knowledge: A conversation with Allen J. Scott. **Knowledge Cultures**, v. 1, n. 4, p. 167-178, 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. (org.) **Espaço da diferença**. Campinas: Papirus. 2000, p. 132-159.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Terr rio**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, p. 5-22. dez 1996.

_____. O Planejamento e a Gestão das Cidades numa Perspectiva Autonomista. **Revista Terr rio**, n. 8, LAGET/UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

_____. Cidades e militarização de ‘Norte’ a ‘Sul’. In: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 11-18.

SZANIECKI, Barbara; COCCO, Giuseppe. **O making da metrópole**: Rios, ritmos e algoritmos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

TEIXEIRA, Lino; BRAGA, Aruan; BARBOSA, Jorge Luiz; RIBEIRO, Daniel. **Mapa social do Corona #4**: Proteção e vulnerabilidade ao covid-19 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2020.

TUNES, Regina. Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo. IN: OLIVEIRA, Floriano. et al (orgs.) **Espaço e economia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

_____. Geografia e inovação. Questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In GOMES, Maria; TUNES, Regina; OLIVEIRA, Floriano. **Geografia da inovação**: Território, redes e finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

VALE, Mário. No terreno da “cidade inteligente”: Geografias desiguais da inovação, do valor e do poder. In GOMES, Maria; TUNES, Regina; OLIVEIRA, Floriano. **Geografia da inovação**: Território, redes e finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Veneta, 2016.

VANEIGEM, Raoul; SANGUINETTI, Gianfranco. **Insurgência viral**: autodefesa sanitária e despotismo ocidental. São Paulo: Veneta, 2020.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. Nova Iorque: Public Affairs, 2019.